PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

ANO

2026

URGENTE

Alberto Panek

Cont. 333/2023

PROTOCOLO GERAL

2

MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL

CNPJ: 76.021.450/0001-22

Proc. Administrativo 832/2026

De: GABINETE MUNICIPAL

Para: CONT

Data: 22/01/2026 09:31:11

Setores envolvidos: PROT, CONT

Solicita-se acréscimo de quilometragem para a linha rural do Contrato de Concessão n. 333/2023, pactuado com a empresa Alberto Panek Eireli ME, conforme documentos em anexo.

Anexos:

1° Apostilamento - Fiscal Gestor.pdf

2° Apostilamento - Gestor.pdf

3° Apostilamento - Alteração nome Rosemar.pdf

4° Apostilamento - Reajuste.pdf

5° Apostilamento -Gestor Fiscal.pdf

6° Apostilamento - 333-2023.pdf

Contrato 333-2023.pdf

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

3

Ofício n.º 8/2026

São Mateus do Sul, 21 de janeiro de 2026.

Ao
Departamento de Gestão de Contratos

Cumprimentando-os cordialmente, solicitamos o **acréscimo de quilometragem para a linha rural** do contrato de concessão n. 333/2023, pactuado entre o município de São Mateus do Sul e a empresa Alberto Panek Eireli ME., cujo objeto é a Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

O contrato foi celebrado em 13 de julho de 2023 e estabeleceu, inicialmente, uma média de 1.285 km/mês para os deslocamentos realizados na área rural. Ocorre que tal estimativa foi apurada de forma equivocada, uma vez que desconsiderou o trajeto de retorno, o que resultou em relevante subdimensionamento da quilometragem efetivamente percorrida.

Durante a execução também percebeu a necessidade de adequação de rotas, para viabilizar o acesso ao transporte da população.

Dessa forma, a média originalmente pactuada não reflete a realidade dos deslocamentos realizados, tornando-se necessária a revisão da estimativa adotada, mediante o acréscimo de R$ 841.269,00 (oitocentos e trinta e seis mil novecentos e quarenta reais), correspondente a uma média estimada de 2.915,00 (dois mil e novecentos e quinze) km/mês o que representa 17,15% (dezessete vírgulas quinze) do valor contratual previsto, a fim de adequar o contrato à sua efetiva execução.

O acréscimo pretendido visa assegurar o equilíbrio contratual até o termo final de sua execução, ressalvando-se, ainda, que se trata de estimativa, uma vez que a remuneração da contratada ocorre sob a forma de subsídio, correspondente à diferença entre a receita arrecadada por meio da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal e a despesa efetivamente realizada, apurada com base na quilometragem percorrida mensalmente.

Por fim, esclarece-se que o contrato vem sendo executado regularmente, contudo, com base em parâmetros de quilometragem que não correspondem à realidade dos deslocamentos realizados, razão pela qual se impõe a presente adequação.

Atenciosamente,

Patricia Schedolsky Molenda
Secretária Municipal de Administração
Portaria n. 314/2025

4
4d

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Contrato n. 333/2023

Objeto: Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

O contrato foi firmado em 13 de julho de 2023 e foi designada uma **Comissão Especial para Reavaliação do Projeto para Operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de São Mateus do Sul**, atualmente composta, conforme Portaria nº 370/2025, pelos seguintes membros:

1. Andrey Chaves Wactavski – Secretário Municipal de Planejamento e Gestão;
2. Michele Leticia Suszina – Diretor Geral da Secretaria Municipal de Administração;
3. Higo José da Rocha – Diretor do Departamento de Patrimônio;
4. Elis Cassiane Bueno Kotrich – Diretora do Departamento de Materiais;
5. Patricia Schedolsky Molenda – Secretária municipal de Administração;
6. Eder Maico Sokolowski – Agente Administrativo.

Ressalta-se que todos os membros acima relacionados exercem a função de fiscais do contrato, à exceção da Sra. Patricia Schedolsky Molenda, que atua na condição de gestora do contrato.

No início da execução contratual, foi implantado o sistema de bilhetagem eletrônica por meio de cartão-transporte, modalidade até então inédita no Município, introduzida a partir da contratação vigente. Referido sistema tem se mostrado plenamente funcional e eficiente, não havendo registros de intercorrências relevantes desde a sua implementação. Desde então, a empresa contratada vem executando os serviços de forma regular e satisfatória, em conformidade com as obrigações assumidas.

No que se refere aos veículos utilizados na prestação dos serviços, verifica-se que estes atendem às exigências técnicas e operacionais previstas no contrato. Registra-se, ainda, que para o exercício de 2026 estava prevista a renovação da frota, obrigação devidamente cumprida pela empresa detentora do contrato, a qual já se encontra prestando os serviços com frota nova, em adequadas condições de uso e conservação.

Quanto às linhas urbanas e rurais, estas vêm sendo executadas conforme o planejamento estabelecido. A Administração Municipal tem atuado de forma contínua no atendimento às demandas da população, promovendo a inclusão, alteração ou adequação de linhas e itinerários sempre que identificada tal necessidade, com fundamento em estudos técnicos e avaliações operacionais, de modo a assegurar a eficiência, a adequação e a qualidade do serviço prestado.

Registra-se, ainda, que a empresa recebeu advertência em razão de descumprimento relacionado ao rastreamento via GPS, o qual apresentou algumas falhas. Contudo, tais inconformidades foram devidamente sanadas, não comprometendo a execução contratual.

Por fim, constata-se que a execução do contrato tem se desenvolvido de forma eficiente e satisfatória, tendo a contratada atendido prontamente a todas as demandas da contratante, em cumprimento às disposições estabelecidas no instrumento contratual.

São Mateus do Sul, 21 de janeiro de 2026.

Andrey Chaves Wactavski - Fiscal

Michele Leticia Suszina - Fiscal

Higo José da Rocha - Fiscal

Eder Maico Sokolowski - Fiscal

Patricia Schedolsky Molenda – Gestora

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

6

Ofício nº 9/2026

São Mateus do Sul, 26 de janeiro de 2026.

À Empresa **Alberto Panek Eireli ME**
Sr. Alberto Panek
Endereço: Avenida Ozy Mendonça de Lima nº. 835, Sala 02, Centro
São Mateus do Sul/Pr. CEP: 83900-000

Prezado Senhor Representante Legal

Referente ao Contrato de Concessão nº. 333/2023 entre o Município de São Mateus do Sul e a empresa Alberto Panek Eireli ME, que tem como objeto o contrato de concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

Cumprimentando-o(s) cordialmente, por meio do presente, solicita-se a **expressa concordância,** dessa empresa quanto ao acréscimo de 17,15%, correspondente ao valor de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais), incidente sobre a **rota rural**, nos termos do contrato vigente.

Atenciosamente,

Patrícia Schedolsky Molenda
Gestora do Contrato

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

7
Edev

RE: Aditivo Contratual Contrato de Concessão n. 333/2023

De Alberto Panek <transpanek@hotmail.com>
Para administracao <administracao@saomateusdosul.pr.gov.br>
Data 26/01/2026 16:38

Boa tarde.

Conforme o oficio 09/2026 , a empresa ACEITA o acréscimo de 17,15% .

Atenciosamente.

Transpanek.

De: administracao <administracao@saomateusdosul.pr.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 12:52
Para: Transpanek <transpanek@hotmail.com>
Assunto: Aditivo Contratual Contrato de Concessão n. 333/2023

Bom dia,
Segue anexo ofício n. 09/2026 referente ao Contrato de Concessão n. 333/2023.
Favor retornar neste e-mail.
Favor acusar recebimento.
--
Secretaria Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul - PR
CNPJ: 76.021.450/0001-22
www.saomateusdosul.pr.gov.br
Telefone: (42) 3912-7010
Rua Barão do Rio Branco n.º 431 - Centro
São Mateus do Sul - PR

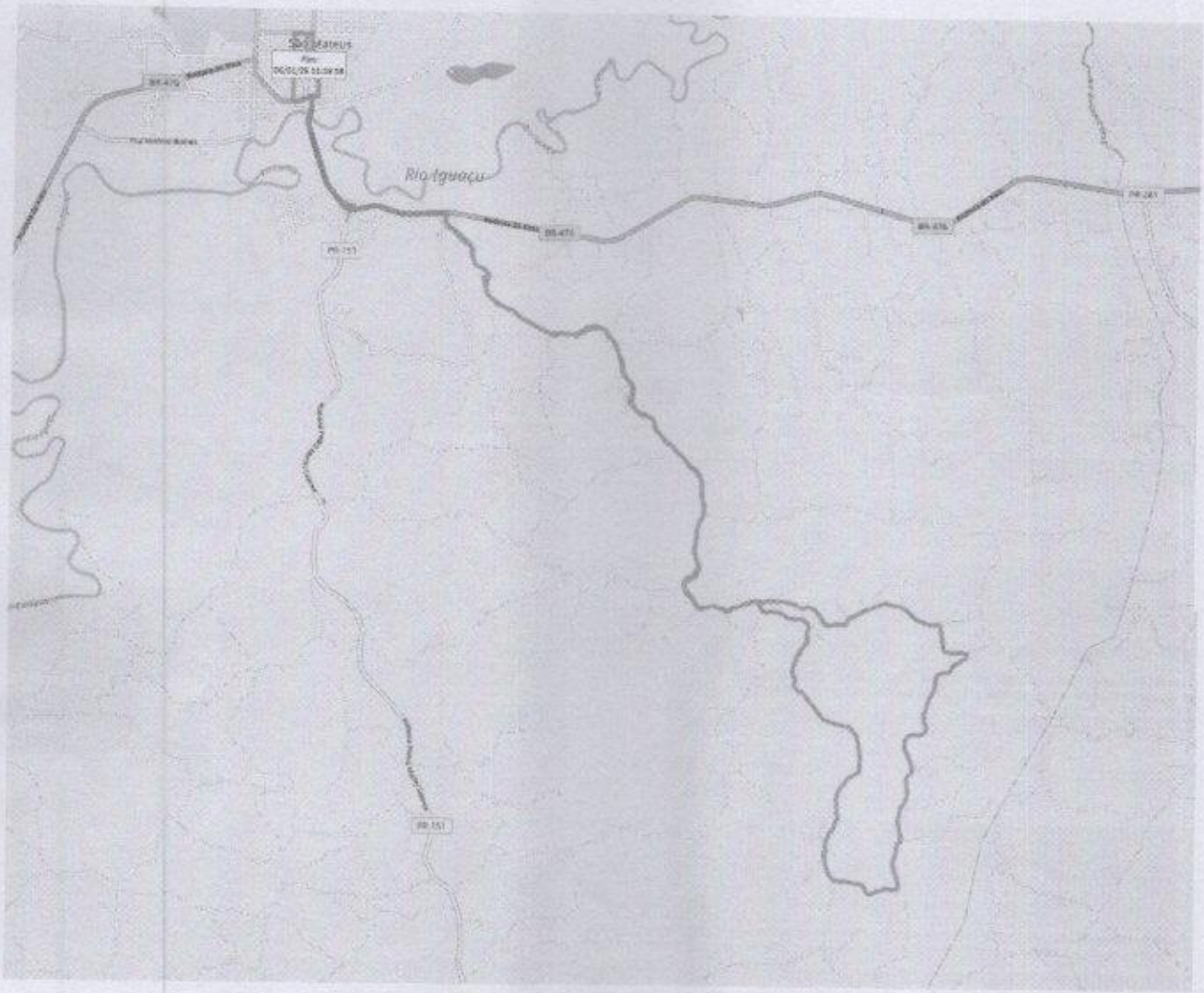
LINHAS RURAIS

SEGUNDA-FEIRA - (TURVO DE CIMA/MOURÃO)



9
Edm

TERÇA-FEIRA - (CAMBARÁ/ALIANÇA VELHA



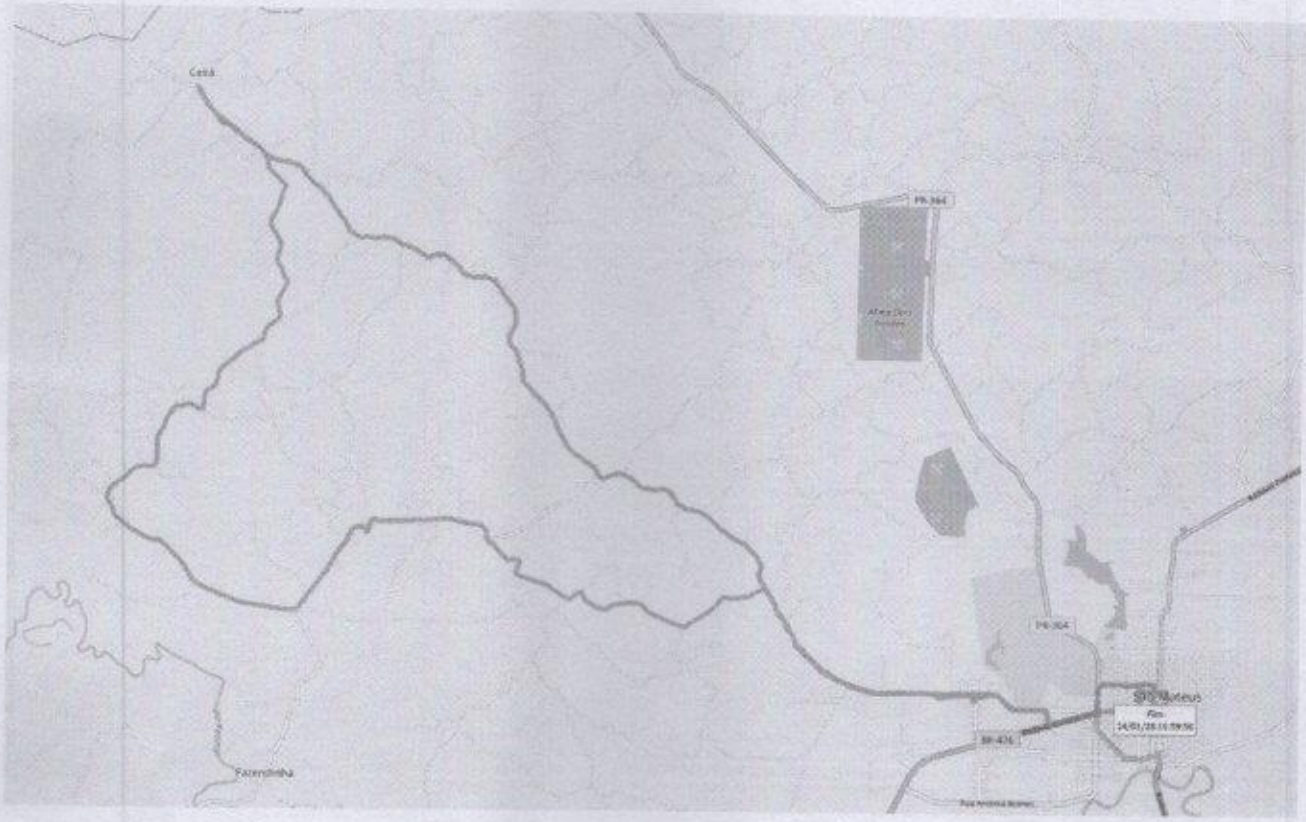
10

TERÇA-FEIRA - (FAXINAL DOS ILHÉUS/TAQUARAL DO BUGRE)



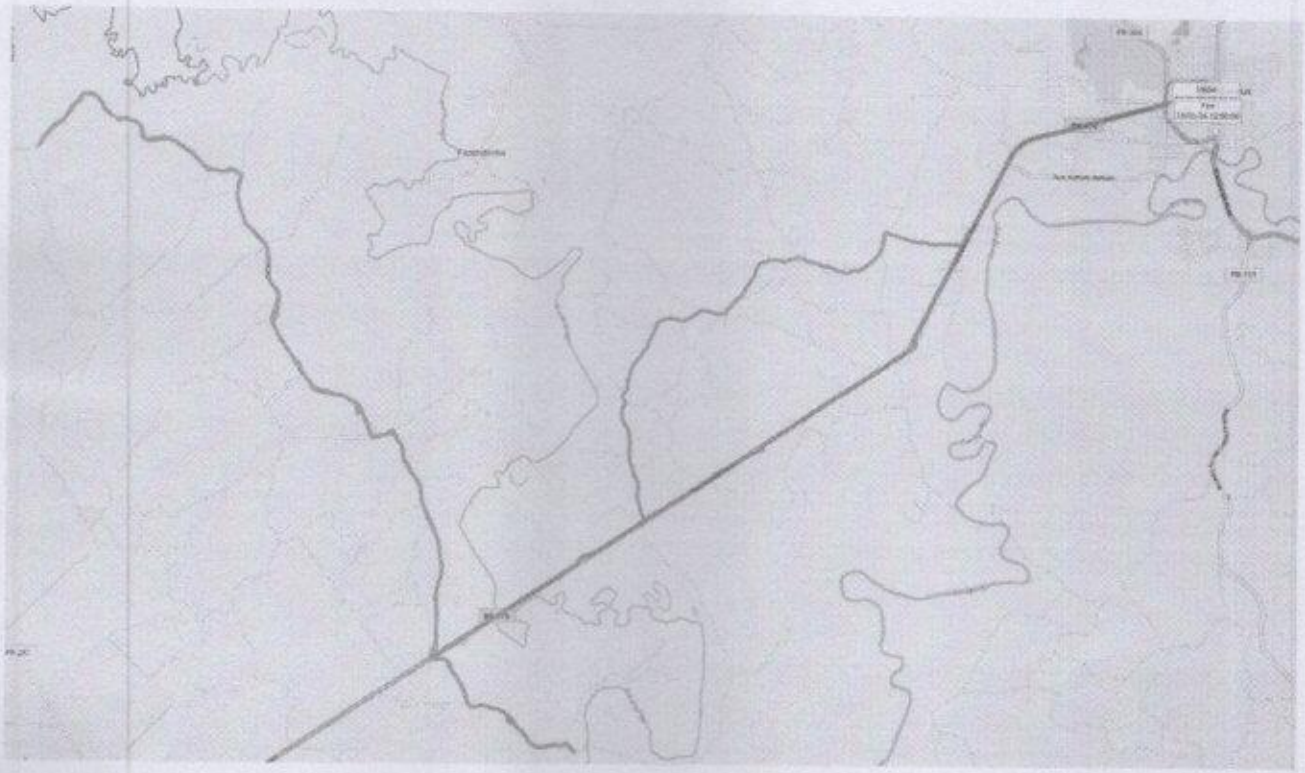
11

QUARTA-FEIRA - (TURVO DE BAIXO/FAXINAL DOS ELIAS/CAITÁ)



12 de

QUINTA-FEIRA - (POTINGA/EMBOQUE/PONTILHÃO/PALMITAL)



13
Id+

SEXTA-FEIRA - (FLUVIÓPOLIS/PONTILHÃO/COL.EUFROSINA)



PANEK
FRETAMENTO E TURISMO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 333/2023
DEZEMBRO/2025.

A Alberto Panek- Eireli -ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835,sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob n°13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Alberto Panek, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cedula de Identidade RG n° 8.618.197-5 SSPPR e inscrito no CPF/MF sob n°037.537.989-40, residente e domiciliado nesta cidade Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835, Centro, CEP: 83.900-000, vem por meio deste apresentar o relatório de execução do Contrato de Concessão nº 333/2023.

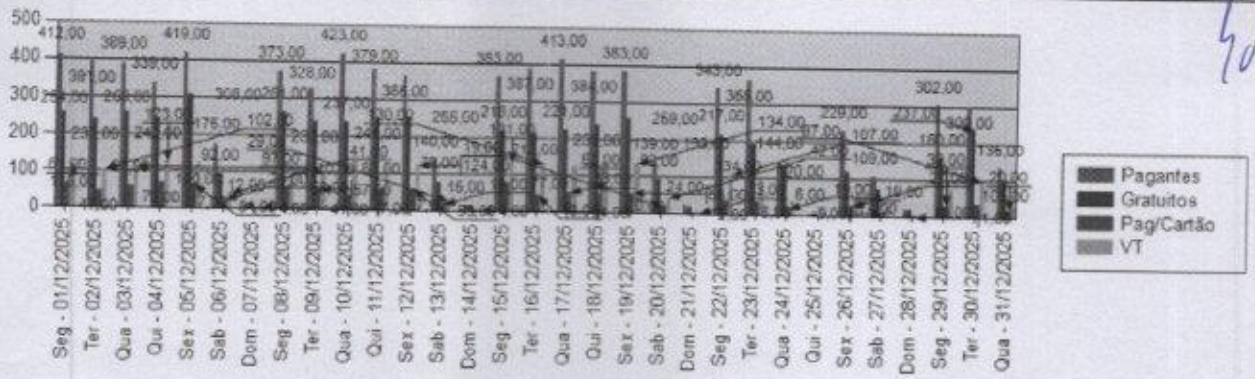
Durante todo o período, foi acompanhado a quantidade de passageiros que utilizam o transporte urbano, tivemos o total de 17.068 passageiros, dos quais 11.700 pagaram o valor de R$3,50 e aos domingos 100 pagaram o valor com o desconto de 50%, conforme prevê o contrato e 5.268 gratuitos, conforme tabela abaixo:

URBANO

Passageiros	Valor da passagem	Total	Valor R$
Pagantes	R$3,50	11.700	R$40.950,00
Pagante 50% de desconto	R$1,75	100	R$175,00
Gratuitos	R$ 00,00	5.268	00,00
Total		17.068	R$41.131,50

Grafico de passageiros por dia.

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: [Todas] - Gráfico - Quantitativo

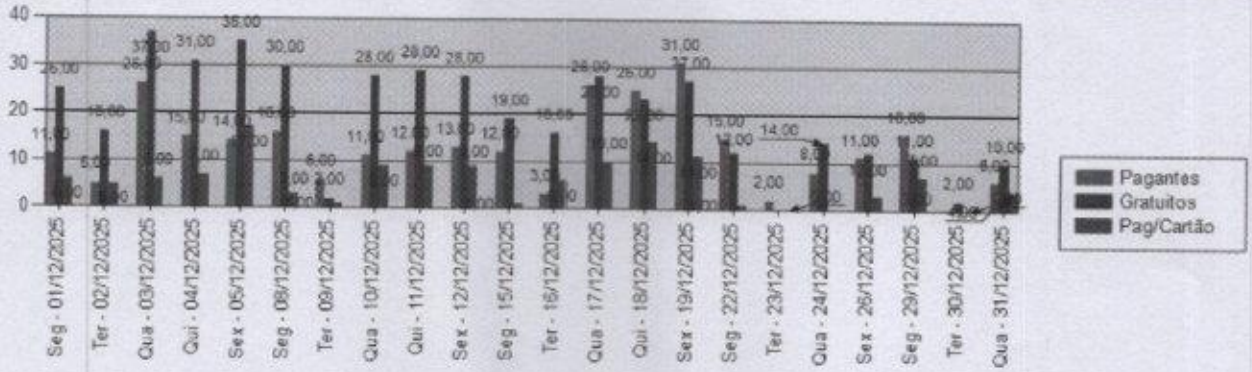


No mesmo periodo na linha Rural tivemos 848 passageiros, sendo 413 pagantes e 435 gratuitos, conforme a tabela a baixo.

RURAL

Passageiros	Total	Valor R$
Pagantes	413	R$4.130,00
gratuitos	435	00,00
Total	848	R$4.130,00

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: [Todas] - Gráfico - Quantitativo



Abaixo esta o demontrativo de passageiros do transporte urbano

Relatorio 01- Quilometragem Urbana

16

Linha: 001 - AMERICANA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/12/2025	2	162,873 km	0,000 km	162,873 km
02/12/2025	2	248,195 km	0,000 km	248,195 km
03/12/2025	1	123,731 km	0,000 km	123,731 km
04/12/2025	1	123,581 km	0,000 km	123,581 km
05/12/2025	2	237,241 km	0,000 km	237,241 km
06/12/2025	2	254,565 km	0,000 km	254,565 km
07/12/2025	1	100,617 km	0,000 km	100,617 km
08/12/2025	2	248,082 km	0,000 km	248,082 km
09/12/2025	2	210,835 km	0,000 km	210,835 km
10/12/2025	1	232,553 km	0,000 km	232,553 km
11/12/2025	1	156,473 km	0,000 km	156,473 km
12/12/2025	1	237,612 km	0,000 km	237,612 km
16/12/2025	1	113,141 km	0,000 km	113,141 km
17/12/2025	1	178,480 km	0,000 km	178,480 km
18/12/2025	1	124,352 km	0,000 km	124,352 km
19/12/2025	1	122,563 km	0,000 km	122,563 km
20/12/2025	1	119,703 km	0,000 km	119,703 km
22/12/2025	1	123,690 km	0,000 km	123,690 km
23/12/2025	1	123,665 km	0,000 km	123,665 km
24/12/2025	1	123,765 km	0,000 km	123,765 km
25/12/2025	1	100,067 km	0,000 km	100,067 km
26/12/2025	1	124,549 km	0,000 km	124,549 km
27/12/2025	2	135,979 km	0,000 km	135,979 km
29/12/2025	1	111,733 km	0,000 km	111,733 km
30/12/2025	1	111,080 km	0,000 km	111,080 km
Total	**32**	**3949,125 km**	**0,000 km**	**3949,125 km**

Linha: 002 - PALMEIRINHA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/12/2025	1	198,663 km	0,000 km	198,663 km
02/12/2025	1	111,029 km	0,000 km	111,029 km
03/12/2025	1	235,437 km	0,000 km	235,437 km
04/12/2025	1	233,753 km	0,000 km	233,753 km
05/12/2025	1	111,808 km	0,000 km	111,808 km
08/12/2025	1	111,066 km	0,000 km	111,066 km
09/12/2025	3	118,941 km	0,000 km	118,941 km
10/12/2025	1	123,656 km	0,000 km	123,656 km
11/12/2025	2	204,909 km	0,000 km	204,909 km
12/12/2025	2	122,478 km	0,000 km	122,478 km
13/12/2025	2	255,991 km	0,000 km	255,991 km
14/12/2025	1	98,359 km	0,000 km	98,359 km
15/12/2025	2	360,032 km	0,000 km	360,032 km
16/12/2025	2	248,197 km	0,000 km	248,197 km
17/12/2025	3	183,115 km	0,000 km	183,115 km
18/12/2025	2	239,093 km	0,000 km	239,093 km
19/12/2025	2	236,661 km	0,000 km	236,661 km
20/12/2025	1	131,817 km	0,000 km	131,817 km
21/12/2025	1	102,039 km	0,000 km	102,039 km
22/12/2025	2	240,161 km	0,000 km	240,161 km

17

23/12/2025	1	240,963 km	0,000 km	240,963 km
24/12/2025	1	239,644 km	0,000 km	239,644 km
26/12/2025	2	238,502 km	0,000 km	238,502 km
27/12/2025	1	123,152 km	0,000 km	123,152 km
28/12/2025	1	100,685 km	0,000 km	100,685 km
29/12/2025	2	249,032 km	0,000 km	249,032 km
30/12/2025	2	250,927 km	0,000 km	250,927 km
31/12/2025	2	361,823 km	0,000 km	361,823 km
Total	**44**	**5471,933 km**	**0,000 km**	**5471,933 km**

São considerados os dados abaixo, totalizando.

LINHA	Km
001 AMERICANA	3.949,12
002 PALMEIRINHA	5.471,93
TOTAL	9.421,05

Relatorio 02- Quilometragem Rural

Linha: 003 - RURAL

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/12/2025	1	82,054 km	0,000 km	82,054 km
02/12/2025	1	120,438 km	0,000 km	120,438 km
03/12/2025	1	121,513 km	0,000 km	121,513 km
04/12/2025	1	194,543 km	0,000 km	194,543 km
05/12/2025	1	193,393 km	0,000 km	193,393 km
08/12/2025	1	97,077 km	0,000 km	97,077 km
09/12/2025	1	64,022 km	0,000 km	64,022 km
10/12/2025	1	122,605 km	0,000 km	122,605 km
11/12/2025	1	195,650 km	0,000 km	195,650 km
12/12/2025	1	193,096 km	0,000 km	193,096 km
15/12/2025	1	96,762 km	0,000 km	96,762 km
16/12/2025	1	118,686 km	0,000 km	118,686 km
17/12/2025	1	121,923 km	0,000 km	121,923 km
18/12/2025	1	195,177 km	0,000 km	195,177 km
19/12/2025	1	194,820 km	0,000 km	194,820 km
22/12/2025	1	96,655 km	0,000 km	96,655 km
23/12/2025	1	63,624 km	0,000 km	63,624 km
24/12/2025	1	122,652 km	0,000 km	122,652 km
26/12/2025	1	193,904 km	0,000 km	193,904 km
29/12/2025	1	97,152 km	0,000 km	97,152 km

30/12/2025	1	63,782 km	0,000 km	63,782 km
31/12/2025	1	121,124 km	0,000 km	121,124 km
Total	**22**	**2870,663 km**	**0,000 km**	**2870,663 km**

Para fins de faturamento, são descontados 16 km da linha denominada Rio Claro do Sul, pois a mesma passa a adentrar no município de Mallet, o qual não faz parte da concessão, totalizando 2.854,66 Km no transporte rural.

A partir das quilometragens obtidas, foi realizado o cálculo do quilometro rodado, conforme o contrato prevê o valor de R$ 7,25 Km rodado para o Urbano e R$9,55 km rodado para o Rural, valor esse reajustado pelo INPC,atraves do 4ºTermo de apostilamento contido no diario oficial nº3565,conforme tabela abaixo.

LINHA	Km	Valor Km	Valor Total
URBANO	9.421,05	R$7,25	R$ 68.302,67
RURAL	2.854,66	R$9,55	R$ 27.262,03
KM TOTAL	12.275,71		R$ 95.564,70

Abaixo demonstramos os relatórios de demanda e arrecadação, tanto no quadro urbano quanto no rural, os quais também seguem anexos ao processo de pagamento.

Relatorio 03- Demanda por Dia – Urbano – Quantitativo.

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 01/12/2025	Terça-feira - 02/12/2025	Quarta-feira - 03/12/2025	Quinta-feira - 04/12/2025	Sexta-feira - 05/12/2025	Sábado - 06/12/2025	Domingo - 07/12/2025
Viagens	12	12	15	11	13	7	7
Frota	3	3	2	2	3	2	1
Gratuitos	254	237	258	242	308	92	17
Pag/Cartão	61	47	57	70	64	25	4
Pagantes	412	391	389	339	419	175	12
VT	116	102	110	123	120	41	7
Total	843	777	814	774	911	333	40

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 08/12/2025	Terça-feira - 09/12/2025	Quarta-feira - 10/12/2025	Quinta-feira - 11/12/2025	Sexta-feira - 12/12/2025	Sábado - 13/12/2025	Domingo - 14/12/2025
Viagens	12	27	10	9	11	7	3
Frota	3	3	2	3	3	2	1
Gratuitos	261	238	237	248	285	79	17
Pag/Cartão	56	57	41	60	59	19	4
Pagantes	373	328	423	379	366	140	15
VT	110	97	131	114	124	29	4
Total	602	720	832	801	803	267	40

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 15/12/2025	Terça-feira - 16/12/2025	Quarta-feira - 17/12/2025	Quinta-feira - 18/12/2025	Sexta-feira - 19/12/2025	Sábado - 20/12/2025	Domingo - 21/12/2025
Viagens	11	11	15	13	12	8	4
Frota	2	3	4	3	3	2	1
Gratuitos	218	212	221	238	259	92	20
Pag/Cartão	77	48	53	52	56	19	2
Pagantes	363	387	413	384	383	139	24
VT	131	130	122	135	134	42	3
Total	789	777	809	809	832	292	49

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 22/12/2025	Terça-feira - 23/12/2025	Quarta-feira - 24/12/2025	Quinta-feira - 25/12/2025	Sexta-feira - 26/12/2025	Sábado - 27/12/2025	Domingo - 28/12/2025
Viagens	11	10	8	4	11	8	4
Frota	3	2	2	1	3	3	1
Gratuitos	217	192	134	6	120	74	18
Pag/Cartão	40	37	19	0,00	27	9	1
Pagantes	343	366	144	6	229	109	19
VT	107	94	38	0,00	51	22	5
Total	707	689	335	14	427	214	43

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 29/12/2025	Terça-feira - 30/12/2025	Quarta-feira - 31/12/2025	Total
Viagens	11	10	8	315
Frota	3	3	2	5
Gratuitos	160	237	105	5.268
Pag/Cartão	32	34	20	1.152
Pagantes	302	300	135	8.206
VT	72	97	31	2.442
Total	566	668	291	17.068

20

Relatorio 04- Financeiro – Urbano – Financeiro.

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 01/12/2025	Terça-feira - 02/12/2025	Quarta-feira - 03/12/2025	Quinta-feira - 04/12/2025	Sexta-feira - 05/12/2025	Sábado - 06/12/2025	Domingo - 07/12/2025
Viagens	12	12	15	11	13	7	7
Frota	3	3	2	2	3	2	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	213,50	164,50	199,50	245,00	224,00	87,50	7,00
Pagantes	1.442,00	1.368,50	1.361,50	1.186,50	1.466,50	612,50	21,00
VT	406,00	357,00	385,00	430,50	420,00	143,50	12,25
Total	2.061,50	1.890,00	1.946,00	1.862,00	2.110,50	843,50	40,25

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 08/12/2025	Terça-feira - 09/12/2025	Quarta-feira - 10/12/2025	Quinta-feira - 11/12/2025	Sexta-feira - 12/12/2025	Sábado - 13/12/2025	Domingo - 14/12/2025
Viagens	12	27	10	9	11	7	3
Frota	3	3	2	3	3	2	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	203,00	199,50	143,50	210,00	206,50	66,50	7,00
Pagantes	1.305,50	1.154,50	1.480,50	1.326,50	1.277,50	490,00	26,25
VT	385,00	339,50	458,50	399,00	434,00	101,50	7,00
Total	1.893,50	1.693,50	2.082,50	1.935,50	1.918,00	658,00	40,25

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 15/12/2025	Terça-feira - 16/12/2025	Quarta-feira - 17/12/2025	Quinta-feira - 18/12/2025	Sexta-feira - 19/12/2025	Sábado - 20/12/2025	Domingo - 21/12/2025
Viagens	11	11	15	13	12	8	4
Frota	2	3	4	3	3	2	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	269,50	168,00	185,50	182,00	196,00	66,50	3,50
Pagantes	1.270,50	1.354,50	1.445,50	1.344,00	1.340,50	486,50	42,00
VT	458,50	455,00	427,00	472,50	469,00	147,00	5,25
Total	1.998,50	1.977,50	2.058,00	1.998,50	2.005,50	700,00	50,75

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 22/12/2025	Terça-feira - 23/12/2025	Quarta-feira - 24/12/2025	Quinta-feira - 25/12/2025	Sexta-feira - 26/12/2025	Sábado - 27/12/2025	Domingo - 28/12/2025
Viagens	11	10	8	4	11	8	4
Frota	3	2	2	1	3	3	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	140,00	129,50	66,50	0,00	94,50	31,50	1,75
Pagantes	1.200,50	1.281,00	504,00	21,00	801,50	381,50	33,25
VT	374,50	329,00	133,00	0,00	178,50	77,00	8,75
Total	1.715,00	1.739,50	703,50	21,00	1.074,50	490,00	43,75

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 29/12/2025	Terça-feira - 30/12/2025	Quarta-feira - 31/12/2025	Total
Viagens	11	10	8	315
Frota	3	3	2	5
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	112,00	119,00	70,00	4.012,75
Pagantes	1.057,00	1.050,00	472,50	28.605,00
VT	252,00	339,50	108,50	8.513,75
Total	1.421,00	1.508,50	651,00	41.131,50

Relatorio 05- Demanda por Dia – Rural – Quantitativo.

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 01/12/2025	Terça-feira - 02/12/2025	Quarta-feira - 03/12/2025	Quinta-feira - 04/12/2025	Sexta-feira - 05/12/2025	Segunda-feira - 08/12/2025	Terça-feira - 09/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	25	16	37	31	35	30	2
Pag/Cartão	6	5	6	7	17	3	1
Pagantes	11	5	26	15	14	16	6
Total	42	26	69	53	66	49	9

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 10/12/2025	Quinta-feira - 11/12/2025	Sexta-feira - 12/12/2025	Segunda-feira - 15/12/2025	Terça-feira - 16/12/2025	Quarta-feira - 17/12/2025	Quinta-feira - 18/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	28	29	28	19	16	28	23
Pag/Cartão	9	9	9	1	6	10	14
Pagantes	11	12	13	12	3	26	25
Total	48	50	50	32	25	64	62

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Sexta-feira - 19/12/2025	Segunda-feira - 22/12/2025	Terça-feira - 23/12/2025	Quarta-feira - 24/12/2025	Sexta-feira - 26/12/2025	Segunda-feira - 29/12/2025	Terça-feira - 30/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	27	12	0,00	14	12	11	2
Pag/Cartão	11	1	0	0,00	3	7	0
Pagantes	31	15	2	8	11	16	0,00
Total	69	28	2	22	26	34	2

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 31/12/2025	Total
Viagens	2	44
Frota	1	2
Gratuitos	10	435
Pag/Cartão	4	129
Pagantes	6	284
Total	20	848

Relatorio 06- Financeiro – Rural – Financeiro.

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 01/12/2025	Terça-feira - 02/12/2025	Quarta-feira - 03/12/2025	Quinta-feira - 04/12/2025	Sexta-feira - 05/12/2025	Segunda-feira - 08/12/2025	Terça-feira - 09/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	60,00	50,00	60,00	70,00	170,00	30,00	10,00
Pagantes	110,00	50,00	260,00	150,00	140,00	160,00	60,00
Total	170,00	100,00	320,00	220,00	310,00	190,00	70,00

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 10/12/2025	Quinta-feira - 11/12/2025	Sexta-feira - 12/12/2025	Segunda-feira - 15/12/2025	Terça-feira - 16/12/2025	Quarta-feira - 17/12/2025	Quinta-feira - 18/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	90,00	90,00	90,00	10,00	60,00	100,00	140,00
Pagantes	110,00	120,00	130,00	120,00	30,00	260,00	250,00
Total	200,00	210,00	220,00	130,00	90,00	360,00	390,00

22

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Sexta-feira - 19/12/2025	Segunda-feira - 22/12/2025	Terça-feira - 23/12/2025	Quarta-feira - 24/12/2025	Sexta-feira - 26/12/2025	Segunda-feira - 29/12/2025	Terça-feira - 30/12/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	110,00	10,00	0,00	0,00	30,00	70,00	0,00
Pagantes	310,00	150,00	20,00	60,00	110,00	160,00	0,00
Total	420,00	160,00	20,00	60,00	140,00	230,00	0,00

De: 01/12/2025 até 31/12/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 31/12/2025	Total
Viagens	2	44
Frota	1	2
Gratuitos	0,00	0,00
Pag/Cartão	40,00	1.290,00
Pagantes	60,00	2.840,00
Total	100,00	4.130,00

Para fins de faturamento final mensal foi realizada a apuração da quilometragem rodada em cada linha e deduzida a arrecadação através das tarifas, conforme tabelas abaixo:

URBANO

R$ total Km rodada	R$ 68.302,67
R$ arrecadado	-R$41.131,50
Valor a ser faturado	R$ 27.171,17

RURAL

R$ total Km rodada	R$ 27.262,03
R$ arrecadado	-R$4.130,00
Valor a ser faturado	R$23.132,03

Portanto, para fins de emissão de nota fiscal, serão somados os valores a serem faturados no Urbano e Rural, totalizando o montande de R$50.303,20

Sao Mateus do Sul,05 de dezembro de 2025.

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135

Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135
Dados: 2026.01.06 13:34:04 -03'00'

Alberto Panek eireli

PANEK
FRETAMENTO E TURISMO

23

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 333/2023
NOVEMBRO/2025.

A Alberto Panek- Eireli -ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835,sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob n°13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Alberto Panek, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cedula de Identidade RG n° 8.618.197-5 SSPPR e inscrito no CPF/MF sob n°037.537.989-40, residente e domiciliado nesta cidade Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835, Centro, CEP: 83.900-000, vem por meio deste apresentar o relatório de execução do Contrato de Concessão nº 333/2023.

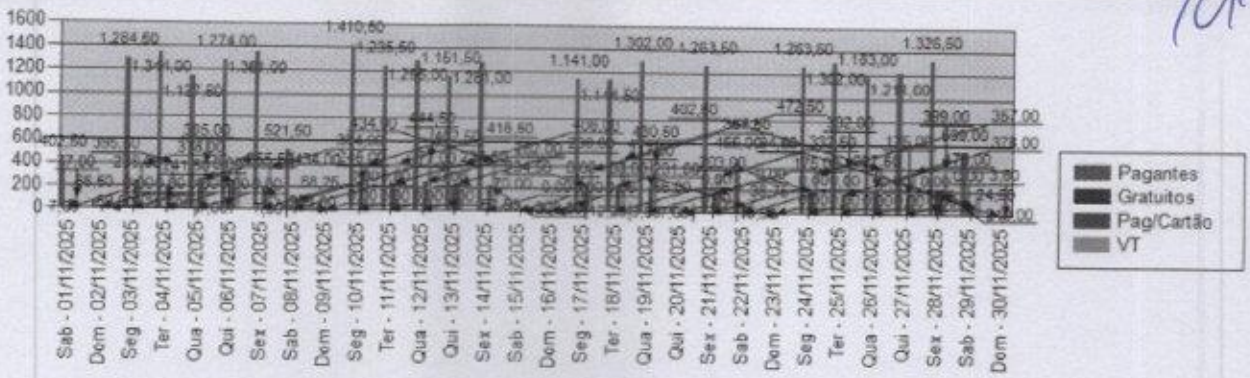
Durante todo o período, foi acompanhado a quantidade de passageiros que utilizam o transporte urbano, tivemos o total de 16.350 passageiros, dos quais 11.006 pagaram o valor de R$3,50 e aos domingos 201 pagaram o valor com o desconto de 50%, conforme prevê o contrato e 5.143 gratuitos, conforme tabela abaixo:

URBANO

Passageiros	Valor da passagem	Total	Valor R$
Pagantes	R$3,50	11.006	R$38.521,00
Pagante 50% de desconto	R$1,75	201	R$351,75
Gratuitos	R$ 00,00	5.143	00,00
Total		16.350	R$38.872,75

Grafico de passageiros por dia.

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Gráfico - Financeiro

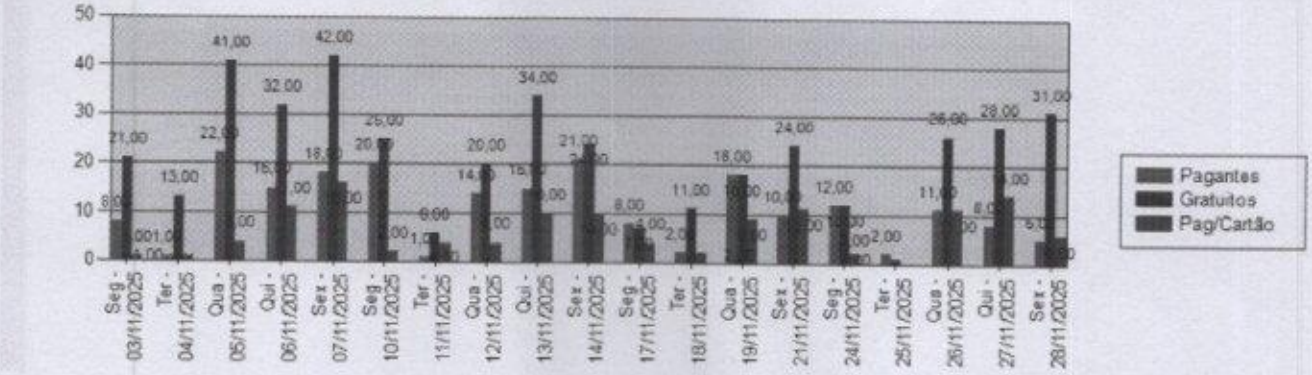


No mesmo periodo na linha Rural tivemos 749 passageiros, sendo 333 pagantes e 416 gratuitos, conforme a tabela a baixo.

RURAL

Passageiros	Total	Valor R$
Pagantes	333	R$3.330,00
gratuitos	416	00,00
Total	749	R$3.330,00

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Gráfico - Quantitativo



Abaixo esta o demontrativo de passageiros do transporte urbano

Relatorio 01- Quilometragem Urbana

25
Idan

Linha: 001 - AMERICANA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/11/2025	1	42,064 km	0,000 km	42,064 km
03/11/2025	1	123,552 km	0,000 km	123,552 km
04/11/2025	1	124,427 km	0,000 km	124,427 km
05/11/2025	1	125,029 km	0,000 km	125,029 km
06/11/2025	1	44,712 km	0,000 km	44,712 km
07/11/2025	1	123,442 km	0,000 km	123,442 km
08/11/2025	1	133,968 km	0,000 km	133,968 km
09/11/2025	1	75,050 km	0,000 km	75,050 km
10/11/2025	1	123,529 km	0,000 km	123,529 km
11/11/2025	1	123,994 km	0,000 km	123,994 km
12/11/2025	1	125,083 km	0,000 km	125,083 km
13/11/2025	1	123,898 km	0,000 km	123,898 km
14/11/2025	1	125,521 km	0,000 km	125,521 km
17/11/2025	2	123,874 km	0,000 km	123,874 km
18/11/2025	1	124,090 km	0,000 km	124,090 km
19/11/2025	2	147,092 km	0,000 km	147,092 km
21/11/2025	2	276,561 km	0,000 km	276,561 km
22/11/2025	2	253,440 km	0,000 km	253,440 km
23/11/2025	1	100,723 km	0,000 km	100,723 km
24/11/2025	2	166,895 km	0,000 km	166,895 km
25/11/2025	1	238,527 km	0,000 km	238,527 km
26/11/2025	1	228,667 km	0,000 km	228,667 km
27/11/2025	2	287,244 km	0,000 km	287,244 km
28/11/2025	2	243,287 km	0,000 km	243,287 km
29/11/2025	1	41,518 km	0,000 km	41,518 km
30/11/2025	1	101,408 km	0,000 km	101,408 km
Total	**33**	**3747,595 km**	**0,000 km**	**3747,595 km**
Total Geral	**33**	**3747,595 km**	**0,000 km**	**3747,595 km**

26
4 Dur

Linha: 002 - PALMEIRINHA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/11/2025	1	189,878 km	0,000 km	189,878 km
02/11/2025	1	92,171 km	0,000 km	92,171 km
03/11/2025	1	216,849 km	0,000 km	216,849 km
04/11/2025	2	224,021 km	0,000 km	224,021 km
05/11/2025	1	217,831 km	0,000 km	217,831 km
06/11/2025	1	216,146 km	0,000 km	216,146 km
07/11/2025	1	216,896 km	0,000 km	216,896 km
08/11/2025	1	109,875 km	0,000 km	109,875 km
09/11/2025	1	22,594 km	0,000 km	22,594 km
10/11/2025	1	225,273 km	0,000 km	225,273 km
11/11/2025	1	236,162 km	0,000 km	236,162 km
12/11/2025	1	237,145 km	0,000 km	237,145 km
13/11/2025	1	235,621 km	0,000 km	235,621 km
14/11/2025	1	236,493 km	0,000 km	236,493 km
15/11/2025	1	98,886 km	0,000 km	98,886 km
16/11/2025	1	98,878 km	0,000 km	98,878 km
17/11/2025	1	235,567 km	0,000 km	235,567 km
18/11/2025	1	235,570 km	0,000 km	235,570 km
19/11/2025	1	211,235 km	0,000 km	211,235 km
20/11/2025	1	98,477 km	0,000 km	98,477 km
21/11/2025	1	85,203 km	0,000 km	85,203 km
24/11/2025	1	192,456 km	0,000 km	192,456 km
25/11/2025	1	122,699 km	0,000 km	122,699 km
26/11/2025	1	135,916 km	0,000 km	135,916 km
27/11/2025	1	40,286 km	0,000 km	40,286 km
28/11/2025	1	124,150 km	0,000 km	124,150 km
29/11/2025	1	209,145 km	0,000 km	209,145 km
Total	**28**	**4565,423 km**	**0,000 km**	**4565,423 km**
Total Geral	**28**	**4565,423 km**	**0,000 km**	**4565,423 km**

São considerados os dados abaixo, totalizando.

LINHA	Km
001 AMERICANA	3.747,60
002 PALMEIRINHA	4.565,42
TOTAL	8.313,02

27
Idev

Linha: 003 - RURAL				
Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
03/11/2025	1	96,317 km	0,000 km	96,317 km
04/11/2025	1	122,584 km	0,000 km	122,584 km
05/11/2025	1	122,438 km	0,000 km	122,438 km
06/11/2025	1	195,053 km	0,000 km	195,053 km
07/11/2025	1	192,946 km	0,000 km	192,946 km
10/11/2025	2	94,927 km	0,000 km	94,927 km
11/11/2025	1	65,142 km	0,000 km	65,142 km
12/11/2025	2	135,269 km	0,000 km	135,269 km
13/11/2025	1	191,571 km	0,000 km	191,571 km
14/11/2025	1	191,458 km	0,000 km	191,458 km
17/11/2025	2	95,048 km	0,000 km	95,048 km
18/11/2025	1	119,627 km	0,000 km	119,627 km
19/11/2025	1	122,962 km	0,000 km	122,962 km
21/11/2025	1	192,903 km	0,000 km	192,903 km
24/11/2025	1	96,626 km	0,000 km	96,626 km
25/11/2025	1	64,408 km	0,000 km	64,408 km
26/11/2025	1	122,876 km	0,000 km	122,876 km
27/11/2025	1	195,950 km	0,000 km	195,950 km
28/11/2025	1	192,485 km	0,000 km	192,485 km
Total	22	2610,590 km	0,000 km	2610,590 km

Para fins de faturamento, são descontados 16 km da linha denominada Rio Claro do Sul, pois a mesma passa a adentrar no município de Mallet, o qual não faz parte da concessão, totalizando 2.594,590 Km no transporte rural.

A partir das quilometragens obtidas, foi realizado o cálculo do quilometro rodado, conforme o contrato prevê o valor de R$ 7,25 Km rodado para o Urbano e R$9,55 km rodado para o Rural, valor esse reajustado pelo INPC,atraves do 4°Termo de apostilamento contido no diario oficial n°3565,conforme tabela abaixo.

LINHA	Km	Valor Km	Valor Total
URBANO	8.313,02	R$7,25	R$ 60.269,38
RURAL	2.594,59	R$9,55	R$ 24.778,33
KM TOTAL	10.907,61		R$ 85.047,72

Abaixo demonstramos os relatórios de demanda e arrecadação, tanto no quadro urbano quanto no rural, os quais também seguem anexos ao processo de pagamento.

Relatorio 03- Demanda por Dia – Urbano – Quantitativo.

28

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Sábado - 01/11/2025	Domingo - 02/11/2025	Segunda-feira - 03/11/2025	Terça-feira - 04/11/2025	Quarta-feira - 05/11/2025	Quinta-feira - 06/11/2025	Sexta-feira - 07/11/2025
Viagens	7	4	8	11	10	11	11
Frota	2	1	2	3	2	2	2
Gratuitos	79	20	246	264	251	289	300
Pag/Cartão	17	2	68	56	73	69	58
Pagantes	115	19	367	384	325	364	386
VT	22	2	108	113	110	124	104
Total	233	43	789	819	759	846	848

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Sábado - 08/11/2025	Domingo - 09/11/2025	Segunda-feira - 10/11/2025	Terça-feira - 11/11/2025	Quarta-feira - 12/11/2025	Quinta-feira - 13/11/2025	Sexta-feira - 14/11/2025
Viagens	6	3	10	11	11	14	9
Frota	2	2	2	2	2	2	2
Gratuitos	100	25	304	228	276	201	244
Pag/Cartão	22	3	70	67	72	68	63
Pagantes	149	28	403	353	370	329	366
VT	36	5	115	119	127	116	124
Total	307	61	892	767	845	714	797

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Sábado - 15/11/2025	Domingo - 16/11/2025	Segunda-feira - 17/11/2025	Terça-feira - 18/11/2025	Quarta-feira - 19/11/2025	Quinta-feira - 20/11/2025	Sexta-feira - 21/11/2025
Viagens	4	3	13	8	11	3	10
Frota	1	1	3	2	3	1	3
Gratuitos	32	25	224	187	263	19	251
Pag/Cartão	7	2	67	66	62	6	50
Pagantes	40	30	326	327	372	32	361
VT	10	7	105	135	123	4	95
Total	89	64	722	715	820	61	757

29
4/12

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Sábado - 22/11/2025	Domingo - 23/11/2025	Segunda-feira - 24/11/2025	Terça-feira - 25/11/2025	Quarta-feira - 26/11/2025	Quinta-feira - 27/11/2025	Sexta-feira - 28/11/2025
Viagens	7	4	11	9	12	10	9
Frota	2	1	3	2	2	3	3
Gratuitos	81	15	212	197	232	232	229
Pag/Cartão	18	4	58	50	65	50	60
Pagantes	130	21	361	372	336	346	379
VT	37	4	102	112	115	108	114
Total	266	44	733	731	750	736	782

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Sábado - 29/11/2025	Domingo - 30/11/2025	Total
Viagens	7	3	250
Frota	2	1	3
Gratuitos	93	24	5.143
Pag/Cartão	27	2	1.304
Pagantes	154	14	7.561
VT	42	4	2.342
Total	316	44	16.350

Relatorio 04- Financeiro – Urbano – Financeiro.

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Sábado - 01/11/2025	Domingo - 02/11/2025	Segunda-feira - 03/11/2025	Terça-feira - 04/11/2025	Quarta-feira - 05/11/2025	Quinta-feira - 06/11/2025	Sexta-feira - 07/11/2025
Viagens	7	4	8	11	10	11	11
Frota	2	1	2	3	2	2	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	59,50	7,00	238,00	203,00	255,50	241,50	203,00
Pagantes	402,50	66,50	1.284,50	1.344,00	1.137,50	1.274,00	1.351,00
VT	77,00	7,00	378,00	395,50	385,00	434,00	364,00
Total	539,00	80,50	1.900,50	1.942,50	1.778,00	1.949,50	1.918,00

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Sábado - 08/11/2025	Domingo - 09/11/2025	Segunda-feira - 10/11/2025	Terça-feira - 11/11/2025	Quarta-feira - 12/11/2025	Quinta-feira - 13/11/2025	Sexta-feira - 14/11/2025
Viagens	6	3	10	11	11	14	9
Frota	2	2	2	2	2	2	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	77,00	7,00	245,00	234,50	252,00	238,00	220,50
Pagantes	521,50	68,25	1.410,50	1.235,50	1.295,00	1.151,50	1.261,00
VT	126,00	9,75	402,50	416,50	444,50	406,00	434,00
Total	724,50	84,00	2.058,00	1.886,50	1.991,50	1.795,50	1.935,50

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Sábado - 15/11/2025	Domingo - 16/11/2025	Segunda-feira - 17/11/2025	Terça-feira - 18/11/2025	Quarta-feira - 19/11/2025	Quinta-feira - 20/11/2025	Sexta-feira - 21/11/2025
Viagens	4	3	13	8	11	3	10
Frota	1	1	3	2	3	1	3
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	12,25	3,50	234,50	231,00	217,00	10,50	175,00
Pagantes	70,00	52,50	1.141,00	1.144,50	1.302,00	56,00	1.263,50
VT	35,00	12,25	367,50	472,50	430,50	7,00	332,50
Total	117,25	68,25	1.743,00	1.848,00	1.949,50	73,50	1.771,00

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Sábado - 22/11/2025	Domingo - 23/11/2025	Segunda-feira - 24/11/2025	Terça-feira - 25/11/2025	Quarta-feira - 26/11/2025	Quinta-feira - 27/11/2025	Sexta-feira - 28/11/2025
Viagens	7	4	11	9	12	10	9
Frota	2	1	3	2	2	3	3
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	63,00	7,00	203,00	175,00	227,50	175,00	210,00
Pagantes	455,00	36,75	1.263,50	1.302,00	1.163,00	1.211,00	1.326,50
VT	129,50	7,00	357,00	392,00	402,50	378,00	399,00
Total	647,50	50,75	1.823,50	1.869,00	1.813,00	1.764,00	1.935,50

30
Edw

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Sábado - 29/11/2025	Domingo - 30/11/2025	Total
Viagens	7	3	250
Frota	2	1	3
Gratuitos	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	94,50	3,50	4.523,75
Pagantes	539,00	24,50	26.194,00
VT	147,00	7,00	8.155,00
Total	780,50	35,00	38.872,75

Relatorio 05- Demanda por Dia – Rural – Quantitativo.

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 03/11/2025	Terça-feira - 04/11/2025	Quarta-feira - 05/11/2025	Quinta-feira - 06/11/2025	Sexta-feira - 07/11/2025	Segunda-feira - 10/11/2025	Terça-feira - 11/11/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	2	1
Gratuitos	21	13	41	32	42	25	6
Pag/Cartão	1	1	4	11	16	2	4
Pagantes	8	1	22	15	18	20	1
Total	30	15	67	58	76	47	11

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 12/11/2025	Quinta-feira - 13/11/2025	Sexta-feira - 14/11/2025	Segunda-feira - 17/11/2025	Terça-feira - 18/11/2025	Quarta-feira - 19/11/2025	Sexta-feira - 21/11/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	2	1	1	2	1	1	1
Gratuitos	20	34	24	7	11	18	24
Pag/Cartão	4	10	10	4	2	9	11
Pagantes	14	15	21	8	2	18	10
Total	38	59	55	19	15	45	45

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Quantitativo

Dia	Segunda-feira - 24/11/2025	Terça-feira - 25/11/2025	Quarta-feira - 26/11/2025	Quinta-feira - 27/11/2025	Sexta-feira - 28/11/2025	Total
Viagens	2	2	2	2	2	38
Frota	1	1	1	1	1	2
Gratuitos	12	1	26	28	31	416
Pag/Cartão	2	0,00	11	14	6	122
Pagantes	12	2	11	8	5	211
Total	26	3	48	50	42	749

Relatorio 06- Financeiro – Rural – Financeiro.

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 03/11/2025	Terça-feira - 04/11/2025	Quarta-feira - 05/11/2025	Quinta-feira - 06/11/2025	Sexta-feira - 07/11/2025	Segunda-feira - 10/11/2025	Terça-feira - 11/11/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	2	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	10,00	10,00	40,00	110,00	160,00	20,00	40,00
Pagantes	80,00	10,00	220,00	150,00	180,00	200,00	10,00
Total	90,00	20,00	260,00	260,00	340,00	220,00	50,00

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 12/11/2025	Quinta-feira - 13/11/2025	Sexta-feira - 14/11/2025	Segunda-feira - 17/11/2025	Terça-feira - 18/11/2025	Quarta-feira - 19/11/2025	Sexta-feira - 21/11/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	2	1	1	2	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	40,00	100,00	100,00	40,00	20,00	90,00	110,00
Pagantes	140,00	150,00	210,00	80,00	20,00	180,00	100,00
Total	180,00	250,00	310,00	120,00	40,00	270,00	210,00

De: 01/11/2025 até 30/11/2025 - Empresa: [Todas] - Financeiro

Dia	Segunda-feira - 24/11/2025	Terça-feira - 25/11/2025	Quarta-feira - 26/11/2025	Quinta-feira - 27/11/2025	Sexta-feira - 28/11/2025	Total
Viagens	2	2	2	2	2	38
Frota	1	1	1	1	1	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	20,00	0,00	110,00	140,00	60,00	1.220,00
Pagantes	120,00	20,00	110,00	80,00	50,00	2.110,00
Total	140,00	20,00	220,00	220,00	110,00	3.330,00

Para fins de faturamento final mensal foi realizada a apuração da quilometragem rodada em cada linha e deduzida a arrecadação através das tarifas, conforme tabelas abaixo:

URBANO

R$ total Km rodada	R$ 60.269,38
R$ arrecadado	-R$38.872,75
Valor a ser faturado	R$ 21.396,63

RURAL

R$ total Km rodada	R$ 24.778,33
R$ arrecadado	-R$3.330,00
Valor a ser faturado	R$21.448,33

Portanto, para fins de emissão de nota fiscal, serão somados os valores a serem faturados no Urbano e Rural, totalizando o montande de R$42.844,97

Sao Mateus do Sul,01 de dezembro de 2025.

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135

Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135 Dados: 2025.12.02 12:58:29 -03'00'

Alberto Panek eireli

PANEK
FRETAMENTO E TURISMO

32

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 333/2023
OUTUBRO/2025.

A Alberto Panek- Eireli -ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835,sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob n°13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Alberto Panek, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cedula de Identidade RG n° 8.618.197-5 SSPPR e inscrito no CPF/MF sob n°037.537.989-40, residente e domiciliado nesta cidade Estado do Paraná, a Avenida Ozy Mendonça de Lima, n° 835, Centro, CEP: 83.900-000, vem por meio deste apresentar o relatório de execução do Contrato de Concessão nº 333/2023.

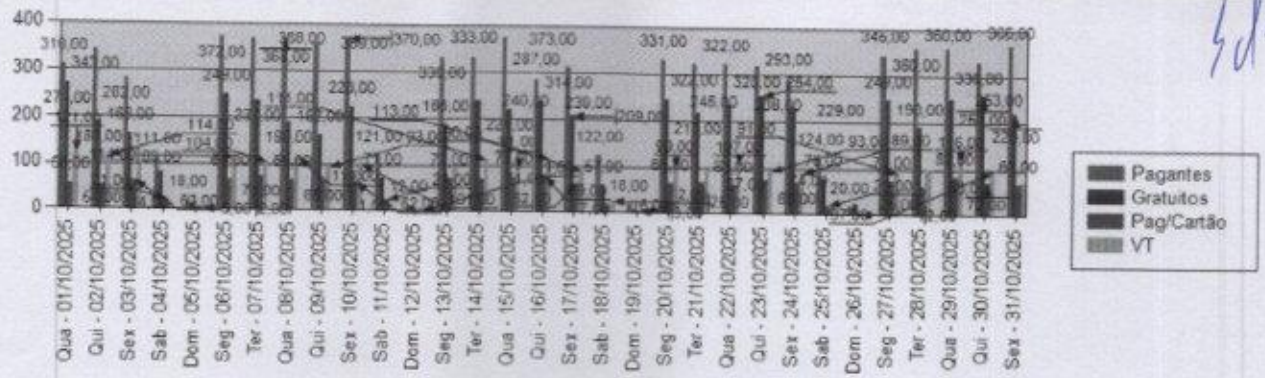
Durante todo o período, foi acompanhado a quantidade de passageiros que utilizam o transporte urbano, tivemos o total de 17.818 passageiros, dos quais 12.280 pagaram o valor de R$3,50 e aos domingos 69 pagaram o valor com o desconto de 50%, conforme prevê o contrato e 5.469 gratuitos, conforme tabela abaixo:

URBANO

Passageiros	Valor da passagem	Total	Valor R$
Pagantes	R$3,50	12.280	R$42.980,00
Pagante 50% de desconto	R$1,75	69	R$120,75
Gratuitos	R$ 00,00	5.469	00,00
Total		17.818	R$43.100,75

Grafico de passageiros por dia.

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Gráfico - Quantitativo

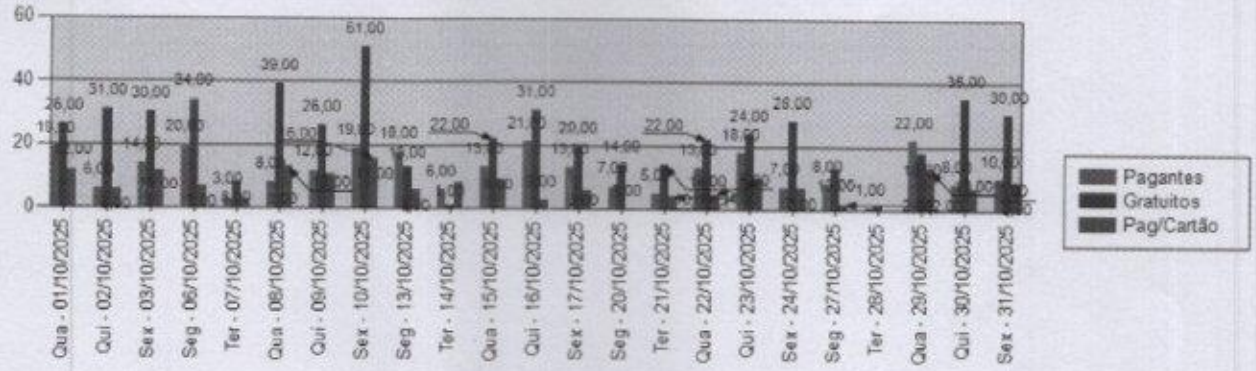


No mesmo periodo na linha Rural tivemos 972 passageiros,440 sendo pagantes e 532 gratuitos, conforme a tabela a baixo.

RURAL

Passageiros	Total	Valor R$
Pagantes	440	R$4.400,00
gratuitos	532	00,00
Total	972	R$4.400,00

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Gráfico - Quantitativo



Abaixo esta o demontrativo de passageiros do transporte urbano

Relatorio 01- Quilometragem Urbana

34
10 N

Linha: 001 - AMERICANA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/10/2025	1	109,975 km	0,000 km	109,975 km
02/10/2025	1	113,815 km	0,000 km	113,815 km
03/10/2025	1	113,409 km	0,000 km	113,409 km
04/10/2025	1	108,021 km	0,000 km	108,021 km
05/10/2025	1	100,080 km	0,000 km	100,080 km
06/10/2025	1	113,805 km	0,000 km	113,805 km
07/10/2025	1	114,524 km	0,000 km	114,524 km
08/10/2025	2	112,792 km	0,000 km	112,792 km
09/10/2025	1	122,826 km	0,000 km	122,826 km
10/10/2025	1	122,807 km	0,000 km	122,807 km
11/10/2025	1	121,914 km	0,000 km	121,914 km
13/10/2025	1	124,973 km	0,000 km	124,973 km
14/10/2025	2	237,270 km	0,000 km	237,270 km
15/10/2025	1	123,821 km	0,000 km	123,821 km
16/10/2025	1	124,100 km	0,000 km	124,100 km
17/10/2025	1	124,021 km	0,000 km	124,021 km
18/10/2025	1	120,780 km	0,000 km	120,780 km
19/10/2025	1	99,175 km	0,000 km	99,175 km
20/10/2025	2	124,292 km	0,000 km	124,292 km
21/10/2025	1	123,528 km	0,000 km	123,528 km

Linha: 001 - AMERICANA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
22/10/2025	1	110,772 km	0,000 km	110,772 km
23/10/2025	1	110,082 km	0,000 km	110,082 km
24/10/2025	1	110,457 km	0,000 km	110,457 km
25/10/2025	1	134,316 km	0,000 km	134,316 km
27/10/2025	1	110,993 km	0,000 km	110,993 km
28/10/2025	1	110,436 km	0,000 km	110,436 km
29/10/2025	1	110,161 km	0,000 km	110,161 km
30/10/2025	1	112,480 km	0,000 km	112,480 km
31/10/2025	1	110,267 km	0,000 km	110,267 km
Total	**32**	**3475,892 km**	**0,000 km**	**3475,892 km**

35
4d n

Linha: 002 - PALMEIRINHA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/10/2025	1	205,337 km	0,000 km	205,337 km
02/10/2025	1	205,337 km	0,000 km	205,337 km
03/10/2025	1	203,989 km	0,000 km	203,989 km
04/10/2025	1	108,422 km	0,000 km	108,422 km
06/10/2025	1	203,657 km	0,000 km	203,657 km
07/10/2025	1	203,487 km	0,000 km	203,487 km
08/10/2025	1	204,143 km	0,000 km	204,143 km
09/10/2025	1	204,674 km	0,000 km	204,674 km
10/10/2025	1	203,706 km	0,000 km	203,706 km
11/10/2025	1	96,081 km	0,000 km	96,081 km
12/10/2025	1	89,410 km	0,000 km	89,410 km
13/10/2025	1	204,316 km	0,000 km	204,316 km
14/10/2025	1	102,071 km	0,000 km	102,071 km
15/10/2025	1	205,049 km	0,000 km	205,049 km
16/10/2025	1	205,047 km	0,000 km	205,047 km
17/10/2025	1	204,572 km	0,000 km	204,572 km
18/10/2025	1	119,514 km	0,000 km	119,514 km
20/10/2025	1	205,396 km	0,000 km	205,396 km
21/10/2025	1	204,375 km	0,000 km	204,375 km
22/10/2025	1	217,514 km	0,000 km	217,514 km

Linha: 002 - PALMEIRINHA

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
23/10/2025	1	217,203 km	0,000 km	217,203 km
24/10/2025	1	216,342 km	0,000 km	216,342 km
25/10/2025	2	118,146 km	0,000 km	118,146 km
26/10/2025	1	101,612 km	0,000 km	101,612 km
27/10/2025	1	217,356 km	0,000 km	217,356 km
28/10/2025	1	216,394 km	0,000 km	216,394 km
29/10/2025	1	217,211 km	0,000 km	217,211 km
30/10/2025	1	216,123 km	0,000 km	216,123 km
31/10/2025	1	215,302 km	0,000 km	215,302 km
Total	**30**	**5331,786 km**	**0,000 km**	**5331,786 km**

São considerados os dados abaixo, totalizando.

LINHA	Km
001 AMERICANA	3.475,89
002 PALMEIRINHA	5.331,78
TOTAL	8.807,68

36
Idv

Relatorio 02- Quilometragem Rural

Linha: 003 - RURAL					
Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total	
01/10/2025	1	122,685 km	0,000 km	122,685 km	
02/10/2025	1	195,853 km	0,000 km	195,853 km	
03/10/2025	1	195,191 km	0,000 km	195,191 km	
06/10/2025	1	97,350 km	0,000 km	97,350 km	
07/10/2025	1	118,988 km	0,000 km	118,988 km	
08/10/2025	1	121,819 km	0,000 km	121,819 km	
09/10/2025	1	197,574 km	0,000 km	197,574 km	
10/10/2025	1	193,349 km	0,000 km	193,349 km	
13/10/2025	1	96,966 km	0,000 km	96,966 km	
14/10/2025	1	63,821 km	0,000 km	63,821 km	
15/10/2025	1	121,645 km	0,000 km	121,645 km	
16/10/2025	1	195,293 km	0,000 km	195,293 km	
17/10/2025	1	192,574 km	0,000 km	192,574 km	
20/10/2025	1	96,724 km	0,000 km	96,724 km	
21/10/2025	1	118,524 km	0,000 km	118,524 km	
22/10/2025	1	121,932 km	0,000 km	121,932 km	
23/10/2025	1	196,491 km	0,000 km	196,491 km	
24/10/2025	1	195,737 km	0,000 km	195,737 km	
27/10/2025	1	97,161 km	0,000 km	97,161 km	
28/10/2025	1	64,534 km	0,000 km	64,534 km	
Linha: 003 - RURAL					
Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total	
29/10/2025	1	121,939 km	0,000 km	121,939 km	
30/10/2025	1	196,106 km	0,000 km	196,106 km	
31/10/2025	1	194,737 km	0,000 km	194,737 km	
Total	23	3316,993 km	0,000 km	3316,993 km	

Para fins de faturamento, são descontados 20 km da linha denominada Rio Claro do Sul, pois a mesma passa a adentrar no município de Mallet, o qual não faz parte da concessão, totalizando 3.296,993 Km no transporte rural.

A partir das quilometragens obtidas, foi realizado o cálculo do quilometro rodado, conforme o contrato prevê o valor de R$ 7,25 Km rodado para o Urbano e R$9,55 km rodado para o Rural, valor esse reajustado pelo INPC,atraves do 4ºTermo de apostilamento contido no diario oficial nº3565,conforme tabela abaixo.

LINHA	Km	Valor Km	Valor Total
URBANO	8.807,68	R$7,25	R$ 63.855,67
RURAL	3.296,993	R$9,55	R$ 31.486,28
KM TOTAL	12.104,67		R$ 95.341,95

37
4da

Abaixo demonstramos os relatórios de demanda e arrecadação, tanto no quadro urbano quanto no rural, os quais também seguem anexos ao processo de pagamento.

Relatorio 03- Demanda por Dia – Urbano – Quantitativo.

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 01/10/2025	Quinta-feira - 02/10/2025	Sexta-feira - 03/10/2025	Sábado - 04/10/2025	Domingo - 05/10/2025	Segunda-feira - 06/10/2025	Terça-feira - 07/10/2025
Viagens	8	8	7	5	4	7	8
Frota	2	2	2	2	1	2	2
Gratuitos	271	186	163	60	14	249	237
Pag/Cartão	56	54	63	21	3	64	73
Pagantes	310	343	282	111	18	372	368
VT	121	114	102	15	2	114	104
Total	758	697	610	227	37	799	782

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 08/10/2025	Quinta-feira - 09/10/2025	Sexta-feira - 10/10/2025	Sábado - 11/10/2025	Domingo - 12/10/2025	Segunda-feira - 13/10/2025	Terça-feira - 14/10/2025
Viagens	7	7	8	7	2	8	12
Frota	3	2	2	2	1	2	3
Gratuitos	190	162	223	71	11	186	240
Pag/Cartão	65	65	62	24	0,00	72	71
Pagantes	365	359	370	121	12	330	333
VT	114	93	101	17	1	100	111
Total	737	679	756	233	24	688	755

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 15/10/2025	Quinta-feira - 16/10/2025	Sexta-feira - 17/10/2025	Sábado - 18/10/2025	Domingo - 19/10/2025	Segunda-feira - 20/10/2025	Terça-feira - 21/10/2025
Viagens	8	10	10	7	4	10	8
Frota	2	2	2	2	1	3	2
Gratuitos	221	239	209	67	7	245	217
Pag/Cartão	73	79	62	16	3	66	67
Pagantes	373	287	314	122	18	331	322
VT	91	113	90	25	2	99	92
Total	758	718	675	220	30	741	698

38
Sdet

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 22/10/2025	Quinta-feira - 23/10/2025	Sexta-feira - 24/10/2025	Sábado - 25/10/2025	Domingo - 26/10/2025	Segunda-feira - 27/10/2025	Terça-feira - 28/10/2025
Viagens	12	14	9	6	4	9	9
Frota	2	2	2	3	1	2	2
Gratuitos	238	254	229	76	25	249	190
Pag/Cartão	63	74	69	20	2	73	63
Pagantes	322	320	293	124	20	345	360
VT	107	93	89	16	1	91	99
Total	730	741	680	236	48	758	712

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 29/10/2025	Quinta-feira - 30/10/2025	Sexta-feira - 31/10/2025	Total
Viagens	11	10	9	248
Frota	2	2	2	3
Gratuitos	253	257	220	5.469
Pag/Cartão	82	72	67	1.644
Pagantes	360	330	365	8.303
VT	116	97	72	2.402
Total	811	756	724	17.818

Relatorio 04- Financeiro – Urbano – Financeiro.

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 01/10/2025	Quinta-feira - 02/10/2025	Sexta-feira - 03/10/2025	Sábado - 04/10/2025	Domingo - 05/10/2025	Segunda-feira - 06/10/2025	Terça-feira - 07/10/2025
Viagens	8	8	7	5	4	7	8
Frota	2	2	2	2	1	2	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	196,00	189,00	220,50	73,50	5,25	224,00	255,50
Pagantes	1.085,00	1.200,50	987,00	388,50	31,50	1.302,00	1.268,00
VT	423,50	399,00	357,00	52,50	3,50	399,00	384,00
Total	1.704,50	1.788,50	1.564,50	514,50	40,25	1.925,00	1.907,50

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 08/10/2025	Quinta-feira - 09/10/2025	Sexta-feira - 10/10/2025	Sábado - 11/10/2025	Domingo - 12/10/2025	Segunda-feira - 13/10/2025	Terça-feira - 14/10/2025
Viagens	7	7	8	7	2	8	12
Frota	3	2	2	2	1	2	3
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	227,50	227,50	217,00	84,00	0,00	252,00	248,50
Pagantes	1.288,00	1.256,50	1.295,00	423,50	42,00	1.155,00	1.165,50
VT	399,00	325,50	353,50	59,50	3,50	350,00	388,50
Total	1.914,50	1.809,50	1.865,50	567,00	45,50	1.757,00	1.802,50

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 15/10/2025	Quinta-feira - 16/10/2025	Sexta-feira - 17/10/2025	Sábado - 18/10/2025	Domingo - 19/10/2025	Segunda-feira - 20/10/2025	Terça-feira - 21/10/2025
Viagens	8	10	10	7	4	10	8
Frota	2	2	2	2	1	3	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	255,50	276,50	217,00	56,00	5,25	231,00	234,50
Pagantes	1.305,50	1.004,50	1.099,00	427,00	31,50	1.158,50	1.127,00
VT	318,50	395,50	315,00	87,50	3,50	346,50	322,00
Total	1.879,50	1.676,50	1.631,00	570,50	40,25	1.736,00	1.683,50

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 22/10/2025	Quinta-feira - 23/10/2025	Sexta-feira - 24/10/2025	Sábado - 25/10/2025	Domingo - 26/10/2025	Segunda-feira - 27/10/2025	Terça-feira - 28/10/2025
Viagens	12	14	9	6	4	9	9
Frota	2	2	2	3	1	2	2
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	220,50	259,00	241,50	70,00	3,50	255,50	220,50
Pagantes	1.127,00	1.120,00	1.025,50	434,00	35,00	1.207,50	1.260,00
VT	374,50	325,50	311,50	56,00	1,75	318,50	346,50
Total	1.722,00	1.704,50	1.578,50	560,00	40,25	1.781,50	1.827,00

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 29/10/2025	Quinta-feira - 30/10/2025	Sexta-feira - 31/10/2025	Total
Viagens	11	10	9	248
Frota	2	2	2	3
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	287,00	252,00	234,50	5.740,00
Pagantes	1.260,00	1.155,00	1.277,50	28.962,50
VT	406,00	339,50	252,00	8.398,25
Total	1.953,00	1.746,50	1.764,00	43.100,75

Relatorio 05- Demanda por Dia – Rural – Quantitativo.

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quarta-feira - 01/10/2025	Quinta-feira - 02/10/2025	Sexta-feira - 03/10/2025	Segunda-feira - 06/10/2025	Terça-feira - 07/10/2025	Quarta-feira - 08/10/2025	Quinta-feira - 09/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	26	31	30	34	8	39	26
Pag/Cartão	12	6	12	7	3	13	11
Pagantes	19	6	14	20	3	8	12
Total	57	43	56	61	14	60	49

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Sexta-feira - 10/10/2025	Segunda-feira - 13/10/2025	Terça-feira - 14/10/2025	Quarta-feira - 15/10/2025	Quinta-feira - 16/10/2025	Sexta-feira - 17/10/2025	Segunda-feira - 20/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	51	13	1	22	31	20	14
Pag/Cartão	16	6	8	9	3	6	0,00
Pagantes	19	18	6	13	21	13	7
Total	86	37	15	44	55	39	21

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Terça-feira - 21/10/2025	Quarta-feira - 22/10/2025	Quinta-feira - 23/10/2025	Sexta-feira - 24/10/2025	Segunda-feira - 27/10/2025	Terça-feira - 28/10/2025	Quarta-feira - 29/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	14	22	24	28	13	2	18
Pag/Cartão	4	5	10	7	2	0,00	13
Pagantes	5	13	18	7	8	1	22
Total	23	40	52	42	23	3	53

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Quantitativo

Dia	Quinta-feira - 30/10/2025	Sexta-feira - 31/10/2025	Total
Viagens	2	2	46
Frota	1	1	1
Gratuitos	35	30	532
Pag/Cartão	7	9	169
Pagantes	8	10	271
Total	50	49	972

Relatorio 06- Financeiro – Rural – Financeiro.

49

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quarta-feira - 01/10/2025	Quinta-feira - 02/10/2025	Sexta-feira - 03/10/2025	Segunda-feira - 06/10/2025	Terça-feira - 07/10/2025	Quarta-feira - 08/10/2025	Quinta-feira - 09/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	120,00	60,00	120,00	70,00	30,00	130,00	110,00
Pagantes	190,00	60,00	140,00	200,00	30,00	80,00	120,00
Total	310,00	120,00	260,00	270,00	60,00	210,00	230,00

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Sexta-feira - 10/10/2025	Segunda-feira - 13/10/2025	Terça-feira - 14/10/2025	Quarta-feira - 15/10/2025	Quinta-feira - 16/10/2025	Sexta-feira - 17/10/2025	Segunda-feira - 20/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	160,00	60,00	80,00	90,00	30,00	60,00	0,00
Pagantes	190,00	180,00	60,00	130,00	210,00	130,00	70,00
Total	350,00	240,00	140,00	220,00	240,00	190,00	70,00

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Terça-feira - 21/10/2025	Quarta-feira - 22/10/2025	Quinta-feira - 23/10/2025	Sexta-feira - 24/10/2025	Segunda-feira - 27/10/2025	Terça-feira - 28/10/2025	Quarta-feira - 29/10/2025
Viagens	2	2	2	2	2	2	2
Frota	1	1	1	1	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	40,00	50,00	100,00	70,00	20,00	0,00	130,00
Pagantes	50,00	130,00	180,00	70,00	80,00	10,00	220,00
Total	90,00	180,00	280,00	140,00	100,00	10,00	350,00

De: 01/10/2025 até 31/10/2025 - Empresa: 3 ALBERTO PANEK LTDA - Financeiro

Dia	Quinta-feira - 30/10/2025	Sexta-feira - 31/10/2025	Total
Viagens	2	2	46
Frota	1	1	1
Gratuitos	0,00	0,00	0,00
Pag/Cartão	70,00	90,00	1.690,00
Pagantes	80,00	100,00	2.710,00
Total	150,00	190,00	4.400,00

Para fins de faturamento final mensal foi realizada a apuração da quilometragem rodada em cada linha e deduzida a arrecadação através das tarifas, conforme tabelas abaixo:

URBANO

R$ total Km rodada	R$ 63.855,67
R$ arrecadado	-R$43.100,75
Valor a ser faturado	R$ 20.754,92

RURAL

R$ total Km rodada	R$ 31.486,28
R$ arrecadado	-R$4.400,00
Valor a ser faturado	R$27.086,28

Portanto, para fins de emissão de nota fiscal, serão somados os valores a serem faturados no Urbano e Rural, totalizando o montande de R$47.841,20

Sao Mateus do Sul,03 de novembro de 2025.

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135 Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135 Dados: 2025.11.26 14:29:59 -03'00'

Quilometragem por Carreira

Sistema:
Proprietário:

De: 01/10/2025 até 31/12/2025 - Linha: 003 - Empresa: ALBERTO PANEK LTDA

Linha: 003 - RURAL

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
01/10/2025	1	122,685 km	0,000 km	122,685 km
02/10/2025	1	195,853 km	0,000 km	195,853 km
03/10/2025	1	195,191 km	0,000 km	195,191 km
06/10/2025	1	97,350 km	0,000 km	97,350 km
07/10/2025	1	118,988 km	0,000 km	118,988 km
08/10/2025	1	121,819 km	0,000 km	121,819 km
09/10/2025	1	197,574 km	0,000 km	197,574 km
10/10/2025	1	193,349 km	0,000 km	193,349 km
13/10/2025	1	96,966 km	0,000 km	96,966 km
14/10/2025	1	63,821 km	0,000 km	63,821 km
15/10/2025	1	121,645 km	0,000 km	121,645 km
16/10/2025	1	195,293 km	0,000 km	195,293 km
17/10/2025	1	192,574 km	0,000 km	192,574 km
20/10/2025	1	96,724 km	0,000 km	96,724 km
21/10/2025	1	118,524 km	0,000 km	118,524 km
22/10/2025	1	121,932 km	0,000 km	121,932 km
23/10/2025	1	196,491 km	0,000 km	196,491 km
24/10/2025	1	195,737 km	0,000 km	195,737 km
27/10/2025	1	97,161 km	0,000 km	97,161 km
28/10/2025	1	64,534 km	0,000 km	64,534 km

TS

Quilometragem por Carreira

Sistema:
Proprietário:

De: 01/10/2025 até 31/12/2025 - Linha: 003 - Empresa: ALBERTO PANEK LTDA

Linha: 003 - RURAL

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
29/10/2025	1	121,939 km	0,000 km	121,939 km
30/10/2025	1	196,106 km	0,000 km	196,106 km
31/10/2025	1	194,737 km	0,000 km	194,737 km
03/11/2025	1	96,317 km	0,000 km	96,317 km
04/11/2025	1	122,584 km	0,000 km	122,584 km
05/11/2025	1	122,438 km	0,000 km	122,438 km
06/11/2025	1	195,053 km	0,000 km	195,053 km
07/11/2025	1	192,946 km	0,000 km	192,946 km
10/11/2025	2	94,927 km	0,000 km	94,927 km
11/11/2025	1	65,142 km	0,000 km	65,142 km
12/11/2025	2	135,269 km	0,000 km	135,269 km
13/11/2025	1	191,571 km	0,000 km	191,571 km
14/11/2025	1	191,458 km	0,000 km	191,458 km
17/11/2025	2	95,048 km	0,000 km	95,048 km
18/11/2025	1	119,627 km	0,000 km	119,627 km
19/11/2025	1	122,962 km	0,000 km	122,962 km
21/11/2025	1	192,903 km	0,000 km	192,903 km
24/11/2025	1	96,626 km	0,000 km	96,626 km
25/11/2025	1	64,408 km	0,000 km	64,408 km
26/11/2025	1	122,876 km	0,000 km	122,876 km

TS

Quilometragem por Carreira

Sistema:
Proprietário:

De: 01/10/2025 até 31/12/2025 - Linha: 003 - Empresa: ALBERTO PANEK LTDA

Linha: 003 - RURAL

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total
27/11/2025	1	195,950 km	0,000 km	195,950 km
28/11/2025	1	192,485 km	0,000 km	192,485 km
01/12/2025	1	82,054 km	0,000 km	82,054 km
02/12/2025	1	120,438 km	0,000 km	120,438 km
03/12/2025	1	121,513 km	0,000 km	121,513 km
04/12/2025	1	194,543 km	0,000 km	194,543 km
05/12/2025	1	193,393 km	0,000 km	193,393 km
08/12/2025	1	97,077 km	0,000 km	97,077 km
09/12/2025	1	64,022 km	0,000 km	64,022 km
10/12/2025	1	122,605 km	0,000 km	122,605 km
11/12/2025	1	195,650 km	0,000 km	195,650 km
12/12/2025	1	193,096 km	0,000 km	193,096 km
15/12/2025	1	96,762 km	0,000 km	96,762 km
16/12/2025	1	118,686 km	0,000 km	118,686 km
17/12/2025	1	121,923 km	0,000 km	121,923 km
18/12/2025	1	195,177 km	0,000 km	195,177 km
19/12/2025	1	194,820 km	0,000 km	194,820 km
22/12/2025	1	96,655 km	0,000 km	96,655 km
23/12/2025	1	63,624 km	0,000 km	63,624 km
24/12/2025	1	122,652 km	0,000 km	122,652 km

TS

Quilometragem por Carreira

Sistema:
Proprietário:

De: 01/10/2025 até 31/12/2025 - Linha: 003 - Empresa: ALBERTO PANEK LTDA

Linha: 003 - RURAL

Data	# Veículos	Produtivo	Improdutivo	Total	
26/12/2025	1	193,904 km	0,000 km	193,904 km	
29/12/2025	1	97,163 km	0,000 km	97,163 km	
30/12/2025	1	63,782 km	0,000 km	63,782 km	
31/12/2025	1	121,124 km	0,000 km	121,124 km	
Total	**67**	**8798,246 km**	**0,000 km**	**8798,246 km**	
Total Geral	**67**	**8798,246 km**	**0,000 km**	**8798,246 km**	

Média de quilometragem	mês de contratação remanescentes		Valor do quilometro		Valor atualizado do contrato
2915	fev/26	R$	9,62	R$	4.904.382,00
30	mar/26			R$	841.269,00
87450	abr/26				17,15%
$ 9,62	mai/26				
$ 841.269,00	jun/26				
$ 4.904.382,00	jul/26				
17,15%	ago/26				
	set/26				
	out/26				
	nov/26				
	dez/26				
	jan/27				
	fev/27				
	mar/27				
	abr/27				
	mai/27				
	jun/27				
	jul/27				
	ago/27				
	set/27				
	out/27				
	nov/27				
	dez/27				
	jan/28				
	fev/28				
	mar/28				
	abr/28				
	mai/28				
	jun/28				
	jul/28				

Michele Suzina
Diretora Geral
Portaria n-331/2025

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 333/2023

CONTRATANTE: **Município de São Mateus do Sul**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada à Rua Barão do Rio Branco, n.º 431, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.021.450/0001-22, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sra. Fernanda Garcia Sardanha,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 14.819.062-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 025.608.509-90, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: Alberto Panek Eireli ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, à Avenida Ozy Mendonça de Lima nº 835, sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio-administrador, **Sr. Alberto Panek,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.618.197-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 037.537.989-40, residente e domiciliado nesta cidade Estado do Paraná, à Avenida Ozy Mendonça de Lima, nº 835, Centro, CEP: 83.900-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contrato de Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e de acordo com as exigências constantes no **Edital de Concorrência n.º 014/2023**, homologado em 06/07/2023.

Parágrafo Primeiro: O sistema inicialmente terá quilometragem percorrida de 9.300 km/mês para a área urbana e 1.285 km/mês para a área rural.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da **CONTRATADA**: atos convocatórios, edital de licitação, termo de referência, escalas, bem como, proposta, documentação de habilitação, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto da concessão compreende a execução do serviço de transporte coletivo de passageiros, por veículos tipo ônibus padron, ônibus básico (convencional), nos termos da norma técnica ABNT-NBR 15570:2009, de acordo com os melhores procedimentos técnicos; execução de serviço de transporte de usuários com deficiência severa de locomoção, mediante a utilização de veículos adaptados, conduzidos por motoristas especialmente treinados e mediante atendimento especial; cobrança dos usuários pelo serviço praticando as tarifas oficiais, por meio da recepção e verificação dos meios de pagamento legalmente válidos, por meio de bilhetagem eletrônica, conforme determinado pela Prefeitura Municipal; pela implantação de equipamentos embarcados de leitura de meios físicos, onde estejam registrados créditos de viagens; manutenção, remoção, guarda e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

integrantes da frota que compõe a presente concessão; pela implantação do sistema (equipamentos e software) envolvendo equipamentos embarcados e não embarcados necessários ao controle e à apuração dos dados operacionais; divulgação de informações sobre o funcionamento do serviço e de orientação aos usuários; execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte coletivo; execução e manutenção de programas de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à prestação do serviço de forma competente e adequada com vistas ao conforto e segurança dos usuários, sempre com observância aos princípios fundamentais da universalidade no atendimento, eficiência, modicidade tarifária e garantia à acessibilidade. Os serviços deverão ser prestados atendendo à legislação vigente no tocante às normas e procedimentos técnicos, em especial com relação à segurança. São metas da concessão a prestação de um serviço eficiente, com atualidade tecnológica, ambientalmente adequado, que propicie amplo acesso à população usuária. Dessa forma, a concessionária deverá proceder, quando pertinente, à atualização tecnológica da frota pela introdução na operação de veículos com maior nível de segurança e eficiência, seja para os usuários ou para o trânsito em geral, com menos emissão de poluentes, com mais conforto para os passageiros, sobretudo para as pessoas com deficiência, etc. Também deverá promover o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, comprovado pela apresentação de certificados pertinentes. Para início da operação, a concessionária deverá atender todas as especificações, metas e finalidades previstas neste Edital e nos seus anexos. Durante a vigência do Contrato de Concessão, todas as inovações tecnológicas e operacionais que venham a ser determinadas pela Secretaria Municipal de Administração deverão ser implantadas pela Concessionária, visando manter a atualidade, a qualidade e a eficiência dos serviços. A operação do serviço de transporte coletivo objeto da concessão compreende a execução das rotas, conforme especificado no Edital e seus anexos, com o emprego da frota especificada. Serão de responsabilidade da Concessionária, e integram o objeto da concessão para todos os fins, a operação de novas linhas, atendimentos, itinerários e serviços que forem criados pela Secretaria Municipal de Administração no território do Município de São Mateus do Sul, durante a vigência do Contrato de Concessão, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A Concessionária poderá como forma de ampliar o uso do transporte coletivo atender necessidades sazonais da demanda, implantar serviços de transporte coletivo de natureza especial ou complementar, regulares ou temporários, eventualmente com tarifas diferenciadas, mediante autorização e regulação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Primeiro: O Município de São Mateus do Sul determinará o preço público a ser cobrado dos usuários mediante Decreto Municipal, podendo, em períodos predefinidos e antecipadamente comunicado à Concessionária, a adoção de tarifa promocional em dias, horários ou trajetos.

Parágrafo Segundo: Das isenções:

I - Crianças até 05 (cinco) anos de idade e idosos com mais de 60 (sessenta) anos, os últimos desde que devidamente identificados, e, todos, desde que não ocasionem o giro da catraca;

II – Demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal.

III – Fiscais do sistema de transporte coletivo, devidamente identificados e credenciados, que não serão considerados como passageiros equivalentes;

48

IV – Nos demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal, Estadual e Municipal específica;

V – Pessoas portadoras de necessidades especiais, com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, bem como um acompanhante, caso necessário à condução do deficiente, devidamente credenciadas pelos órgãos de saúde e de assistência social do Município, na forma regulamento;

VI – Aposentados por invalidez com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, devidamente credenciados pelo órgão gestor do sistema de transporte do Município;

VII – Aos domingos o transporte urbano de passageiros deverá ser gratuito, ou com taxa especial, não superior a 50% (cinquenta por cento) da tarifa normal

CLÁUSULA QUARTA - DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS

Lote Único:

ÁREA URBANA		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS URBANO**	**TOTAL**
Frota Efetiva	02	02
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**03**	**03**
ÁREA RURAL		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS CONVENCIONAL**	**TOTAL**
Frota Efetiva	01	01
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**02**	**02**

- **Linhas Urbanas:** compostas pela linha Vila Bom Jesus-Centro e linha Vila Palmeirinha-Centro, podendo ser operada por ônibus padron ou ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica, com capacidade de passageiros: Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[1].
- Linhas Rurais, composta por cinco linhas, Fluviópolis-Centro, Pontilhão-Centro, Faxinal dos Ilhéus-Centro e Faxinal dos Elias-Centro, podendo ser operada por ônibus padron, ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica com

[1] ABNT-NBR 15570:2009.

capacidade de passageiros Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[2].

Parágrafo Primeiro: Todos os veículos deverão ser equipados com sistema de biometria facial e sistema de monitoramento que possibilite a visualizar a entrada de passageiros e o motorista, com gravação contendo a data e hora, com o armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Segundo: A prestação do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, conforme especificado neste edital, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o itinerário e horário das linhas constantes do e de acordo com a lei e atos normativos, expedidos pelo Poder Concedente, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais, observando o disposto sobre o reequilíbrio financeiro do contrato. Além de uma prestação serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Os itinerários poderão ser alterados a qualquer tempo, desde que com autorização do poder concedente e para melhoria da prestação dos serviços;

Parágrafo Primeiro: A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

Parágrafo Segundo: A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Terceiro: Dos veículos:

A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto;

I) A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência;

II) A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

III) A concessionária deverá disponibilizar toda a frota urbana de veículos adaptados para acesso de pessoa portadora de deficiência em até 3 (três) meses, contados da data da emissão da assinatura do contrato;

IV) A frota vincula à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ter idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando

[2] ABNT-NBR 15570:2009.

os veículos da frota alcançarem a idade de 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo;

V) A concessionaria deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência em contrato, em todas as substituições de veículos.

VI) Todos os veículos deverão apresentar laudo de inspeção técnica veicular válido durante toda a vigência do contrato de concessão;

VII) A concessionaria deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Termo de Referência, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículos substitutos equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

VIII) A concessionaria se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

IX) O contratado deverá apresentar cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) regular (anual) de toda a frota;

X) Os veículos deverão estar em nome da empresa ou a mesma deverá apresentar documentação que comprove a compra dos veículos, tal como recibo do bem com firma reconhecida em cartório pelo vendedor; ou admitir-se-á que os veículos estejam arrendados ou locados, desde que estejam exclusiva e plenamente à disposição da prestação do serviço contratado, apresentando, assim, a documentação respectiva, tal como contrato de arrendamento ou locação, cujo prazo abarque a garantia do cumprimento da obrigação pactuada.

XI) Toda a documentação relativa aos veículos da frota são pré-requistos para a assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto: Quanto ao seguro dos veículos da frota: todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Apólice de Seguros de Responsabilidade Civil, abrangendo danos materiais e pessoais, inclusive aos ocupantes dos veículos e a terceiros, respeitando os seguintes valores mínimos:

SEGURO	VALORES
Danos Materiais a Terceiros	R$ 100.000,00
Danos Corporais ao Condutor, Passageiros e Terceiros	R$ 100.000,00
Morte ou Invalidez do Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 15.000,00
Danos Morais aos Passageiros, Condutor ou Terceiros	R$ 10.000,00
Despesas Médicas com o Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 5.000,00

OBS.:

i. As apólices de seguro deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas neste termo.

ii) Na hipótese de não ser entregue apólice de seguro do total ou de parte da frota, o contratado sujeitar-se-á diretamente por eventual responsabilização civil decorrente dos eventos que deveriam estar segurados, conforme quadro acima correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo de referência e na legislação aplicávelem vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR TOTAL

O valor total para a execução do objeto deste Contrato é de **R$ 4.688.670,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e setenta reais)**, daqui por diante denominado "**VALOR CONTRATUAL**", sendo o valor de R$ 7,09 (sete reais e nove centavos) por quilômetro rodado para a área urbana e R$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos) por quilômetro rodado para a área rural, de conformidade com o orçamento apresentado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro: Deverá ser fornecido, sem custo ao usuário, cartão-transporte, o qual deverá ser utilizado para compra de créditos e a utilização do transporte;

Parágrafo Segundo: Deverão ser disponibilizados aos usuários as seguintes formas de compra de credito:

- Sede física da empresa;
- Site ou aplicativo para compra de créditos on line;
- Pelo menos 10 (dez) postos credenciados de recarga no perímetro urbano, os quais deverão ser preferencialmente distribuídos durante o trajeto, sendo pelo menos 2 (dois) postos na localidade da Vila Bom Jesus ou proximidades; 2 (dois) postos na Vila Palmeirinha ou proximidades e 5 (cinco) postos no centro da cidade.
- Pelo menos 5 (cinco) postos credenciados de recarga no perímetro rural, sendo ao menos 1 (um) em cada localidade das linhas 01 a 05 citadas no Anexo II – Planilha de Custos do Transporte Rural.

Parágrafo Terceiro: Também poderá ser disponibilizado ao usuário do transporte coletivo o pagamento através de cartão de debito, crédito, relógios inteligentes e smartphones, diretamente no sistema de bilhetagem eletrônica;

Parágrafo Quarto: Devido ao sistema de faturamento, não será permitida a utilização do transporte por meio de pagamento com dinheiro em espécie.

Parágrafo Quinto: Pessoas isentas de tarifa deverão, obrigatoriamente, ser cadastradas pela empresa e recadastradas anualmente, mediante sistema de biometria facial, o qual será conferido na bilhetagem eletrônica e, em caso de suspeita de fraude, deverão ter o seu cartão-transporte imediatamente bloqueado.

Parágrafo Sexto: Todos os veículos deverão disponibilizar sistema de gravação com data e hora, com armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, o qual ficará a disposição da fiscalização quando solicitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 84 – Fontes 1000 e 3055 – Municipal e Federal– 3.3.90.39.99.05.

CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

O contrato de concessão poderá vir a ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da concessionária. Desde que decorridos 12 (doze) meses da data inicial da contratação, os itens relativos a insumos serão reajustados de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do índice INPC, bem como, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro. Com exceção aos combustíveis, sendo que os valores praticados deverão acompanhar o preço médio ao consumidor final apresentado pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) mensal, no município de São Mateus do Sul, sendo o município mais próximo, utilizado oficialmente pela Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o produto determinado, aplicado o percentual de desconto estabelecido, considerando apenas duas casas decimais, mediante emissão de aditivo contratual, sendo obrigatório superar um percentual mínimo de 10% (dez por cento), de variação seja para maior ou menor

Parágrafo Primeiro: Constituem o equilíbrio econômico financeiro-inicial do contrato, nos termos do artigo 10° da Lei Federal n° 8.987/95 e alterações, as condições objeto da proposta da licitante.

Parágrafo Segundo: Respeitando o disposto nos § 3° e 4° do artigo 9° da Lei Federal n° 8.987/95 e alterações, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão fatos ou causa que sejam:

a) Imprevisíveis;

b) Estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionaria;

c) Inevitáveis; e

d) Causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Terceiro: No caso de iniciativa da concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio, acompanhado de planilha de custos detalhada.

Parágrafo Quarto: Previamente à análise de mérito, a Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15 dias da data de seu protocolo.

Parágrafo Quinto: Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder concedente manifestar-se à quanto ao mérito no prazo de até 30 dias (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

Parágrafo Sexto: Será permitida a repactuação do Contrato em razão de alteração salarial da categoria, comprovada através de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou

equivalente. Para a repactuação deverá ser observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses. Na primeira a contar da data do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação de benefícios não previstos originalmente. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

O prazo de concessão e vigência é de 60 (sessenta) meses após a assinatura do contrato, nas hipóteses legais e forma a que alude o Artigo 57 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente vencedora, quando da assinatura do termo de Contrato de Concessão, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução equivalente a 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, poderá ser efetuada nas seguintes modalidades:

I) Depósito em espécie ou cheque nominativo ao licitador, mediante depósito à C/C n.º 18.391-1, Agência 0655-6, Banco do Brasil S/A. (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul/Conta Caução), cuja efetivação e validade do depósito efetuado, somente se dará, através da emissão pela Tesouraria do licitador, do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, devidamente autenticado, sendo que em caso de depósito através de cheque, a validade da garantia somente se dará com a efetiva compensação;

II) Carta Fiança Bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

III) Seguro Garantia em apólice nominal ao licitador e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias.

Parágrafo Primeiro: Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a **CONTRATADA** ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, quando:

I) da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato de Prestação de Serviços;

II) do não recebimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro: A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, dar-se-á por ocasião do término do Contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por comissão a ser criada, com representantes do Poder Público Municipal, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo conceda ciência à Administração;

Parágrafo Primeiro: O(s) fiscal(is) do contrato anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Fiscais do contrato: Andrey Chaves Wactavski
Rosemar Ribeiro de Souza
Higo José da Rocha
Elis Cassiane Bueno Kotrich
Sidnei Neck
Alisson Felipe Miranda Ferreira

Gestora do contrato: Yulli de Souza Guimarães

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO

A concessionaria será remunerada através de subsídio pela diferença entre a receita arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal e a despesa devidamente efetivada através da quilometragem percorrida no mês, sendo necessária a apresentação de relatório detalhado da arrecadação através da bilhetagem eletrônica e quilometragem percorrida através de GPS, ambos com espelhamento em tempo real para a Prefeitura;

Parágrafo Primeiro: Imediatamente após o encerramento mensal, a Contratada deverá realizar o faturamento da diferença apurada, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório mensal, acompanhado da Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa Federal e Municipal, contendo o número do Contrato, Licitação, Empenho e Solicitação de Fornecimento. Além da Fotocópia da folha de pagamento quitada e/ou recibo comprovando o pagamento individual, quitado, como também, as respectivas Guias de Recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFEP), do mês em referência, devidamente quitados, do pessoal envolvido na execução dos serviços, objeto do presente contrato. Juntamente com as Guias de Recolhimento supracitadas, deverão ser apresentadas a Relação de Empregados (RE) e a Comprovação de Transmissão de Dados do GFIP.

Parágrafo Segundo: Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento, para as necessárias correções, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

Parágrafo Terceiro: No mês em que a receita arrecadada através de cobrança da tarifa seja superior a despesa através da quilometragem percorrida, será gerado crédito para os meses subsequentes.

Parágrafo Quarto: Durante a execução do contrato, o saldo poderá ser utilizado para novos investimentos ou implantação de novas tecnologias, mediante prévia solicitação ou aprovação por parte do Executivo Municipal.

Parágrafo Quinto: Caso haja saldo positivo ao término do contrato, o valor será revertido aos cofres do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não atendimento das exigências deste edital, projeto básico e contrato no decorrer da concessão acarretarão as penalidades previstas em contrato, edital e projeto, além daquelas decorrentes das Leis 8666/93 e demais normas que tratem do assunto.

Parágrafo Primeiro: Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionaria e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, na Lei 8666/93 com suas alterações e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

Parágrafo Segundo: Pela inobservância parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas no contrato, o Poder Público contratante poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar ao contratado, além daquelas sanções e consequências previstas em lei, as seguintes:

I) Advertência: referem-se a falhas primárias que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários.

Parágrafo Terceiro: Multas: sanções pecuniárias definidas conforme sua gravidade, que se classificam em:

I) *Multa por infração de natureza Leve*: valor de 100 (cem) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência a determinações do Poder Público ou por descumprimento dos parâmetros operacionais estabelecidos, que não afetem a segurança dos usuários, e ainda por reincidência na penalidade "advertência";

II) *Multa por infração de natureza Média*: valor de 200 (duzentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência às determinações do Poder Público que possam colocar em risco a segurança dos usuários; por descumprimento de obrigações contratuais e regimentais; por deficiência na prestação dos serviços, como a supressão de horários; por operação deliberada causando transtornos ao trânsito do Município; e ainda por reincidência na penalidade prevista;

III) *Multa por infração de natureza Grave*: valor de 300 (trezentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços; por cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por redução da frota vinculada ao serviço ou redução de linhas sem autorização do Poder Público;

Parágrafo Quarto: Em caso de dano sem devida cobertura de seguro de responsabilidade civil, o contratado sujeitar-se-á a multa específica no valor equivalente ao total apurado do dano;

Parágrafo Quinto: Situação que incorra na paralisação injustificada dos serviços de transporte público coletivo sujeitará ao contratado multa específica no valor de 250 (duzentas e cinquenta) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por dia de paralisação;

Parágrafo Sexto: Em todos os casos, será garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado, na forma da lei.

Parágrafo Sétimo: A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade regulamentar, administrativa, civil ou criminal.

Parágrafo Oitavo: A autuação não desobriga o contratado de corrigir a falta que lhe deu origem.

Parágrafo Nono: As punições às infrações mencionadas no presente instrumento serão precedidas de notificação do Poder Público, via intimação pessoal, pelo correio e/ou e-mail de finalidade estritamente institucional, ao contratado, o qual terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa.

Parágrafo Décimo: Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pelas fiscalizações em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro: Constatada a infração, será emitido o relatório de irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviado para a concessionária notificação de irregularidade.

Parágrafo Décimo Segundo: A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionaria providenciar o devido prazo.

Parágrafo Décimo Terceiro: A Secretaria de Administração comunicará a concessionaria, com antecedência mínima de 24 horas, a data em que a garagem será visitada pela fiscalização para a conferencia do comprimento da notificação de irregularidade.

Parágrafo Décimo Quarto: Na data de que trata o item anterior, caso o reparo não tenha sido providenciado ou o veículo não se encontre disponível na garagem, a Secretaria Municipal de Administração, através do fiscal de transportes, emitirá um Auto de infração e nova notificação de irregularidade, com novo prazo para cumprimento.

Parágrafo Décimo Quinto: A assinatura da notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

Parágrafo Décimo Sexto: A Secretaria Municipal de Administração terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do relatório de irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

Parágrafo Décimo Sétimo: O auto de infração e a advertência escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Administração:

I) Nome da concessionária;

II) Dispositivo infringindo;

III) Penalidade referente à infração cometida;

IV) Data da autuação e hora;

V) Local da autuação;

VI) Identificação do agente fiscal;

VII) Identificação do veículo, caso necessário;

Parágrafo Décimo Oitavo: O auto de infração e a advertência escrita poderão ser anulados somente quando ocorrer erro em sua lavratura, com obrigatória comunicação e justificativa perante a Secretaria Municipal de Administração, que será analisada pela Secretaria.

Parágrafo Décimo Nono: Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Parágrafo Vigésimo: Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses os valores serão aplicadas em dobro.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calcula dos diariamente sobre o valor devido.

Parágrafo Vigésimo Segundo: O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

Parágrafo Vigésimo Terceiro: A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

Parágrafo Vigésimo Quarto: A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia a Secretaria Municipal de Administração. Mantida a aplicação da multa pela Secretaria Municipal de Administração, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

I) Constitui obrigação dos operadores o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários;

II) Prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

III) Efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo Poder Público, de modo a possibilitar a fiscalização pública;

IV) Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.

V) Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público;

VI) Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;

VII) Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.

VIII) Adequar a frota as necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pelo Poder Executivo;

IX) Garantir a segurança e a integridade física dos usuários;

X) Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica compatível com as obrigações assumidas em razão do contrato;

XI) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

XII) Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação no processo licitatório à regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

XIII) Apresentar, quando solicitado, Balanços econômico-financeiros ao Poder Concedente.

XIV) Cumprir novos percursos ou horários impostos pela necessidade dos usuários e por determinação do Concedente e desde que haja viabilidade técnico-econômica;

XV) Manter atualizado, junto ao poder concedente os dados da empresa bem como o endereço da mesma e do responsável.

XVI) Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecidos aos prazos e condições fixadas no edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

XVII) Prestar os serviços delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposição estabelecidas na Lei Federal n° 8.987/95 e alterações, bem como na Lei Federal n°8.666/93 e alterações, nos regulamentos, neste Edital e seus Anexos e demais normas regulamentares aplicáveis.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

XVIII) Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes.

XIX) Garantir a segurança e a integridade física dos usuários.

XX) A concessionária deverá cumprir as determinações do poder concedente para atendimento de operações especiais.

XXI) Define-se operações especiais o atendimento a eventos pré-programados pela Concedente.

XXII) Aos bens reversíveis, entende-se pontos de ônibus dispostos em vários locais da cidade;

XXIII) Aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária ao poder concedente, informamos que a única hipótese de indenização será no caso de encampação, ocasião em que a concedente indenizará os veículos encampados com base na Tabela Fipe, de acordo com o ano e modelo, considerando eventual depreciação quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

I) Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto, nos termos da Lei Orgânica do Município;

II) Compete ao chefe do Poder Executivo, juntamente com a Secretaria de Administração, dentro da competência de cada agente, ou a quem ela ou lei especifica o delegar observadas as disposições da legislação vigente:

III) Outorgar os serviços de transporte públicos sob regime de concessão e permissão e autorizar a prestação do serviço de transporte privado;

IV) Autorizar o reajuste tarifário;

V) Regulamentar os reajustes tarifários;

VI) Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela Comissão de Transporte, a pedido das Secretaria de Administração;

VII) Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos;

VIII) Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelos serviços de transporte sob seu controle, reprimido eventuais infrações;

IX) Aplicar penalidades legais, regulamentares e contratuais às concessionárias e permissionárias;

X) Intervir na prestação dos serviços de transporte coletivo concedidos ou permitidos;

XI) Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizeram necessárias.

XII) Aprovar a revisão do valor da remuneração, mantendo o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, quando for o caso;

XIII) Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;

XIV) Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviços adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga;

XV) Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;

XVI) Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifaria, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;

XVII) Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios;

XVIII) Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços outorgados;

XIX) A fiscalização das receitas e pagamentos dos tributos devidos pela concessionaria, advindos do transporte coletivo público de passageiros ao Poder Concedente, será realizado pela Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o **CONTRATANTE** de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA

Eventual exploração publicitária veículos vinculados ao transporte público municipal, a partir da vigência do contrato, deverá ser precedida de autorização do Poder Executivo, mediante submissão de projeto publicitário, indicando o alcance e os objetivos da publicidade pretendida.

Parágrafo Único: Deverá ser reservada a cota de ao menos 1 (um) veículo, a escolha da Administração, para a divulgação de campanhas e ações institucionais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

I) A concessionaria deverá apresentar todos os registros obrigatórios, nos órgãos competentes, para a prestação do serviço de transporte público, além da documentação exigida pelo Município para cadastramento.

II) A concessionaria deverá cumprir as determinações do Poder Concedente para atendimento de Operações Especiais.

III) Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais definidos pelo Município.

IV) A Concessão de serviço público de transporte coletivo mediante licitação, através da modalidade de concorrência. A referida concessão se dará pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por igual período, desde que atendidas todas as condições contratuais.

V) Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do serviço deverão ser registrados na Secretaria de Administração e ter seus registros atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares, estando sujeitos à vistoria prévia e periódica;

VI) A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

VII) A concessionária deverá retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros.

VIII) Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, a concessionaria, depois, de reparadas as avarias e antes de colocar os veículos novamente em operação, deverá submetê-los à vistoria especial, como condições imprescindíveis para o seu retorno à operação.

IX) Em caso de acidente que não apresente risco para a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros, o veículo, para atender à demanda, poderá operar, desde que a concessionaria efetue o reparo no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do fato.

X) A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestadora do serviço é de exclusiva responsabilidade da concessionaria e deverá ser efetuada obedecendo às instruções e recomendações dos fabricantes e às normas estabelecidas pela Secretaria de Administração.

XI) A garagem deverá apresentar instalações suficiente e de acordo com as normas de preservação do meio ambiente e estar provida de todos os equipamentos que forem necessários à operacionalização dos serviços, podendo, a critério do Poder Concedente, estipular um prazo para sua regularização, e ser registrada em nome da empresa concorrente.

XII As boas condições dos veículos da empresa vencedora deverão ser comprovadas anualmente, junto à concedente, através de Laudo de Vistoria fornecido pelo DETRAN-PR ou vistoria feita por oficina mecânica, na forma da Lei, Resoluções da ANTT e NBRs das ABNT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

É vedada a subconcessão e transferência da concessão de prestação do serviço objeto deste contrato, vindo o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

Parágrafo Primeiro: Extingue-se a concessão por:

I) Advento do termo contratual;

II) Encampação;

III) Caducidade;

IV) Rescisão e anulação

V) Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Parágrafo Segundo: Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato;

Parágrafo Terceiro: A assunção do serviço autorizada a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis;

Parágrafo Quarto: A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Parágrafo Quinto: Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Decreto autorizado especifico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Parágrafo Sexto: A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

Parágrafo Sétimo: A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos da qualidade do serviço;

II) a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III) a concessionaria paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV) a concessionaria não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V) a concessionaria perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

VI) a concessionaria não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

Parágrafo Oitavo: A concessionara for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuição sociais.

Parágrafo Nono: Para a condução do Processo Administrativo será nomeada por Portaria do Executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do Poder Concedente.

Parágrafo Décimo: O processo administrativo, deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da Comissão, e concluí do dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado nos autos do respectivo processo.

Parágrafo Décimo Primeiro: Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionaria, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo: Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, causados pela concessionária.

Parágrafo Décimo Terceiro: Declarada à caducidade, não resultará para a poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionaria.

Parágrafo Décimo Quarto: O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo Décimo Quinto: Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionaria não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INTERVENÇÃO

Parágrafo Primeiro: Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentar e legal pertinente, o poder público poderá intervir na operação do serviço;

Parágrafo Segundo: Será considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito neste edital e respectivo contrato;

I) reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes ao itinerários ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II) não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovantes inadequadas para o serviço;

III) o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV) a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditorias, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V) redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Terceiro: Do ato da intervenção deverá constar:

I) os motivos da intervenção e sua necessidade;

II) o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III) as instruções e regras que orientarão a intervenção;

Parágrafo Quarto: Declarada à intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção;

Parágrafo Quinto: No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação;

Parágrafo Sexto: A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites;

Parágrafo Sétimo: A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo: Se verificada a impossibilidade do estabelecimento do serviço em nível adequada, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão.

Parágrafo Nono: Incube ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Parágrafo Décimo: Sem prejuízos da responsabilidade prevista neste instrumento, o operador poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos.

Parágrafo Décimo Primeiro: Os contratos celebrados entre o operador e os terceiros a que se refere parágrafo anterior reger-se pelas normas do direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Público.

Parágrafo Décimo Segundo: A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Décimo Terceiro: No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Parágrafo Décimo Quarto: Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I) Quando a **CONTRATADA** falir, entrar em recuperação judicial ou for dissolvida, ou por superveniente incapacidade técnica;

II) Quando exceder o deixar de realizar os serviços determinados pela fiscalização, por mais de 20 (vinte) dias sem justificativa aceita;

III) Quando a **CONTRATADA** ceder o Contrato no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do **CONTRATANTE**;

IV) Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da **CONTRATADA** e desobediência da determinação da fiscalização;

V) Demais hipóteses mencionadas nos Artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

VI) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato;

VII) Quando não recolher o valor da multa, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta.

Parágrafo Primeiro: A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos incisos acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis, podendo, inclusive, serem retidos os valores que porventura tenham a **CONTRATADA** a receber.

Parágrafo Segundo: Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir da data da sua declaração, a **CONTRATADA** se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

Parágrafo Terceiro: Decorrido período igual ou superior a 1/3 (*um terço*) do prazo de contratação sem manifestação quanto à execução dos serviços, estará caracterizada a recusa, dando causa a Rescisão do Contrato e à aplicação de multa.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a **CONTRATADA** ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA** que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

São Mateus do Sul, 13 de julho de 2023.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Digitally signed by FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
DN: c=BR, o=ICP Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=AC ONLINE RFB v5, ou=AR YOU DIGITAL, ou=Videoconferencia, ou=17515810000130, cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Date: 2023.07.14 11:42:11 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135
Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135
Dados: 2023.07.13 17:54:51 -03'00'

Alberto Panek Eireli - ME
CONTRATADA

gov.br
Documento assinado digitalmente
JOSIANE LEAL GRITEN
Data: 17/07/2023 10:02:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TESTEMUNHA

gov.br
Documento assinado digitalmente
CAROLINA VON LINSINGEN D ELBOUX TOP
Data: 17/07/2023 10:15:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TESTEMUNHA

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato	333/2023
Processo Licitatório	Concorrência n.° 014/2023
Contratada	Alberto Panek Eireli – ME
CPF/CNPJ	13.382.813/0001-35
Objeto do Contrato	Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Objeto	
Em cumprimento à Lei Municipal nº. 2957 de 15 de junho de 2020, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, de inclusão de fiscal ao contrato, fica designado o seguinte servidor:	
Fiscal	Eder Maico Sokolowski, matrícula n.° 3285

São Mateus do Sul em 23 de outubro de 2023.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

68
4dw

2° TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato n.°	333/2023
Processo Licitatório	Concorrência n.° 014/2023
Contratada	Alberto Panek Eireli – ME.
CPF/CNPJ	13.382.813/0001-35
Objeto do Contrato	Contrato de concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Objeto	
Em cumprimento à Lei Municipal n.° 2957 de 15 de junho de 2020, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, de inclusão de gestora ao contrato, fica designada a seguinte servidora:	
Gestora	Alessandra Cristina de Lara, matrícula n.° 22161

São Mateus do Sul em 26 de agosto de 2024.

Adão Brudnicki Stanizewski
Prefeito Municipal em Exercício

69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

3° TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato n.° 333/2023	Contrato de Concessão n° 333/2023
Processo Licitatório 014/2023	Edital de Concorrência n° 014/2023
Contratada	Alberto Panek Eireli ME
Objeto do Contrato	Contrato de Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e de acordo com as exigências constantes no Edital de Concorrência n.° 014/2023, homologado em 06/07/2023.

Objeto
Em consonância com a Portaria n.° 084/2025, publicada no Diário Oficial do Município, Edição n.° 3534, de 31 de janeiro de 2025, promove-se a alteração do registro do prenome do fiscal do contrato, **Sr. Rosemar Ribeiro de Souza**, que passa de "**Rosemar Ribeiro de Souza**" para "**Osmar Ribeiro de Souza**".

São Mateus do Sul em 10 de fevereiro de 2025.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

70
Edm

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

4° TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato	333/2023
Processo Administrativo	415/2025
Processo Licitatório	Concorrência n.° 014/2023
Contratante	Município de São Mateus do Sul
Contratada	Alberto Panek Eireli – ME.
CNPJ	13.382.813/0001-35
Objeto do Contrato	Exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Objeto

De acordo com o **Processo Administrativo n.° 415/2025**, concede-se o reajuste pelo INPC acumulado no período de 07/2023 a 06/2024, no percentual de 3.697680%, com efeitos financeiros a **partir de 13 de julho de 2024**, conforme previsto na Cláusula Oitava do contrato, e com fulcro no §8° do art. 65, da Lei n.° 8.666/93.

Quantitativos e valores de 13/07/2024 a 31/01/2025.

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Jul/2024	5847,16	R$ 7,09	R$ 41.456,36	R$ - 25.789,75	R$ 15.666,61	R$ 27.996,11
Área rural		1601	R$ 9,50	R$ 15.209,50	R$ - 2.880,00	R$ 12.329,50	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Jul/2024	5847,16	R$ 7,25	R$ 42.391,91	R$ - 25.789,75	R$ 16.602,16	R$ 29.011,71
Área rural		1601	R$ 9,55	R$ 15.289,55	R$ - 2.880,00	R$ 12.409,55	

	Diferença	R$ 1.015,60

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Ago/2024	9628,14	R$ 7,09	R$ 68.263,51	R$ - 43.104,25	R$ 25.159,26	R$ 46.990,27
Área rural		2849,58	R$ 9,50	R$ 27.071,01	R$ - 5.240,00	R$ 21.831,01	

Valor reajustado

77

Descrição	Mês referência	Quantidade executada	Valor unitário	Valor total	Desconto pagantes	Valor total	Total
Área urbana	Ago/2024	9628,14	R$ 7,25	R$ 69.804,02	R$ - 43.104,25	R$ 26.699,77	R$ 48.673,25
Área rural		2849,58	R$ 9,55	R$ 27.213,49	R$ - 5.240,00	R$ 21.973,49	

Diferença	R$ 1.682,98

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Set/2024	9103,65	R$ 7,09	R$ 64.544,88	R$ - 41.910,75	R$ 22.634,13	R$ 44.639,33
Área rural		2761,6	R$ 9,50	R$ 26.235,20	R$ - 4.230,00	R$ 22.005,20	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Set/2024	9103,65	R$ 7,25	R$ 66.001,46	R$ - 41.910,75	R$ 24.090,71	R$ 46.233,99
Área rural		2761,6	R$ 9,55	R$ 26.373,28	R$ - 4.230,00	R$ 22.143,28	

Diferença	R$ 1.594,66

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Out/2024	9872,78	R$ 7,09	R$ 69.998,01	R$ - 46.716,25	R$ 23.281,76	R$ 48.036,92
Área rural		3035,28	R$ 9,50	R$ 28.835,16	R$ - 4.080,00	R$ 24.755,16	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Out/2024	9872,78	R$ 7,25	R$ 71.577,66	R$ - 46.716,25	R$ 24.861,41	R$ 49.768,33
Área rural		3035,28	R$ 9,55	R$ 28.986,92	R$ - 4.080,00	R$ 24.906,92	

Diferença	R$ 1.731,41

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**

72

Área urbana	Nov/2024	8859,01	R$ 7,09	R$ 62.810,38	R$ - 41.496,00	R$ 21.314,38	R$ 41.031,09
Área rural		2550,18	R$ 9,50	R$ 24.226,71	R$ - 4.510,00	R$ 19.716,71	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Nov/2024	8859,01	R$ 7,25	R$ 64.227,82	R$ - 41.496,00	R$ 22.731,82	R$ 42.576,04
Área rural		2550,18	R$ 9,55	R$ 24.354,22	R$ - 4.510,00	R$ 19.844,22	

	Diferença	R$ 1.544,95

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Dez/2024	9441,03	R$ 7,09	R$ 66.936,90	R$ - 43.683,50	R$ 23.253,40	R$ 43.136,48
Área rural		2706,64	R$ 9,50	R$ 25.713,08	R$ - 5.830,00	R$ 19.883,08	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Dez/2024	9441,03	R$ 7,25	R$ 68.447,47	R$ - 43.683,50	R$ 24.763,97	R$ 44.782,38
Área rural		2706,64	R$ 9,55	R$ 25.848,41	R$ - 5.830,00	R$ 20.018,41	

	Diferença	R$ 1.645,90

Valor contratual							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Jan/2025	9703,36	R$ 7,09	R$ 68.796,82	R$ - 44.903,25	R$ 23.893,57	R$ 46.043,60
Área rural		3034,74	R$ 9,50	R$ 28.830,03	R$ - 6.680,00	R$ 22.150,03	

Valor reajustado							
Descrição	**Mês referência**	**Quantidade executada**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Desconto pagantes**	**Valor total**	**Total**
Área urbana	Jan/2025	9703,36	R$ 7,25	R$ 70.349,36	R$ - 44.903,25	R$ 25.446,11	R$ 47.747,88
Área rural		3034,74	R$ 9,55	R$ 28.981,77	R$ - 6.680,00	R$ 22.301,77	

	Diferença	R$ 1.704,27

73

Diferença total de 13/07/2024 a 31/01/2025	R$ 10.919,77

Quantitativos e valores remanescentes a partir de fevereiro/2025 até o final do contrato						
Descrição	**Quilometragem mensal**	**Meses**	**Quilometragem total**	**Valor unitário contratual**	**Valor unitário reajustado**	**Diferença total**
Área urbana	9300	42	390600	R$ 7,09	R$ 7,25	R$ 62.496,00
Área rural	1285	42	53970	R$ 9,50	R$ 9,55	R$ 2.698,50
					Valor total	R$ 65.194,50

O valor total deste termo de apostilamento é de R$ 76.114,27 (setenta e seis mil cento e quatorze reais e vinte e sete centavos).

As despesas decorrentes deste apostilamento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2025, na classificação:

Dotação	**Fonte de Recurso**	
95	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
99	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 (S)	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Complemento do Elemento		3.3.90.93.02.99.00 – 3.3.90.39.99.05

São Mateus do Sul em 13 de março de 2025.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990

Digitally signed by FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=26773922000113, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Date: 2025.03.17 09:43:45 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

74
Sdv

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

5° TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato n.°	333/2023
Processo Licitatório	Concorrência n.° 014/2023
Contratada	Alberto Panek Eireli - ME
CNPJ:	13.382.813/0001-35
Objeto do Contrato	Contrato de concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Objeto	
Em cumprimento à Lei Municipal n.° 2957 de 15 de junho de 2020, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, de alteração de gestora e fiscal ao contrato, ficam designadas as seguintes servidoras:	
Fiscal	Michele Leticia Suszina de Jesus, matrícula n.° 22244
Gestora	Patricia Schedolsky Molenda, matrícula n.° 2007

São Mateus do Sul em 3 de junho de 2025.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990

Digitally signed by FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=15773923000113, ou=videoconferencia, ou=Certificado PF A1, cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Date: 2025.06.03 15:19:30 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

75

6° TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato	333/2023
Processo Administrativo	6567/2025
Processo Licitatório	Concorrência n.° 014/2023
Contratante	Município de São Mateus do Sul
Contratada	Alberto Panek Eireli – ME.
CNPJ	13.382.813/0001-35
Objeto do Contrato	Exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Objeto

De acordo com o **Processo Administrativo n.° 6567/2025**, concede-se o reajuste pelo INPC acumulado no período de 07/2024 a 06/2025, no percentual de 5,180430%, com efeitos financeiros a **partir de 13 de julho de 2025**, conforme previsto na Cláusula Oitava do contrato, e com fulcro no §8º do art. 65, da Lei n.° 8.666/93.

Quantitativos e valores estimados a partir de julho/2025 até o final do contrato						
Descrição	**Quilometragem mensal**	**Meses**	**Quilometragem total**	**Valor unitário atual**	**Valor unitário reajustado**	**Diferença total**
Área urbana	9300	37	344100	R$ 7,25	R$ 7,46	R$ 72.261,00
Área rural	1285	37	47545	R$ 9,55	R$ 9,62	R$ 3.328,15
					Valor total	R$ 75.589,15

O valor total deste termo de apostilamento é de R$ 75.589,15 (setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e nove reais e quinze centavos).

As despesas decorrentes deste apostilamento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2025, na classificação:

Código reduzido	Programática	Fonte	Dotação
99	07001041221111201233909300000	00000	Indenizações e restituições
95	07001041221111201233903900000	00000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Reserva n.° 5277			

São Mateus do Sul em 04 de novembro de 2025.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990

Assinado de forma digital por FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=EM BRANCO, ou=34028316000103, ou=videoconferencia, cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Dados: 2025.11.05 09:38:14 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

AVISO

O Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, leva ao conhecimento das interessadas que em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, com redação alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94, e alterações posteriores, e Lei Municipal n.º 2.957/2020, encontra-se aberta a Licitação abaixo:

CONCORRÊNCIA Nº 014/2023

OBJETO: Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

TIPO DA LICITAÇÃO: "Menor Valor de tarifa de remuneração"

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 03/05/2023 a partir das 09:30 horas.

O inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos e modelo, encontra-se disponível às empresas interessadas no site do Município de São Mateus do Sul: www.saomateusdosul.pr.gov.br, local: link "Licitações".

São Mateus do Sul, 27 de março de 2023.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 014/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, através da **Comissão de Licitação**, designada pelo Decreto n.º 659/2023 e de conformidade com a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Municipal n.º 2.957, de 15 de junho de 2020, e demais legislações aplicáveis e dos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, torna público que fará realizar na sala de reuniões do Paço Municipal, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 431, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, conforme objeto descrito no item 4 deste instrumento convocatório, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo **"MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO"**.

1) DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

O recebimento do Envelope "A" contendo a Proposta de Preço e do Envelope "B", contendo a documentação de Habilitação, **dar-se-á impreterivelmente até às 09:15 horas do dia 03 de maio de 2023, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal**, no mesmo endereço supramencionado. Os envelopes poderão ser enviados pelo correio ou outro serviço de entrega.

2) DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os envelopes contendo a proposta de preço e a documentação de habilitação, deverão ser apresentados fechados e invioláveis, constando, em sua parte externa e frontal:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ENVELOPE "A" - PROPOSTA DE PREÇOS
DATA:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
DATA:

3) DA ABERTURA DOS ENVELOPES

Os envelopes recebidos, conforme o estabelecido no item 1, serão encaminhados à **Comissão de Licitação**, a qual se reunirá a partir das 09:30 horas do dia 03 de maio de 2023, na sala de reuniões da Prefeitura. Primeiramente abrir-se-ão os envelopes "A", contendo a proposta de preços e havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todas as proponentes, e ainda a

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

desistência expressa à interposição de recursos na fase de proposta de preços, proceder-se-á nesta mesma data dos envelopes "B", contendo a Documentação de Habilitação das proponentes classificadas até os 03 (*três*) primeiros lugares, nos termos do Artigo 13, inciso VI, da Lei Municipal n.º 2.957 de 15 de junho 2020.

4) DO OBJETO

4.1) Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

4.2) O sistema inicialmente terá quilometragem percorrida de 9.300 km/mês para a área urbana e 1.285 km/mês para a área rural.

4.3) O critério de julgamento é menor valor de tarifa de remuneração. **Esclarecimento**: o critério de julgamento não entrará no mérito de menor valor de tarifa final cobrada ao usuário e nem ao menor valor de subsídio, mas sim do menor valor de tarifa de remuneração por km rodado.

5) DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1) Constitui objeto da presente licitação selecionar a melhor proposta para exploração e prestação dos serviços de transporte coletivo no município de São Mateus do Sul mediante Concessão, obedecendo ao estabelecido na Lei Municipal nº 1.792/2008 e sua alteração através da Lei Municipal nº. 3.148/2022. Especificamente, o objeto da concessão compreende a execução do serviço de transporte coletivo de passageiros, por veículos tipo ônibus padron, ônibus básico (convencional), nos termos da norma técnica ABNT-NBR 15570:2009, de acordo com os melhores procedimentos técnicos: execução de serviço de transporte de usuários com deficiência severa de locomoção, mediante a utilização de veículos adaptados, conduzidos por motoristas especialmente treinados e mediante atendimento especial; cobrança dos usuários pelo serviço praticando as tarifas oficiais, por meio da recepção e verificação dos meios de pagamento legalmente válidos, por meio de bilhetagem eletrônica, conforme determinado pela Prefeitura Municipal; pela implantação de equipamentos embarcados de leitura de meios físicos, onde estejam registrados créditos de viagens; manutenção, remoção, guarda e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus integrantes da frota que compõe a presente concessão; pela implantação do sistema (equipamentos e software) envolvendo equipamentos embarcados e não embarcados necessários ao controle e à apuração dos dados operacionais; divulgação de informações sobre o funcionamento do serviço e de orientação aos usuários; execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte coletivo; execução e manutenção de programas de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à prestação do serviço de forma competente e adequado com vistas ao conforto e segurança dos usuários, sempre com observância aos princípios fundamentais da universalidade no atendimento, eficiência, modicidade tarifária e garantia à acessibilidade. Os serviços deverão ser prestados atendendo à legislação vigente no tocante às normas e procedimentos técnicos, em especial com relação à segurança. São metas da concessão a

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

prestação de um serviço eficiente, com atualidade tecnológica, ambientalmente adequado, que propicie amplo acesso à população usuária. Dessa forma, a concessionária deverá proceder, quando pertinente, à atualização tecnológica da frota pela introdução na operação de veículos com maior nível de segurança e eficiência, seja para os usuários ou para o trânsito em geral, com menos emissão de poluentes, com mais conforto para os passageiros, sobretudo para as pessoas com deficiência, etc. Também deverá promover o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, comprovado pela apresentação de certificados pertinentes. Para início da operação, a concessionária deverá atender todas as especificações, metas e finalidades previstas neste Edital e nos seus anexos. Durante a vigência do Contrato de Concessão, todas as inovações tecnológicas e operacionais que venham a ser determinadas pela Secretaria Municipal de Administração deverão ser implantadas pela Concessionária, visando manter a atualidade, a qualidade e a eficiência dos serviços. A operação do serviço de transporte coletivo objeto da concessão compreende a execução das rotas, conforme especificado no Edital e seus anexos, com o emprego da frota especificada. Serão de responsabilidade da Concessionária, e integram o objeto da concessão para todos os fins, a operação de novas linhas, atendimentos, itinerários e serviços que forem criados pela Secretaria Municipal de Administração no território do Município de São Mateus do Sul, durante a vigência do Contrato de Concessão, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A Concessionária poderá como forma de ampliar o uso do transporte coletivo atender necessidades sazonais da demanda, implantar serviços de transporte coletivo de natureza especial ou complementar, regulares ou temporários, eventualmente com tarifas diferenciadas, mediante autorização e regulação da Prefeitura Municipal.

5.2) O Município de São Mateus do Sul determinará o preço público a ser cobrado dos usuários mediante Decreto Municipal, podendo, em períodos predefinidos e antecipadamente comunicado à Concessionária, a adoção de tarifa promocional em dias, horários ou trajetos.

5.3) Das isenções:

I - Crianças até 05 (cinco) anos de idade e idosos com mais de 60 (sessenta) anos, os últimos desde que devidamente identificados, e, todos, desde que não ocasionem o giro da catraca;
II – Demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal.
III – Fiscais do sistema de transporte coletivo, devidamente identificados e credenciados, que não serão considerados como passageiros equivalentes;
IV – Nos demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal, Estadual e Municipal específica;
V – Pessoas portadoras de necessidades especiais, com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, bem como um acompanhante, caso necessário à condução do deficiente, devidamente credenciadas pelos órgãos de saúde e de assistência social do Município, na forma regulamento;
VI – Aposentados por invalidez com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, devidamente credenciados pelo órgão gestor do sistema de transporte do Município;

VII – Aos domingos o transporte urbano de passageiros deverá ser gratuito, ou com taxa especial, não superior a 50% (cinquenta por cento) da tarifa normal.

6) DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS.

Lote Único:

ÁREA URBANA		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	ÔNIBUS URBANO	TOTAL
Frota Efetiva	02	02
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**03**	**03**
ÁREA RURAL		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	ÔNIBUS CONVENCIONAL	TOTAL
Frota Efetiva	01	01
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**02**	**02**

6.1) **Linhas Urbanas:** compostas pela linha Vila Bom Jesus-Centro e linha Vila Palmeirinha-Centro, podendo ser operada por ônibus padron ou ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica, com capacidade de passageiros: Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[1].

6.2) **Linhas Rurais**, composta por cinco linhas, Flavilópolis-Centro, Pontilhão-Centro, Faxinal dos Ilhéus-Centro e Faxinal dos Elias-Centro, podendo ser operada por ônibus padron, ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica com capacidade de passageiros Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[2].

6.3) Todos os veículos deverão ser equipados com sistema de biometria facial e sistema de monitoramento que possibilite a visualizar a entrada de passageiros e o motorista, com gravação contendo a data e hora, com o armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

6.4) A prestação do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, conforme especificado neste edital, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

7) DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1) Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o itinerário e horário das linhas constantes deste Edital e de acordo com a lei e atos normativos, expedidos pelo Poder Concedente, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais, observando o disposto sobre o reequilíbrio financeiro do contrato. Além de uma prestação serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Os itinerários poderão ser alterados a qualquer tempo, desde que com autorização do poder concedente e para melhoria da prestação dos serviços;

7.2) A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

7.3) A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

7.4) Dos veículos:

7.4.1) A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto;

7.4.2) A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência;

7.4.3) A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

7.4.4) A concessionária deverá disponibilizar toda a frota urbana de veículos adaptados para acesso de pessoa portadora de deficiência em até 3 (três) meses, contados da data da emissão da assinatura do contrato;

7.4.5) A frota vincula à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ter idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando os veículos da frota alcançarem a idade de 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo;

7.4.6) A concessionaria deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência em contrato, em todas as substituições de veículos.

7.4.7) Todos os veículos deverão apresentar laudo de inspeção técnica veicular válido durante toda a vigência do contrato de concessão;

7.4.8) A concessionaria deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Termo de Referência, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL CNPJ 78.021.450/0001-22
Rua Barão do Rio Branco, 431 - Centro Fone (042) 3612-7138 CEP 83900-000 São Mateus do Sul-PR

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículos substitutos equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

7.4.9) A concessionaria se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

7.4.10) O contratado deverá apresentar cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) regular (anual) de toda a frota;

7.4.11) Os veículos deverão estar em nome da empresa ou a mesma deverá apresentar documentação que comprove a compra dos veículos, tal como recibo do bem com firma reconhecida em cartório pelo vendedor; ou admitir-se-á que os veículos estejam arrendados ou locados, desde que estejam exclusiva e plenamente à disposição da prestação do serviço contratado, apresentando, assim, a documentação respectiva, tal como contrato de arrendamento ou locação, cujo prazo abarque a garantia do cumprimento da obrigação pactuada.

7.4.12) Toda a documentação relativa aos veículos da frota são pré-requisitos para a assinatura do contrato.

7.4.13) Quanto ao seguro dos veículos da frota: todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Apólice de Seguros de Responsabilidade Civil, abrangendo danos materiais e pessoais, inclusive aos ocupantes dos veículos e a terceiros, respeitando os seguintes valores mínimos:

SEGURO	VALORES
Danos Materiais a Terceiros	R$ 100.000,00
Danos Corporais ao Condutor, Passageiros e Terceiros	R$ 100.000,00
Morte ou Invalidez do Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 15.000,00
Danos Morais aos Passageiros, Condutor ou Terceiros	R$ 10.000,00
Despesas Médicas com o Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 5.000,00

OBS:

i. As apólices de seguro deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas neste termo.

ii. Na hipótese de não ser entregue apólice de seguro do total ou de parte da frota, o contratado sujeitar-se-á diretamente por eventual responsabilização civil decorrente dos eventos que deveriam estar segurados, conforme quadro acima correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo de referência e na legislação aplicável em vigor.

8) DO VALOR GLOBAL MÁXIMO

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

8.1) VALOR MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO URBANO: **R$ 7,12 (sete reais e doze centavos)**

8.2) VALOR POR MÁXIMO POR QUILOMETRO RODADO RURAL: **R$ 9,50 (nove rvais e cinquenta centavos)**

8.3) VALOR TOTAL MÁXIMO: **R$ 4.705.410,00 (quatro milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais).**

9) DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

9.1) O inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos e modelo, encontra-se disponível aos interessados no site: www.saomateusdosul.pr.gov.br, link "Licitações";

9.2) Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

9.3) Não será admitida a participação de empresas suspensas temporariamente pela Administração Municipal Direta e Indireta nos termos do inc. III do art. 87 da Lei nº.8.666/93, *(Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos)*; bem como, de empresas já incursas na pena do inciso IV do art. 87 da Lei nº.8.666/93 *(Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida o prévio defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior)*, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

9.4) Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta Concorrência. O descumprimento do disposto que resulte em transferência do controle societário do concessionário implicará na caducidade da concessão, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.

10) DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

10.1) A documentação para o credenciamento:

a) Declaração de que a Proponente Cumpre Plenamente os Requisitos de Habilitação. A referida declaração deverá conter endereço, endereço eletrônico e o telefone de

contato da declarante, ou qualquer outro meio com o qual a Comissão de Licitação possa valer-se para manter contato;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou, se for o caso, a(s) respectiva(s) alteração(ões) contratual(is), e/ou ainda, a consolidação do contrato social, que comprove em seu objeto social a habilitação para atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais. E, no caso de sociedades por ações, deverão ser acompanhados de documentos da eleição de seus administradores;

c) Carta Credencial (*conforme Modelo n.º 03*) ou instrumento público de procuração ou instrumento particular (***quando presente***), com poderes específicos para representar a proponente em todos os atos pertinentes ao certame;

c.1) Fotocópia da Cédula de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH;

11) DA PROPOSTA DE PREÇO

A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O licitador não será, de nenhuma maneira, responsável direta ou indiretamente, por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.

11.1) O envelope "A", deverá conter:

11.1.1) **Proposta de Preço** – O envelope "A", PROPOSTA, deverá satisfazer na forma e conteúdo às exigências deste instrumento convocatório e, as quais deverão ser datilografadas ou impressas por processo eletrônico, e apresentada em única via, assinada pelo titular ou representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o Objeto de forma clara, impresso em papel timbrado da empresa contendo:
a) Razão Social, o número do CNPJ, Endereço completo, CEP, telefone, e-mail, etc.;
b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
c) Indicar claramente o preço da tarifa de remuneração, tendo por base as planilhas que acompanham o presente certame, incluídos todos os encargos fiscais, trabalhistas e/ou de qualquer natureza, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o preço proposto;
d) A proposta deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, da Planilha de Custos, sob pena de desclassificação.
e) O valor da tarifa de remuneração, indicada na proposta da licitante, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo ao Poder Público qualquer responsabilidade pelo valor apresentado ou a obrigação de garantir quantidade mínima de passageiros para proporcionar rentabilidade ao operador;
f) O prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;
g) Indicação da Convenção Coletiva, bem como o regime de tributação da licitante

11.1.2) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte se for o caso;

11.2. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação;

11.3. Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as disposições da presente Concorrência, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Instrumento Convocatório;

11.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito a proposta apresentada.
11.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações e alterações, nas condições estabelecidas, após a entrega da proposta.

11.6. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital, inclusive a minuta de contrato, que lhe integra. Sujeitando-se o licitante as sanções previstas no art. 87 da lei nº. 8666/93 e suas alterações.

12) DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

O envelope "B", deverá conter a seguinte documentação:

12.1) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e/ou, se for o caso, a(s) respectiva(s) alteração(ões) contratual(is), e/ou ainda, a consolidação do contrato social, que comprove em seu objeto social a habilitação para atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais. E, no caso de sociedades por ações, deverão ser acompanhados de documentos da eleição de seus administradores;

12.2) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente e pertinente ao objeto desta licitação;

12.4) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

12.5) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

12.6) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede do empresa;

12.7) Prova de Regularidade com o Tesouro Municipal, da sede da proponente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos;

12.8) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

12.9) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, **expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;**

12.10) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, ou documento equivalente, com prazo não superior a 90 (*noventa*) dias da data de emissão da mesma, para comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, na forma da Lei Complementar n.º 123.

12.11) Declaração Unificada, conforme Anexo X;

12.12) A empresa deverá apresentar atestado(s) emitido(s) em seu nome, fornecido(s) por pessoa(s) jurídicas(s) de direito público ou de direito privado, apto(s) a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano ou rural de passageiros; ou transporte coletivo rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional; ou serviços de transporte de passageiros através de fretamento, com veículos do tipo ônibus e/ou micro-ônibus ou similar;

12.12.1)O(s) atestado(s) deverá(ão) informar o local, a natureza e o quantitativo da frota operante na prestação do serviço, bem como assinalar o prazo pelo qual o interessado presta ou prestou o(s) respectivo(s) serviço(s).

12.13) Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização de documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.14) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.15) Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias a contar da emissão do mesmo;

12.16) Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante que apresentou o Menor Preço será declarado vencedor.

12.17) Quanto à indicação do endereço operacional: o contratado deverá, no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, indicar o local no Município de São Mateus do Sul onde

pretende utilizar como sede operacional, que deverá ter espaço compatível com a quantidade de veículos ofertados.

13) DO PROCEDIMENTO

13.1) Um representante de cada proponente poderá estar presente para participar do processo de abertura dos envelopes, na hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital. Somente terá direito à manifestação, o representante devidamente credenciado e identificado, através da apresentação da Cédula de Identidade ou CNH e portador de Procuração, Carta Credencial ou Instrumento Particular, ou membro integrante da diretoria;

13.2) Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente, sob pena de inabilitação das proponentes que o mesmo representa;

13.3) Serão recebidos a documentação relativa ao credenciamento e procedida a sua apreciação;

13.4) Nos termos da Lei Municipal o.º 2.957/2020, serão:

13.4.1) Na seqüência serão abertos os envelopes "A", contendo a proposta de preços;

13.4.2) Será realizado o julgamento e classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do ato convocatório;

13.4.3) Devolução dos envelopes "B" fechados às concorrentes desclassificadas, contendo a respectiva documentação de habilitação, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação;

13.4.4) Abertura dos envelopes e apreciação da documentação relativa à habilitação das proponentes cujas propostas tenham sido classificadas até os 03 (*três*) primeiros lugares;

13.4.5) Deliberação da Comissão de Licitação sobre a habilitação das 03 (*três*) primeiras classificadas, o, se for o caso, abertura dos envelopes e apreciação da documentação relativa à habilitação de tantas concorrentes classificadas quantos forem as inabilitadas.

13.5) Qualquer documento, que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação, salvo erros materiais irrelevantes que serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação;

13.6) Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos;

13.7) Serão consideradas inabilitadas as licitantes que não atenderem qualquer uma das exigências contidas neste Edital:

13.8) Os envelopes "B", contendo a documentação de habilitação, serão devolvidos inviolados às proponentes consideradas desclassificadas, desde que não tenha havido recurso, ou após a sua denegação.

14) DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1) Dentre as propostas conformes e compatíveis, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos valores apresentados, considerando-se vencedora a proponente que apresentar o **"MENOR VALOR DE TARIFA DE REMUNERAÇÃO"**, desde que cumprido o exigido no Edital e observado o contido no subitem 14.5;

14.2) Havendo empate entre duas ou mais propostas e sendo o caso, será obedecido o que estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, ou o disposto no parágrafo 2.º do Artigo 3.º da Lei 8.666/93, quando a classificação se fará por sorteio em ato público, para o qual todas as proponentes serão convocadas;

14.2.1) Para efeito do disposto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificada (onde a proposta seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada) poderá, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data de envio da Ata de Julgamento, apresentar nova proposta de preço inferior à aquela considerada vencedora do certame, a qual poderá ser enviada:

14.2.1.1) Via e-mail, caso a licitante possua assinatura digital/eletrônica; via e-mail devendo o original ser necessariamente protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul dentro do mesmo prazo acima mencionado (ou conforme subitem 11.2.1.2), caso a licitante não possua assinatura digital/eletrônica (comissaodelicitacao@saomateusdosul.pr.gov.br);

14.2.1.2) Via correio, onde a licitante deverá comprovar que o envelope foi postado dentro do prazo mencionado acima;

14.2.1.3) Diretamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul.

14.2.2) Caso não seja cumprido o prazo determinado, será considerado como não apresentado, onde a licitante perderá o direito referente ao empate ficto.

14.3) Será desclassificada a proposta que ultrapassar o preço máximo unitário, bem como, o valor global máximo fixado no item 08 deste Edital, ou cotar valor manifestamente inexequível, conforme disposto no § 1.º, do Artigo 48 da Lei 8.666/93;

14.4) O julgamento da proposta de preço e da habilitação constitui ato interno da Comissão de Licitação, a qual comunicará as proponentes a respeito de suas decisões;

14.5) A Comissão de Licitação fará a conferência da descrição dos serviços, unidades, quantidades e preços unitários. Se constatado erro aritmético, serão efetuadas as devidas correções nos preços unitários, prevalecendo sempre o valor global proposto;

14.6) Para todos os efeitos, será considerado correto e válido o valor global proposto pela proponente na proposta de preços.

15) DOS PRAZOS

15.1) Adjudicado e homologado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal, convocará a licitante vencedora para, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, assinar o termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei 8.666/9, devendo apresentar:

15.1.1) Todos os veículos deverão apresentar laudo de inspeção técnica veicular válido durante toda a vigência do contrato de concessão;

15.1.2) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) regular (anual) de toda a frota;

15.1.2.1)Os veículos deverão estar em nome da empresa ou a mesma deverá apresentar documentação que comprove a compra dos veículos, tal como recibo do bem com firma reconhecida em cartório pelo vendedor; ou admitir-se-á que os veículos estejam arrendados ou locados, desde que estejam exclusiva e plenamente à disposição da prestação do serviço contratado, apresentando, assim, a documentação respectiva, tal como contrato de arrendamento ou locação, cujo prazo abarque a garantia do cumprimento da obrigação pactuada.

14.1.3) Comprovante do Seguro garantia;

15.2) A Prefeitura Municipal poderá, quando a convocada não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste Edital, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Artigo 81 da Lei 8.666/93;

15.3) O prazo de concessão será de 60 (sessenta) meses e de vigência será de 62 (sessenta e dois) meses, após a assinatura do contrato;

15.4) O prazo de concessão e vigência, caso necessário e mediante aprovação do Contratante, poderão ser prorrogado nas hipóteses legais e forma a que alude o Artigo 57 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93;

15.5) O prazo que consta no item 15.1 poderá ser prorrogado a pedido da licitante vencedora desde que justificado.

16) DA GARANTIA DE EXECUCÃO

16.1) A proponente vencedora, quando da assinatura do termo de Contrato de Concessão, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução equivalente a 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, poderá ser efetuada nas seguintes modalidades:

16.1.1) Depósito em espécie ou cheque nominativo ao licitador, mediante depósito à C/C n.º 18.391-1, Agência 0655-6, Banco do Brasil S/A, (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul/Conta Caução), cuja efetivação e validade do depósito efetuado, somente se dará, através da emissão pela Tesouraria do licitador, do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, devidamente autenticado, sendo que em caso de depósito através de cheque, a validade da garantia somente se dará com a efetiva compensação;

16.1.2) Carta Fiança Bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

16.1.3) Seguro Garantia em apólice nominal ao licitador e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias.

16.2) Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a **CONTRATADA** ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

16.3) A **CONTRATADA** perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, quando:

I) da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato de Prestação de Serviços;

II) do não recebimento dos serviços.

16.4) A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, dar-se-á por ocasião do término do Contrato, satisfeitas as exigências contratuais.

17) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1) O não atendimento das exigências deste edital, projeto básico e contrato no decorrer da concessão acarretarão as penalidades previstas em contrato, edital e projeto, além daquelas decorrentes das Leis 8666/93 e demais normas que tratem do assunto.

17.2) Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionaria e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, na Lei 8666/93 com suas alterações e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

17.3) Pela inobservância parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas no contrato, o Poder Público contratante poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar ao contratado, além daquelas sanções e consequências previstas em lei, as seguintes:

17.4) Advertência: referem-se a falhas primárias que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários.

17.5) Multas: sanções pecuniárias definidas conforme sua gravidade, que se classificam em:

I) Multa por Infração de natureza Leve: valor de 100 (cem) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência a determinações do Poder Público ou por descumprimento dos parâmetros operacionais estabelecidos, que não afetem a segurança dos usuários, e ainda por reincidência na penalidade "advertência";

II) Multa por Infração de natureza Média: valor de 200 (duzentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência às determinações do Poder Público que possam colocar em risco a segurança dos usuários; por descumprimento de obrigações contratuais e regimentais; por deficiência na prestação dos serviços, como a supressão de horários; por operação deliberada causando transtornos ao trânsito do Município; e ainda por reincidência na penalidade prevista no subitem "17.3.2.1.";

III) Multa por Infração de natureza Grave: valor de 300 (trezentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços; por cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por redução da frota vinculada ao serviço ou redução de linhas sem autorização do Poder Público;

17.6) Em caso de dano sem devida cobertura de seguro de responsabilidade civil, o contratado sujeitar-se-á a multa específica no valor equivalente ao total apurado do dano;

17.7) Situação que incorra na paralisação injustificada dos serviços de transporte público coletivo sujeitará ao contratado multa específica no valor de 250 (duzentas e cinquenta) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por dia de paralisação;

17.8) Em todos os casos, será garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado, na forma da lei.

17.9) A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade regulamentar, administrativa, civil ou criminal.

17.10) A autuação não desobriga o contratado de corrigir a falta que lhe deu origem.

17.11) As punições às infrações mencionadas no presente instrumento serão precedidas de notificação do Poder Público, via intimação pessoal, pelo correio e/ou e-mail de finalidade estritamente institucional, ao contratado, o qual terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa.

17.12) Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pelas fiscalizações em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

17.13) Constatada a infração, será emitido o relatório de irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviado para a concessionária notificação de irregularidade.

17.14) A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionaria providenciar o devido prazo.

17.15) A Secretaria de Administração comunicará a concessionaria, com antecedência mínima de 24 horas, a data em que a garagem será visitada pela fiscalização para a conferencia do comprimento da notificação de irregularidade.

17.16) Na data de que trata o item anterior, caso o reparo não tenha sido providenciado ou o veículo não se encontre disponível na garagem, a Secretaria Municipal de Administração, através do fiscal de transportes, emitirá um Auto de infração e nova notificação de irregularidade, com novo prazo para cumprimento.

17.17) A assinatura da notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

17.18) A Secretaria Municipal de Administração terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do relatório de irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

17.19) O auto de infração e a advertência escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Administração

I. Nome da concessionária;
II. Dispositivo infringindo;
III. Penalidade referente à infração cometida;
IV. Data da autuação e hora;
V. Local da autuação;
VI. Identificação do agente fiscal;
VII. Identificação do veículo, caso necessário;

17.20) O auto de infração e a advertência escrita poderão ser anulados somente quando ocorrer erro em sua lavratura, com obrigatória comunicação e justificativa perante a Secretaria Municipal de Administração, que será analisada pela Secretaria.

17.21) Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes à cada uma delas.

17.22) Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses os valores serão aplicadas em dobro.

17.23) O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calculá dos diariamente sobre o valor devido.

17.24) O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

17.25) A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

17.26) A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do recurso.

18) DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o Contratante notificará a Contratada que terá o prazo de 05 (*cinco*) dias úteis para apresentar defesa prévia a Secretaria Municipal de Administração. Mantida a aplicação da multa pela Secretaria Municipal de Administração, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, a Contratada terá o prazo de 05 (*cinco*) dias úteis para recolher à Tesouraria do Contratante o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o Contratante, inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

19) DA RESCISÃO

19.1) O Contratante reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

(a) quando a Contratada falir, entrar em recuperação judicial ou for dissolvida, ou por superveniente incapacidade técnica; (b) quando exceder ou deixar de realizar os serviços determinados pela fiscalização, por mais de 20 (*vinte*) dias sem justificativa aceita; (c) quando a Contratada ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do Contratante; (c) quando a Contratada ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do Contratante; (d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da Contratada e desobediência da determinação da fiscalização; (e) demais hipóteses mencionadas nos Artigos 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores; (f) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato e (g) quando não recolher o valor da multa, conforme disposto no item 14;

19.2) A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos casos acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis, podendo, inclusive, serem retidos os valores que porventura tenham a Contratada a receber;

19.3) Decorrido período igual ou superior a 1/3 (*um terço*) do prazo de contratação sem manifestação quanto à execução dos serviços, estará caracterizada a recusa, dando causa a Rescisão do Contrato e à aplicação de multa.

20) DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1) A concessionaria será remunerada através de subsídio pela diferença entre a receita arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal e a despesa devidamente efetivada através da quilometragem percorrida no mês, sendo necessária a

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL CNPJ 76.021.450/0001-22
Rua Barão do Rio Branco, 431 - Centro Fone (042) 3912-7138 CEP 83605-000 São Mateus do Sul-PR

apresentação de relatório detalhado da arrecadação através da bilhetagem eletrônica e quilometragem percorrida através de GPS, ambos com espelhamento em tempo real para a Prefeitura.

20.2) Imediatamente após o encerramento mensal, a Contratada deverá realizar o faturamento da diferença apurada, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório mensal, acompanhado da Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa Federal e Municipal, contendo o número do Contrato, Licitação, Empenho e Solicitação de Fornecimento. Além da Fotocópia da folha de pagamento quitada e/ou recibo comprovando o pagamento individual, quitado, como também, as respectivas Guias de Recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFEP), do mês em referência, devidamente quitados, do pessoal envolvido na execução dos serviços, objeto do presente contrato. Juntamente com as Guias de Recolhimento supracitadas, deverão ser apresentadas a Relação de Empregados (RE) e a Comprovação de Transmissão de Dados do GFIP.

20.3) Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento, para as necessárias correções, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

20.4) No mês em que a receita arrecadada através de cobrança da tarifa seja superior a despesa através da quilometragem percorrida, será gerado crédito para os meses subsequentes.

20.5) Durante a execução do contrato, o saldo poderá ser utilizado para novos investimentos ou implantação de novas tecnologias, mediante prévia solicitação ou aprovação por parte do Executivo Municipal.

20.6) Caso haja saldo positivo ao término do contrato, o valor será revertido aos cofres do Município.

20.7) As despesas decorrentes da execução, objeto da presente licitação, correrão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 84 – Fontes 1000 e 3055 – Municipal e Federal – 3.3.90.39.99.05.

21) DOS RECURSOS

21.1) Às proponentes é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do Artigo 109 da Lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

21.2) Os recursos deverão ser apresentados **no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis**, contados da data de envio da Ata de Julgamento, e poderão ser enviados:

21.2.1.1) via e-mail, caso a licitante possua assinatura digital/eletrônica; via e-mail, devendo os originais serem necessariamente protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul dentro do mesmo prazo acima mencionado (ou conforme subitem 20.2.1.2), caso a licitante não possua assinatura digital/eletrônica (comissaodelicitacao@ssomateusdosul.pr.gov.br);

21.2.1.2) via correio, onde a licitante deverá comprovar que o envelope foi postado dentro do prazo acima mencionado;

21.2.1.3) diretamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul.

21.3) Os recursos interpostos fora do prazo não serão recebidos em face da preclusão da faculdade processual.

22) DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

É vedada a subconcessão e transferência da concessão de prestação do serviço objeto deste contrato, vindo o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

22.1) Extingue-se a concessão por:

I) Advento do termo contratual;
II) Encampação;
III) Caducidade;
IV) Rescisão e anulação
V) Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

22.2) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato;

22.3) A assunção do serviço autorizada a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis;

22.4) A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

22.5) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Decreto autorizado específico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

22.6) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

22.7) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos da qualidade do serviço;

II) a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III) a concessionaria paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV) a concessionaria não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V) a concessionaria perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

VI) a concessionaria não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

22.8) A concessionara for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuição sociais.

22.9) Para a condução do Processo Administrativo será nomeada por Portaria do Executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do Poder Concedente.

22.10) O processo administrativo, deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da Comissão, e concluí do dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado nos autos do respectivo processo.

22.11) Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionaria, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

22.12) Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, causados pela concessionária.

22.13) Declarada à caducidade, não resultará para a poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionaria.

22.14) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa de concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

22.15) Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionaria não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento

23) DA INTERVENÇÃO

23.1) Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentar e legal pertinente, o poder público poderá intervir na operação do serviço;

23.2) Será considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito neste edital e respectivo contrato:

I) reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes no itinerários ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II) não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovantes inadequadas para o serviço;

III) o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV) a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditorias, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V) redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

23.3) Do ato da intervenção deverá constar:

I) os motivos da intervenção e sua necessidade;

II) o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III) as instruções e regras que orientarão a intervenção;

23.4) Declarada à intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção;

23.5) No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação;

23.6) A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites;

23.7) A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

23.8) Se verificada a impossibilidade do estabelecimento do serviço em nível adequado, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão.

23.9) Incube ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

23.10) Sem prejuízo da responsabilidade prevista neste instrumento, o operador poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos.

23.11) Os contratos celebrados entre o operador e os terceiros a que se refere parágrafo anterior reger-se pelas normas do direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Público.

23.12) A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

23.13) No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

23.14) Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

24) DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde — SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo **Banco**[1]. Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(I) "prática **corrupta**"[2]: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(II) "prática **fraudulenta**"[3]: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(III) "prática **colusiva**"[4]: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(IV) "prática **coercitiva**"[5]: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(V) "prática obstrutiva": significa: (aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo;

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do **Banco**, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser **designado**[6] subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

1- Nesse contexto, será imprópria qualquer atitude tomada no intuito de influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato para obter vantagens indevidas.

2- Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

3- Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público, os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

4- Para os fins deste parágrafo, o termo "partes"[1] refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

5- Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

6- Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações cooperativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em curso.

6- Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

25) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1) Fazem parte integrante deste Edital os seguintes elementos:

- **ANEXO I** – Especificação;
- **ANEXO II** - Projeto Básico;
- **ANEXO III**- Planilhas de Custos;
- **ANEXO IV** – Horários Linhas;
- **ANEXO V** – Itinerários/ Linhas;
- **ANEXO VI** – Referências para Composição de Custos;
- **ANEXO VII** – Declaração Unificada;
- **ANEXO VIII** – Convenção Coletiva;
- **ANEXO IX** – Lei 1792/2008;
- **ANEXO X** – Lei 3142/2022;
- **ANEXO XI** – Minuta do Contrato de Concessão
- **MODELO Nº 01** - Carta Credencial.

25.2) O presente edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurado o direito de prioridade para a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, no critério de desempate;

25.3) Todos os profissionais constantes na relação de disponibilidade deverão estar disponíveis, caso seja necessária a substituição de algum profissional deverá apresentar solicitação e justificativa à Secretaria solicitante, sob pena de multa e rescisão contratual;

25.4) Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado, fornecidos verbalmente por empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes;

25.5) Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos Envelopes "A" e "B", ressalvados os erros e omissões sanáveis, que deverão ser registrados em ata;

25.6) A Comissão de Licitação poderá solicitar a seu critério, esclarecimentos e informações complementares, ou efetuar diligências em qualquer fase da licitação, caso julgue necessário, e ainda, solicitar o original de documento apresentado pela proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo máximo de 48 (*quarenta e oito*) horas, sendo vedada a inclusão posterior de quaisquer documentos que deviam constar originalmente nos envelopes;

25.7) A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata;

25.8) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da legislação atual, especialmente da Lei 8.666/93 e suas alterações, da jurisprudência, da doutrina e dos princípios de direitos aplicáveis a espécie;

25.9) A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se no direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias ao interesse público, anular ou revogar a presente Licitação por ilegalidade ou conveniência administrativa, sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização de qualquer espécie;

25.10) O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando não ocorrerem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer ao objeto e/ou às especificações, ou anular quando ficar evidenciado que tenha havido falta de competição e/ou conluio;

25.11) A intimação ou ciência de fatos referentes à presente licitação poderá se dar via e-mail ou fac-símile ou por outros meios, mediante comprovante de contrarrecebimento;

25.12) O Município de São Mateus do Sul poderá, até a assinatura do Contrato, desclassificar por despacho fundamentado, a vencedora da licitação, se houver notícia de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade técnica, administrativa ou financeira, independentemente de outras sanções legais decorrentes da adesão a este Edital, sem que caiba a vencedora nenhuma indenização ou ressarcimento;

25.13) Caberá à **CONTRATADA:**

25.13.1) O pagamento de emolumentos prescritos em lei e observação de todas as posturas referentes aos serviços;

25.13.2) O pagamento ou o ressarcimento ao Contratante de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho ou qualquer entidade em decorrência da execução do Contrato;

25.13.3) Despesas decorrentes de leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que digam respeito ao serviço contratado, bem como, respondendo exclusivamente pelos danos e prejuízos causados a terceiros no exercício das atividades.

25.14) A fiscalização da Administração Municipal solicitará à a qualquer momento, a comprovação de vínculo empregatício dos funcionários;

25.15) O presente edital e anexos, encontram-se disponível às interessadas no site: www.saomateusdosul.pr.gov.br, local: link "Licitações". As dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão

ser formuladas por escrito e encaminhadas à Secretaria da Administração, através de protocolo, no prazo legal;

25.16) Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

São Mateus do Sul, 27 de março de 2023.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL
RELATÓRIO: [PMSM6] RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

CNPJ: 76.021.450/0001-22 Telefone: (42) 3512-7010
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 431
CEP: 83900-000 - São Mateus do Sul PR

CONCORRÊNCIA
Nr : 14/2023 - CC
Processo Administrativo: 44/202
Data do Processo: 06/03/202

376

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO – LOTE ÚNICO

Nº	Quantidade	Unid	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	558.000,000	KM	Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano - Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano	7,1200	3.972.960,00
	77.100,000	KM	Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo rural - concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo rural	9,5000	732.450,00
			(Valores expressos em Reais R$)	Total Geral	4.705.410,00

87
4 ao

377
9

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO II

PROJETO BÁSICO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo no Município de São Mateus do Sul/ PR, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência. As linhas, roteiros e itinerários estão descritos no Anexo I deste Termo de Referência. A operação do serviço de transporte de passageiros será efetuada por veículo coletivo (Ônibus Padron ou Básico), no âmbito do Município de São Mateus do Sul, o qual deverá ficar à disposição permanente dos usuários de acordo com o itinerário. A cobrança do usuário do serviço (exceto os usuários com direito a isenção tarifária) será realizada no momento da realização do transporte.

1. **DO OBJETO;**

1. O presente Termo de Referência tem por objetivo da outorga de concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, cujo procedimento pelo Poder Legislativo, através da Lei Municipal nº 1.792/08 e suas alterações, conforme quantidade e exigência estabelecidas neste instrumento.

2. **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS.**

Lote Único:

ÁREA URBANA		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS URBANO**	**TOTAL**
Frota Efetiva	02	02
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**03**	**03**
ÁREA RURAL		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS CONVENCIONAL**	**TOTAL**
Frota Efetiva	01	01
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**02**	**02**

- **Linhas Urbanas:** compostas pela linha Vila Bom Jesus-Centro e linha Vila Palmeirinha-Centro, podendo ser operada por ônibus padron ou ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de

378
9

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

equipamento de bilhetagem eletrônica, com capacidade de passageiros: Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[3].

- Linhas Rurais, composta por cinco linhas, Fluviópolis-Centro, Pontilhão-Centro, Faxinal dos Ilhéus-Centro e Faxinal dos Elias-Centro, podendo ser operada por ônibus padron, ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica com capacidade de passageiros Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[4].
- Todos os veículos deverão ser equipados com sistema de biometria facial e sistema de monitoramento que possibilite a visualizar a entrada de passageiros e o motorista, com gravação contendo a data e hora, com o armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

2.1 A prestação do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, conforme especificado neste edital, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

3. **METODOLOGIA:**

A forma e critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será concorrência pública, através do "menor valor de tarifa de remuneração", objetivando a outorga em caráter de exclusividade.

4. **JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

CONSIDERANDO que o inciso V do artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil assim o prevê:

> *" Art. 30. Compete aos Municípios:*
> *(...)*
> *V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial"*

CONSIDERANDO que o transporte coletivo, dentro do conceito latu sensu de Serviço Público, pode ser definido como um serviço de utilidade pública, pois visa facilitar a vida da coletividade, colocando à disposição veículos para lhe proporcionar maior conforto, rapidez e bem-estar na locomoção.

CONSIDERANDO que, como nos ensina Helly Lopes Meireles "é dever do concedente exigir sua prestação em caráter geral, permanente, regular, eficiente e com

[3] ABNT-NBR 15570:2009.
[4] ABNT-NBR 15570:2009.

379
9

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL

tarifas módicas", salientando que "no poder de fiscalização está implícito o de intervenção para regular o serviço quando estiver sendo prestado deficientemente aos usuários" (Direito Administrativo Brasileiro, 2002, p. 373).

CONSIDERANDO que o inciso I do artigo 44 da Lei Municipal nº 1.792/2008 assim dispõe:

> *"Art. 44 - São direitos dos usuários:*
> *I - ser transportado com segurança dentro das linhas e itinerários fixados pelo município, em velocidade compatível com as normas legais. "*

Como é sabido, a Lei nº 8.987/95 estabeleceu as normas gerais de concessão e permissão de serviços públicos, vindo, assim, a regulamentar a matéria, atendendo a exigência do art. 175 da Constituição, norma esta denominada pelo festejado professor José Afonso da Silva como de eficácia limitada.

Diante disso, justifica-se a conveniência de outorga com base na invisibilidade técnica e econômica do Município prestar diretamente os serviços de transporte coletivo de passageiros, visto que o Município não detém conhecimento na prestação direta de serviços de transporte coletivo urbano/rural. Seria extremamente dificultosa a prestação dos serviços, uma vez que, ela implicaria na necessária aquisição ou locação de veículos, além de pessoal próprio, o que por ora torna-se inviável, tornando-se a contratação de empresa através da concessão investimento necessário para a boa prestação dos serviços. Além disso, é inquestionável a necessidade desse tipo de serviço, para atendimento da demanda da população.

5. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

5.1 Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, cadastradas ou não no município.

5.2 Não será admitida a participação de empresas suspensas temporariamente pela Administração Municipal Direta e Indireta nos termos do inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, *(Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos)*; bem como, de empresas já incursas na pena do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 *(Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior)*, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.3 Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta Concorrência. O descumprimento do disposto que resulte em transferência do controle societário do concessionário implicará na caducidade da concessão, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 Constitui objeto da presente licitação selecionar a melhor proposta para exploração e prestação dos serviços de transporte coletivo no município de São Mateus do Sul mediante Concessão, obedecendo ao estabelecido na Lei Municipal nº 1.792/2008 e sua alteração através da Lei Municipal nº 3.148/2022. Especificamente, o objeto da concessão compreende a execução do serviço de transporte coletivo de passageiros, por veículos tipo ônibus padron, ônibus básico (convencional), nos termos da norma técnica ABNT-NBR 15570:2009, de acordo com os melhores procedimentos técnicos; execução de serviço de transporte de usuários com deficiência severa de locomoção, mediante a utilização de veículos adaptados, conduzidos por motoristas especialmente treinados e mediante atendimento especial; cobrança dos usuários pelo serviço praticando as tarifas oficiais, por meio da recepção e verificação dos meios de pagamento legalmente válidos, por meio de bilhetagem eletrônica, conforme determinado pela Prefeitura Municipal; pela implantação de equipamentos embarcados de leitura de meios físicos, onde estejam registrados créditos de viagens; manutenção, remoção, guarda e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus integrantes da frota que compõe a presente concessão; pela implantação do sistema (equipamentos e software) envolvendo equipamentos embarcados e não embarcados necessários ao controle e à apuração dos dados operacionais; divulgação de informações sobre o funcionamento do serviço e de orientação aos usuários; execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte coletivo; execução e manutenção de programas de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à prestação do serviço de forma competente e adequada com vistas ao conforto e segurança dos usuários, sempre com observância aos princípios fundamentais da universalidade no atendimento, eficiência, modicidade tarifária e garantia à acessibilidade. Os serviços deverão ser prestados atendendo à legislação vigente no tocante às normas e procedimentos técnicos, em especial com relação à segurança. São metas da concessão a prestação de um serviço eficiente, com atualidade tecnológica, ambientalmente adequado, que propicie amplo acesso à população usuária. Dessa forma, a concessionária deverá proceder, quando pertinente, à atualização tecnológica da frota pela introdução na operação de veículos com maior nível de segurança e eficiência, seja para os usuários ou para o trânsito em geral, com menos emissão de poluentes, com mais conforto para os passageiros, sobretudo para as pessoas com deficiência, etc. Também deverá promover o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, comprovado pela apresentação de certificados pertinentes. Para início da operação, a concessionária deverá atender todas as especificações, metas e finalidades previstas neste Edital e nos seus anexos. Durante a vigência do Contrato de Concessão,

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

todas as inovações tecnológicas e operacionais que venham a ser determinadas pela Secretaria Municipal de Administração deverão ser implantadas pela Concessionária, visando manter a atualidade, a qualidade e a eficiência dos serviços. A operação do serviço de transporte coletivo objeto da concessão compreende a execução das rotas, conforme especificado no Edital e seus anexos, com o emprego da frota especificada. Serão de responsabilidade da Concessionária, e integram o objeto da concessão para todos os fins, a operação de novas linhas, atendimentos, itinerários e serviços que forem criados pela Secretaria Municipal de Administração no território do Município de São Mateus do Sul, durante a vigência do Contrato de Concessão, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A Concessionária poderá como forma de ampliar o uso do transporte coletivo atender necessidades sazonais da demanda, implantar serviços de transporte coletivo de natureza especial ou complementar, regulares ou temporários, eventualmente com tarifas diferenciadas, mediante autorização e regulação da Prefeitura Municipal.

6.2 O Município de São Mateus do Sul determinará o preço público a ser cobrado dos usuários mediante Decreto Municipal, podendo, em períodos predefinidos e antecipadamente comunicado à Concessionária, a adoção de tarifa promocional em dias, horários ou trajetos.

6.3 Das isenções:

I - Crianças até 05 (cinco) anos de idade e idosos com mais de 60 (sessenta) anos, os últimos desde que devidamente identificados, e, todos, desde que não ocasionem o giro da catraca;
II – Demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal.
III – Fiscais do sistema de transporte coletivo, devidamente identificados e credenciados, que não serão considerados como passageiros equivalentes;
IV – Nos demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal, Estadual e Municipal específica;
V – Pessoas portadoras de necessidades especiais, com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, bem como um acompanhante, caso necessário à condução do deficiente, devidamente credenciadas pelos órgãos de saúde e de assistência social do Município, na forma regulamento;
VI – Aposentados por invalidez com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, devidamente credenciados pelo órgão gestor do sistema de transporte do Município;
VII – Aos domingos o transporte urbano de passageiros deverá ser gratuito, ou com taxa especial, não superior a 50% (cinquenta por cento) da tarifa normal.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. O envelope "A", PROPOSTA, deverá satisfazer na forma e conteúdo às exigências deste instrumento convocatório e, as quais deverão ser datilografadas ou impressas por processo eletrônico, e apresentada em única via, assinada pelo titular ou representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o Objeto de forma clara, impresso em papel timbrado da empresa contendo:

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL — CNPJ 78.021.450/0001-22
Rua Barão do Rio Branco, 431 - Centro — Fone (042) 3512-7138 — CEP 83900-000 — São Mateus do Sul-PR

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

a) Razão Social, o número do CNPJ, Endereço completo, CEP, telefone, e-mail, etc.;
b) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
c) Indicar claramente a menor tarifa de remuneração, tendo por base as planilhas que acompanham o presente certame, incluídos todos os encargos fiscais, trabalhistas e/ou de qualquer natureza, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o preço proposto;
d) A proposta deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, da Planilha de Custos, sob pena de desclassificação.
e) O valor do km rodado, indicada na proposta da licitante, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo ao Poder Público qualquer responsabilidade pelo valor apresentado ou a obrigação de garantir quantidade mínima de passageiros para proporcionar rentabilidade ao operador;
f) O prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;

7.2. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação;

7.3. Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as disposições da presente Concorrência, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Instrumento Convocatório;

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito a proposta apresentada.
7.5. Não serão admitidos cancelamentos, retificações e alterações, nas condições estabelecidas, após a entrega da proposta.

7.6. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital, inclusive a minuta de contrato, que lhe integra. Sujeitando-se o licitante as sanções previstas no art. 87 da lei nº. 8666/93 e suas alterações.

8. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o itinerário e horário das linhas constantes deste Termo de Referência e de acordo com a lei e atos normativos, expedidos pelo Poder Concedente, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais, observando o disposto sobre o reequilíbrio financeiro do contrato. Além de uma prestação serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Os itinerários poderão ser alterados a qualquer tempo, desde que com autorização do poder concedente e para melhoria da prestação dos serviços.

8.2 A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

8.3 A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

8.4 Dos veículos:

I. A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto;

II. A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência;

III. A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

IV. A concessionária deverá disponibilizar toda a frota urbana de veículos adaptados para acesso de pessoa portadora de deficiência em até 3 (três) meses, contados da data da emissão da assinatura do contrato;

V. A frota vinculada à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ter idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando os veículos da frota alcançarem a idade de 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo;

VI. A concessionaria deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência em contrato, em todas as substituições de veículos.

VII. Todos os veículos deverão apresentar laudo de inspeção técnica veicular válido durante toda a vigência do contrato de concessão;

VIII. A concessionaria deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Termo de Referência, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículos substitutos equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

IX. A concessionaria se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

X. O contratado deverá apresentar cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) regular (anual) de toda a frota;

XI. Os veículos deverão estar em nome da empresa ou a mesma deverá apresentar documentação que comprove a compra dos veículos, tal como recibo do bem com

firma reconhecida em cartório pelo vendedor; ou admite-se-á que os veículos estejam arrendados ou locados, desde que estejam exclusiva e plenamente à disposição da prestação do serviço contratado, apresentando, assim, a documentação respectiva, tal como contrato de arrendamento ou locação, cujo prazo abarque a garantia do cumprimento da obrigação pactuada.

XII. Toda a documentação relativa aos veículos da frota são pré-requisitos para a assinatura do contrato.

XIII. Quanto ao seguro dos veículos da frota: todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Apólice de Seguros de Responsabilidade Civil, abrangendo danos materiais e pessoais, inclusive aos ocupantes dos veículos e a terceiros, respeitando os seguintes valores mínimos:

SEGURO	VALORES
Danos Materiais a Terceiros	R$ 100.000,00
Danos Corporais ao Condutor, Passageiros e Terceiros	R$ 100.000,00
Morte ou Invalidez do Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 15.000,00
Danos Morais aos Passageiros, Condutor ou Terceiros	R$ 10.000,00
Despesas Médicas com o Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 5.000,00

OBS:

iii. As apólices de seguro deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, observados as condições estabelecidas neste termo.

iv. Na hipótese de não ser entregue apólice de seguro do total ou de parte da frota, o contratado sujeitar-se-á diretamente por eventual responsabilização civil decorrente dos eventos que deveriam estar segurados, conforme quadro acima correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo de referência e na legislação aplicáveis em vigor.

8.5 – SEGURO GARANTIA

I. Por ocasião da assinatura do contrato será exigido garantia de execução, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, podendo ser da seguinte forma:

a)Depósito caução;

b) Carta fiança;

c)Seguro garantia.

9. DA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA

I. Eventual exploração publicitária veículos vinculados ao transporte público municipal, a partir da vigência do contrato, deverá ser precedida de autorização do Poder

Executivo, mediante submissão de projeto publicitário, indicando o alcance e os objetivos da publicidade pretendida.

II. Deverá ser reservada a cota de ao menos 1 (um) veículo, a escolha da Administração, para a divulgação de campanhas e ações institucionais.

9.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

I. A concessionaria deverá apresentar todos os registros obrigatórios, nos órgãos competentes, para a prestação do serviço de transporte público, além da documentação exigida pelo Município para cadastramento.

II. A concessionaria deverá cumprir as determinações do Poder Concedente para atendimento de Operações Especiais.

III. Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais definidos pelo Município.

IV. A Concessão de serviço público de transporte coletivo mediante licitação, através da modalidade de concorrência. A referida concessão se dará pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por igual período, desde que atendidas todas as condições contratuais.

V. Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do serviço deverão ser registrados na Secretaria de Administração e ter seus registros atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares, estando sujeitos à vistoria prévia e periódica;

VI. A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

VII. A concessionária deverá retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros.

VIII. Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, a concessionaria, depois, de reparadas as avarias e antes de colocar os veículos novamente em operação, deverá submetê-los à vistoria especial, como condições imprescindíveis para o seu retorno à operação.

IX. Em caso de acidente que não apresente risco para a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros, o veículo, para atender à demanda, poderá operar, desde que a concessionaria efetue o reparo no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do fato.

X. A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestadora do serviço é de exclusiva responsabilidade da concessionaria e deverá ser efetuada obedecendo às instruções e recomendações dos fabricantes e às normas estabelecidas pela Secretaria de Administração.

XI. A garagem deverá apresentar instalações suficiente e de acordo com as normas de preservação do meio ambiente e estar provida de todos os equipamentos que forem necessários à operacionalização dos serviços, podendo, a critério do Poder Concedente,

estipular um prazo para sua regularização, e ser registrada em nome da empresa concorrente.

XII. As boas condições dos veículos da empresa vencedora deverão ser comprovadas anualmente, junto à concedente, através de Laudo de Vistoria fornecido pelo DETRAN-PR ou vistoria feita por oficina mecânica, na forma da Lei, Resoluções da ANTT e NBRs das ABNT.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação relativa à HABILITAÇÃO consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como, as respectivas alterações, caso existam, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos da eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada;

III. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

V. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da empresa;

VI. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, expedida pelo órgão competente, da sede da licitante;

VII. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;

VIII. Certidão simplificada expedida pela junta comercial, com prazo de 90 (noventa) dias a contar da emissão da mesma, para comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da lei complementar n.º 123;

IX. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua emissão;

X. Declaração Unificada, conforme Anexo IV.

10.2 Quanto ao atestado de capacidade técnica:

I. A empresa deverá apresentar atestado(s) emitido(s) em seu nome, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou de direito privado, após(s) a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano ou rural de passageiros; ou transporte coletivo rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional; ou serviços de transporte de passageiros através de fretamento, com veículos do tipo ônibus e/ou micro-ônibus ou similar;

II. O(s) atestado(s) deverá(ão) informar o local, a natureza e o quantitativo da frota operante na prestação do serviço, bem como assinalar o prazo pelo qual o interessado presta ou prestou o(s) respectivo(s) serviço(s).

10.3 Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

I. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.4 Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias a contar da emissão do mesmo;

10.5 O não atendimento das exigências constantes do item 7 deste Edital implicará a inabilitação do licitante;

10.6 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.7 Quanto à indicação do endereço operacional: o contratado deverá, no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, indicar o local no Município de São Mateus do Sul onde pretende utilizar como sede operacional, que deverá ter espaço compatível com a quantidade de veículos ofertados.

11. DADOS OPERACIONAIS

11.1 O sistema inicialmente terá quilometragem percorrida de 9.300 km/mês para a área urbana e 1.285 km/mês para a área rural.

11.2 Todas as informações referentes aos itinerários e horários são partes integrantes deste edital na forma de anexos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE:

12.1 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto, nos termos da Lei Orgânica do Município.

12.2 Compete ao chefe do Poder Executivo, juntamente com a Secretaria de Administração, dentro da competência de cada agente, ou a quem ela ou lei especifica o delegar observadas as disposições da legislação vigente:

I. Outorgar os serviços de transporte públicos sob regime de concessão e permissão e autorizar a prestação do serviço de transporte privado;

II. Autorizar o reajuste tarifário;

III. Regulamentar os reajustes tarifários;

IV. Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela Comissão de Transporte, a pedido das Secretaria de Administração;

V. Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos;

VI. Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelos serviços de transporte sob seu controle, reprimido eventuais infrações;

VII. Aplicar penalidades legais, regulamentares e contratuais às concessionárias e permissionárias;

VIII. Intervir na prestação dos serviços de transporte coletivo concedidos ou permitidos;

IX. Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizeram necessárias.

X. Aprovar a revisão do valor da remuneração, mantendo o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, quando for o caso;

XI. Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;

XII. Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviços adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga;

XIII. . Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;

XIV. Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifaria, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;

XV. Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios;

XVI. Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços outorgados;

XVII. A fiscalização das receitas e pagamentos dos tributos devidos pela concessionaria, advindos do transporte coletivo público de passageiros ao Poder Concedente, será realizado pela Secretaria Municipal de Administração.

13. DOS DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

13.1 Constitui obrigação dos operadores o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários;

13.2 Prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;

13.3 Efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo Poder Público, de modo a possibilitar a fiscalização pública;

13.4 Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.

13.5 Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público;

13.6 Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;

13.7 Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.

13.8 Adequar a frota as necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pelo Poder Executivo;

13.9 Garantir a segurança e a integridade física dos usuários;

13.10 Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica compatível com as obrigações assumidas em razão do contrato;

13.11 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

13.12 Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantirem a sua habilitação no processo licitatório à regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

13.13 Apresentar, quando solicitado, Balanços econômico-financeiros ao Poder Concedente.

13.14 Cumprir novos percursos ou horários impostos pela necessidade dos usuários e por determinação do Concedente e desde que haja viabilidade técnico-econômica;

13.15 Manter atualizado, junto ao poder concedente os dados da empresa bem como o endereço da mesma e do responsável.

13.16 Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecidos aos prazos e condições fixadas no edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

13.17 Prestar os serviços delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposição estabelecidas na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, bem como na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, nos regulamentos, neste Edital e seus Anexos e demais normas regulamentares aplicáveis.

13.18 Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes.

13.19 Garantir a segurança e a integridade física dos usuários.

13.20 A concessionária deverá cumprir as determinações do poder concedente para atendimento de operações especiais.

13.21 Define-se operações especiais o atendimento a eventos pré-programados pela Concedente.

14. DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

14.1 É vedada a subconcessão e transferência da concessão de prestação do serviço objeto deste contrato, vindo o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

14.2 Extingue-se a concessão por:

I- Advento do termo contratual;

II- Encampação;

III- Caducidade;

IV- Rescisão e anulação

V- Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

14.3 Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

14.4 A assunção do serviço autorizada a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

14.5 A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

14.6 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Decreto autorizado específico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

14.7 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

14.8 A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I. o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos da qualidade do serviço;

II. a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III. a concessionaria paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV. a concessionaria não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V. a concessionaria perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

VI. a concessionaria não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

14.9 A concessionaru for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuição sociais.

14.10 Para a condução do Processo Administrativo será nomeada por Portaria do Executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do Poder Concedente.

14.11 O processo administrativo, deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da Comissão, e concluí do dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado nos autos do respectivo processo.

14.12 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionaria, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

14.13 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, causados pela concessionária.

14.14 Declarada a caducidade, não resultará para a poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionaria.

14.15 O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

14.16 Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionaria não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento.

15. DA INTERVENÇÃO

15.1 Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentar e legal pertinente, o poder público poderá intervir na operação do serviço.

15.2 Será considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito neste edital e respectivo contrato:

I. reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes ao itinerários ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II. não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovantes inadequadas para o serviço;

III. o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV. a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditorias, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V. redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

15.3 Do ato da intervenção deverá constar:

I. os motivos da intervenção e sua necessidade;

II. o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III. as instruções e regras que orientarão a intervenção;

15.4 Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção;

15.5 No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação;

15.6 A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites;

15.7 A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

87
3rdov

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

15.8 Se verificada a impossibilidade do estabelecimento do serviço em nível adequado, encerra-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão.

15.9 Incube ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

15.10 Sem prejuízos da responsabilidade prevista neste instrumento, o operador poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos.

15.11 Os contratos celebrados entre o operador e os terceiros a que se refere parágrafo anterior reger-se pelas normas do direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Público.

15.12 A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

15.13 No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

15.14 Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

16. DO PRAZO DE CONCESSÃO

16.1 O prazo da concessão será de 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável pelo mesmo período, desde que a concessionária tenha dito uma avaliação satisfatória dos serviços prestados a serem acompanhados anualmente e de acordo com a vontade do Poder Concedente.

17. DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

17.1 A concessionaria será remunerada pela diferença entre a receita arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal e a despesa devidamente efetivada através da quilometragem percorrida no mês, sendo necessária a apresentação de relatório detalhado da arrecadação através da bilhetagem eletrônica e quilometragem percorrida através de GPS, ambos com espelhamento em tempo real para a Prefeitura.

17.2 Imediatamente após o encerramento mensal, a Contratada deverá realizar o faturamento da diferença apurada, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório mensal, acompanhado da Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa Federal e Municipal, contendo o número do Contrato, Licitação, Empenho e Solicitação de Fornecimento. Além da Fotocópia da folha de pagamento quitada e/ou recibo comprovando o pagamento individual, quitado, como também, as respectivas

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

Guias de Recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFEP), do mês em referência, devidamente quitados, do pessoal envolvido na execução dos serviços, objeto do presente contrato. Juntamente com as Guias do Recolhimento supracitadas, deverão ser apresentadas a Relação de Empregados (RE) e a Comprovação de Transmissão de Dados do GFIP.

17.3 Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento, para as necessárias correções, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

17.4 No mês em que a receita arrecadada através de cobrança da tarifa seja superior a despesa através da quilometragem percorrida, será gerado crédito para os meses subsequentes.

17.5 Durante a execução do contrato, o saldo poderá ser utilizado para novos investimentos ou implantação de novas tecnologias, mediante prévia solicitação ou aprovação por parte do Executivo Municipal.

17.6 Caso haja saldo positivo ao término do contrato, o valor será revertido aos cofres do Município.

18. VALOR CONTRATUAL

18.1 O valor contratual estimado é de R$_____ equivalente ao somatório do valor presente da remuneração anual estimada do contrato de concessão, durante o período contratual.

18.2 Deverá ser fornecido, sem custo ao usuário, cartão-transporte, o qual deverá ser utilizado para compra de créditos e a utilização do transporte.

18.3 Deverão ser disponibilizados aos usuários as seguintes formas de compra de crédito:

- Sede física da empresa;
- Site ou aplicativo para compra de créditos on line;
- Pelo menos 10 (dez) postos credenciados de recarga no perímetro urbano, os quais deverão ser preferencialmente distribuídos durante o trajeto, sendo pelo menos 2 (dois) postos na localidade da Vila Boen Jesus ou proximidades; 2 (dois) postos na Vila Palmeirinha ou proximidades e 5 (cinco) postos no centro da cidade.
- Pelo menos 5 (cinco) postos credenciados de recarga no perímetro rural, sendo ao menos 1 (um) em cada localidade das linhas 01 a 05 citadas no Anexo II – Planilha de Custos do Transporte Rural.

18.4 Também poderá ser disponibilizado ao usuário do transporte coletivo o pagamento através de cartão de debito, crédito, relógios inteligentes e smartphones, diretamente no sistema de bilhetagem eletrônica.

18.5 Devido ao sistema de faturamento, não será permitida a utilização do transporte por meio de pagamento com dinheiro em espécie.

18.6 Pessoas isentas de tarifa deverão, obrigatoriamente, ser cadastradas pela empresa e recadastradas anualmente, mediante sistema de biometria facial, o qual será conferido

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

na bilhetagem eletrônica e, em caso de suspeita de fraude, deverão ter o seu cartão-transporte imediatamente bloqueado.

18.7 Todos os veículos deverão disponibilizar sistema de gravação com data e hora, com armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, o qual ficará a disposição da fiscalização quando solicitadas.

19. DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

19.1 O contrato de concessão poderá vir a ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da concessionária. Desde que decorridos 12 (doze) meses da data inicial da contratação, os itens relativos a insumos serão reajustados de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do índice INPC, bem como, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro. Com exceção aos combustíveis, sendo que os valores praticados deverão acompanhar o preço médio ao consumidor final apresentado pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) mensal, no município de São Mateus do Sul, sendo o município mais próximo, utilizado oficialmente pela Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o produto determinado, aplicado o percentual de desconto estabelecido, considerando apenas duas casas decimais, mediante emissão de aditivo contratual, sendo obrigatório superar um percentual mínimo de 10% (dez por cento), de variação seja para maior ou menor.

19.2 Constituem o equilíbrio econômico financeiro-inicial do contrato, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, as condições objeto da proposta da licitante.

19.3 Respeitando o disposto nos § 3º e 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão fatos ou causa que sejam:

a) Imprevisíveis;

b) Estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionaria;

c) Inevitáveis; e

d) Causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.4 No caso de iniciativa da concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio, acompanhado de planilha de custos detalhada.

19.5 Previamente à análise de mérito, a Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentando-a em até 15 dias da data de seu protocolo.

19.6 Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder concedente manifestar-se à quanto ao mérito no prazo de até 30 dias (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

19.7 Será permitida a repactuação do Contrato em razão de alteração salarial da categoria, comprovada através de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente. Para a repactuação deverá ser observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses. Na primeira a contar da data do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação de benefícios não previstos originalmente. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O não atendimento das exigências deste edital, projeto básico e contrato no decorrer da concessão acarretarão as penalidades previstas em contrato, edital e projeto, além daquelas decorrentes das Leis 8666/93 e demais normas que tratem do assunto.

20.2 Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionária e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, na Lei 8666/93 com suas alterações e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

20.3 Pela inobservância parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas no contrato, o Poder Público contratante poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar ao contratado, além daquelas sanções e consequências previstas em lei, as seguintes:

I. Advertência: referem-se a falhas primárias que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários.

II. Multas: sanções pecuniárias definidas conforme sua gravidade, que se classificam em:

20.3.2.1 *Multa por infração de natureza Leve*: valor de 100 (cem) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência a determinações do Poder Público ou por descumprimento dos parâmetros operacionais estabelecidos, que não afetem a segurança dos usuários, e ainda por reincidência na penalidade "advertência";

20.3.2.2 *Multa por infração de natureza Média*: valor de 200 (duzentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência às determinações do Poder Público que possam colocar em risco a segurança dos usuários; por descumprimento de obrigações contratuais e regimentais; por deficiência na prestação dos serviços, como a supressão de horários; por operação deliberada causando transtornos ao trânsito do Município; e ainda por reincidência na penalidade prevista no subitem "17.3.2.1.";

20.3.2.3 *Multa por infração de natureza Grave*: valor de 300 (trezentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços; por cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por redução da frota vinculada ao serviço ou redução de linhas sem autorização do Poder Público;

III. Em caso de dano sem devida cobertura de seguro de responsabilidade civil, o contratado sujeitar-se-á a multa específica no valor equivalente ao total apurado do dano;

IV. Situação que incorra na paralisação injustificada dos serviços de transporte público coletivo sujeitará ao contratado multa específica no valor de 250 (duzentas e cinquenta) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por dia de paralisação;

20.4 Em todos os casos, será garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado, na forma da lei.

20.5 A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade regulamentar, administrativa, civil ou criminal.

20.6 A autuação não desobriga o contratado de corrigir a falta que lhe deu origem.

20.7 As punições às infrações mencionadas no presente instrumento serão precedidas de notificação do Poder Público, via intimação pessoal, pelo correio e/ou e-mail de finalidade estritamente institucional, ao contratado, o qual terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa.

20.8 Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pelas fiscalizações em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

20.9 Constatada a infração, será emitido o relatório de irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviado para a concessionária notificação de irregularidade.

20.10 A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionaria providenciar o devido prazo.

20.11 A Secretaria de Administração comunicará a concessionaria, com antecedência mínima de 24 horas, a data em que a garagem será visitada pela fiscalização para a conferencia do cumprimento da notificação de irregularidade.

20.12 Na data de que trata o item anterior, caso o reparo não tenha sido providenciado ou o veículo não se encontre disponível na garagem, a Secretaria Municipal de Administração, através do fiscal de transportes, emitirá um Auto de infração e nova notificação de irregularidade, com novo prazo para cumprimento.

20.13 A assinatura da notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

20.14 A Secretaria Municipal de Administração terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do relatório de irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

20.15 O auto de infração e a advertência escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Administração

VIII. Nome da concessionária;

IX. Dispositivo infringindo;

X. Penalidade referente à infração cometida;

XI. Data da autuação e hora;

XII. Local da autuação;

XIII. Identificação do agente fiscal;

XIV. Identificação do veículo, caso necessário;

20.16 O auto de infração e a advertência escrita poderão ser anulados somente quando ocorrer erro em sua lavratura, com obrigatória comunicação e justificativa perante a Secretaria Municipal de Administração, que será analisada pela Secretaria.

20.17 Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

20.18 Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses os valores serão aplicados em dobro.

20.19 O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calculada diariamente sobre o valor devido.

20.20 O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

20.21 A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

20.22 A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do recurso.

21. DOS PRAZOS – TERMO INICIAL

21.1 O contratado deverá iniciar a prestação do serviço no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato.

22. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

22.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por comissão a ser criada, com representantes do Poder Público Municipal, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo conceda ciência à Administração.

22.2 O(s) fiscal(is) do contrato anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

São Mateus do Sul, 03 de março de 2023.

Termo de Referência elaborado por:
Comissão Especial para Reavaliação do Projeto para Operação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Município de São Mateus do Sul/PR.

Andrey Chaves Wiectavski	Rosemar Ribeiro de Souza	Higo José da Rocha
Integrante	**Integrante**	**Integrante**
Elis Cassiane Bueno Kotnich	Sidnei Neck	João Dimas M. Pereira
Integrante	**Integrante**	**Integrante**
Marcelo Moraes do Amaral		
Integrante	**Integrante**	**Integrante**

Termo de Referência aprovado por:

Ricardo Serpe de Lima
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO III
PLANILHAS DE CUSTOS
(arquivo disponibilizado em formato excel)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO IV
HORÁRIOS LINHAS
(arquivo disponibilizado em formato excel)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO V

ITINERÁRIO/ LINHAS
(arquivo disponibilizado em formato excel)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO VI

REFERÊNCIA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Salário e benefícios Motoristas – Convenção Coletiva de Trabalho FETROPAR 2022/2024 (anexa ao Processo)
Valor do Diesel R$ 6,21 o litro – 22/12/2022
Valor do ARLA 32 R$ 4,80 o litro -22/12/2022
Rodagem:

215/75 R17,6	800,00
275/80 R22,6	2.180,00
295/80 R22,6	2.180,00
215/75 R17,6 (recape)	515,00
275/80 R22,6 (recape)	515,00
295/80 R22,6 (recape)	515,00

Km programada Área Urbana 9.300 km/mês
Km programada Área Rural 1.285 km/mês

404

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a)Sr.(a) ..... Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é ..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na formada Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como, em caso de eventual contratação, **concordo que o contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço: **E-mail:**....., **Telefone:** .....

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor(a) ....., inscrito(a) no CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **contrato**, referente à Concorrência n.º **014/2023** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

....., ... de 2023.

Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

90
405

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO VIII

CONVENÇÃO COLETIVA

(arquivo disponibilizado em formato PDF)

406

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO IX

LEI N.º 1792/2008
(arquivo disponibilizado em formato PDF)

407

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO X

LEI N.º 3142/202022

(arquivo disponibilizado em formato PDF)

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 014/2023
ANEXO XI

CONTRATO DE CONCESSÃO

MINUTA

CONTRATANTE: **Município de São Mateus do Sul**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada à Rua Barão do Rio Branco, n.º 431, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.021.450/0001-22, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sra. Fernanda Garcia Sardanha**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 14.819.062-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 025.608.509-90, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Manoel Furtado Neves, n.º 1368, CEP 83.900-000.

CONTRATADA: (Identificar)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contrato de Concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e de acordo com as exigências constantes no **Edital de Concorrência nº 014/2023**, homologado em __/__/__.

Parágrafo Primeiro: O sistema inicialmente terá quilometragem percorrida de 9.300 km/mês para a área urbana e 1.285 km/mês para a área rural.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da **CONTRATADA**: atos convocatórios, edital de licitação, termo de referência, escalas, bem como, proposta, documentação de habilitação, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto da concessão compreende a execução do serviço de transporte coletivo de passageiros, por veículos tipo ônibus padron, ônibus básico (convencional), nos termos da norma técnica ABNT-NBR 15570:2009, de acordo com os melhores procedimentos técnicos; execução de serviço de transporte de usuários com deficiência severa de locomoção, mediante a utilização de veículos adaptados, conduzidos por motoristas especialmente treinados e mediante atendimento especial; cobrança dos usuários pelo serviço praticando as tarifas oficiais, por meio da recepção e verificação dos meios de pagamento legalmente válidos, por meio de bilhetagem eletrônica, conforme determinado pela Prefeitura Municipal; pela implantação de equipamentos embarcados de leitura de meios físicos, onde estejam registrados créditos de viagens; manutenção, reinação, guarda e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus

integrantes da frota que compõe a presente concessão, pela implantação do sistema (equipamentos e software) envolvendo equipamentos embarcados e não embarcados necessários ao controle e à apuração dos dados operacionais; divulgação de informações sobre o funcionamento do serviço e de orientação aos usuários; execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte coletivo; execução e manutenção de programas de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à prestação do serviço de forma competente e adequada com vistas ao conforto e segurança dos usuários, sempre com observância aos princípios fundamentais da universalidade no atendimento, eficiência, modicidade tarifária e garantia à acessibilidade. Os serviços deverão ser prestados atendendo à legislação vigente no tocante às normas e procedimentos técnicos, em especial com relação à segurança. São metas da concessão a prestação de um serviço eficiente, com atualidade tecnológica, ambientalmente adequado, que propicie amplo acesso à população usuária. Dessa forma, a concessionária deverá proceder, quando pertinente, à atualização tecnológica da frota pela introdução na operação de veículos com maior nível de segurança e eficiência, seja para os usuários ou para o trânsito em geral, com menos emissão de poluentes, com mais conforto para os passageiros, sobretudo para as pessoas com deficiência, etc. Também deverá promover o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, comprovado pela apresentação de certificados pertinentes. Para início da operação, a concessionária deverá atender todas as especificações, metas e finalidades previstas neste Edital e nos seus anexos. Durante a vigência do Contrato de Concessão, todas as inovações tecnológicas e operacionais que venham a ser determinadas pela Secretaria Municipal de Administração deverão ser implantadas pela Concessionária, visando manter a atualidade, a qualidade e a eficiência dos serviços. A operação do serviço de transporte coletivo objeto da concessão compreende a execução das rotas, conforme especificado no Edital e seus anexos, com o emprego da frota especificada. Serão de responsabilidade da Concessionária, e integram o objeto da concessão para todos os fins, a operação de novas linhas, atendimentos, itinerários e serviços que forem criados pela Secretaria Municipal de Administração no território do Município de São Mateus do Sul, durante a vigência do Contrato de Concessão, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica de uso e ocupação do solo, resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A Concessionária poderá como forma de ampliar o uso do transporte coletivo atender necessidades sazonais da demanda, implantar serviços de transporte coletivo de natureza especial ou complementar, regulares ou temporários, eventualmente com tarifas diferenciadas, mediante autorização e regulação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Primeiro: O Município de São Mateus do Sul determinará o preço público a ser cobrado dos usuários mediante Decreto Municipal, podendo, em períodos predefinidos e antecipadamente comunicado à Concessionária, a adoção de tarifa promocional em dias, horários ou trajetos.

Parágrafo Segundo: Das isenções:

I - Crianças até 05 (cinco) anos de idade e idosos com mais de 60 (sessenta) anos, os últimos desde que devidamente identificados, e, todos, desde que não ocasionem o giro da catraca;
II – Demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal.
III – Fiscais do sistema de transporte coletivo, devidamente identificados e credenciados, que não serão considerados como passageiros equivalentes;

IV – Nos demais casos conforme o que está disposto e previsto na Legislação Federal, Estadual e Municipal específica;
V – Pessoas portadoras de necessidades especiais, com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, bem como um acompanhante, caso necessário à condução do deficiente, devidamente credenciadas pelos órgãos de saúde e de assistência social do Município, na forma regulamento;
VI – Aposentados por invalidez com renda mensal igual ou inferior à 1,5 (um e meio) salários mínimos, devidamente credenciados pelo órgão gestor do sistema de transporte do Município;
VII – Aos domingos o transporte urbano de passageiros deverá ser gratuito, ou com taxa especial, não superior a 50% (cinquenta por cento) da tarifa normal

CLÁUSULA QUARTA - DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS

Lote Único:

ÁREA URBANA		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS URBANO**	**TOTAL**
Frota Efetiva	02	02
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**03**	**03**
ÁREA RURAL		
COMPOSIÇÃO DA FROTA	**ÔNIBUS CONVENCIONAL**	**TOTAL**
Frota Efetiva	01	01
Frota Reserva	01	01
Frota Total	**02**	**02**

- **Linhas Urbanas:** compostas pela linha Vila Bom Jesus-Centro e linha Vila Palmeirinha-Centro, podendo ser operada por ônibus padron ou ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica, com capacidade de passageiros: Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[3].
- Linhas Rurais, composta por cinco linhas, Fluviópolis-Centro, Postilhão-Centro, Faxinal dos Ilhéus-Centro e Faxinal dos Elias-Centro, podendo ser operada por ônibus padron, ônibus básico (convencional), todos equipados com sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês Global Positioning System), além de equipamento de bilhetagem eletrônica com

[3] ABNT-NBR 15570:2009.

capacidade de passageiros Padron (80 passageiros sentados e em pé), Básico (70 passageiros sentados e em pé)[4].

Parágrafo Primeiro: Todos os veículos deverão ser equipados com sistema de biometria facial e sistema de monitoramento que possibilite a visualizar a entrada de passageiros e o motorista, com gravação contendo a data e hora, com o armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Segundo: A prestação do serviço público do transporte coletivo urbano de passageiros compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, conforme especificado nesse edital, atendendo as necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o itinerário e horário das linhas constantes do e de acordo com a lei e seus normativos, expedidos pelo Poder Concedente, que deverão ser considerados como cláusulas contratuais, observando o disposto sobre o reequilíbrio financeiro do contrato. Além de uma prestação serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Os itinerários poderão ser alterados a qualquer tempo, desde que com autorização do poder concedente e para melhoria da prestação dos serviços;

Parágrafo Primeiro: A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

Parágrafo Segundo: A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Terceiro: Dos veículos:

A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto;

I) A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência;

II) A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

III) A concessionária deverá disponibilizar toda a frota urbana de veículos adaptados para acesso de pessoa portadora de deficiência em até 3 (três) meses, contados da data da emissão da assinatura do contrato;

IV) A frota vincula à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ser idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando

[4] ABNT-NBR 15570:2009.

os veículos da frota alcançarem a idade de 12 (doze) anos a área urbana e de 20 (vinte) anos para área rural. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo;

V) A concessionaria deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência em contrato, em todas as substituições de veículos.

VI) Todos os veículos deverão apresentar laudo de inspeção técnica veicular válido durante toda a vigência do contrato de concessão;

VII) A concessionaria deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Termo de Referência, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículos substitutos equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

VIII) A concessionaria se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

IX) O contratado deverá apresentar cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) regular (anual) de toda a frota;

X) Os veículos deverão estar em nome da empresa ou a mesma deverá apresentar documentação que comprove a compra dos veículos, tal como recibo do bem com firma reconhecida em cartório pelo vendedor; ou admitir-se-á que os veículos estejam arrendados ou locados, desde que estejam exclusiva e plenamente à disposição da prestação do serviço contratado, apresentando, assim, a documentação respectiva, tal como contrato de arrendamento ou locação, cujo prazo abarque a garantia do cumprimento da obrigação pactuada.

XI) Toda a documentação relativa aos veículos da frota são pré-requisitos para a assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto: Quanto ao seguro dos veículos da frota: todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Apólice de Seguros de Responsabilidade Civil, abrangendo danos materiais e pessoais, inclusive aos ocupantes dos veículos e a terceiros, respeitando os seguintes valores mínimos:

SEGURO	VALORES
Danos Materiais a Terceiros	R$ 100.000,00
Danos Corporais ao Condutor, Passageiros e Terceiros	R$ 100.000,00
Morte ou Invalidez do Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 15.000,00
Danos Morais aos Passageiros, Condutor ou Terceiros	R$ 10.000,00
Despesas Médicas com o Condutor, Passageiros e Terceiros (por pessoa)	R$ 5.000,00

OBS.:

i. As apólices de seguro deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas neste termo.

ii) Na hipótese de não ser entregue apólice de seguro do total ou de parte da frota, o contratado sujeitar-se-á diretamente por eventual responsabilização civil decorrente dos eventos que deveriam estar segurados, conforme quadro acima correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo de referência e na legislação aplicávelem vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR TOTAL

O valor total para a execução do objeto deste Contrato é de R$ **(**), daqui por diante denominado "**VALOR CONTRATUAL**", sendo o valor de R$ ( ) por quilômetro rodado, de conformidade com o orçamento apresentado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro: Deverá ser fornecido, sem custo ao usuário, cartão-transporte, o qual deverá ser utilizado para compra de créditos e a utilização do transporte;

Parágrafo Segundo: Deverão ser disponibilizados aos usuários as seguintes formas de compra de crédito:

- Sede física da empresa;
- Site ou aplicativo para compra de créditos on line;
- Pelo menos 10 (dez) postos credenciados de recarga no perímetro urbano, os quais deverão ser preferencialmente distribuídos durante o trajeto, sendo pelo menos 2 (dois) postos na localidade da Vila Bom Jesus ou proximidades; 2 (dois) postos na Vila Palmeirinha ou proximidades e 5 (cinco) postos no centro da cidade.
- Pelo menos 5 (cinco) postos credenciados de recarga no perímetro rural, sendo ao menos 1 (um) em cada localidade das linhas 01 a 05 citadas no Anexo II – Planilha de Custos do Transporte Rural.

Parágrafo Terceiro: Também poderá ser disponibilizado ao usuário do transporte coletivo o pagamento através de cartão de debito, crédito, relógios inteligentes e smartphones, diretamente no sistema de bilhetagem eletrônica;

Parágrafo Quarto: Devido ao sistema de faturamento, não será permitida a utilização do transporte por meio de pagamento com dinheiro em espécie.

Parágrafo Quinto: Pessoas isentas de tarifa deverão, obrigatoriamente, ser cadastradas pela empresa e recadastradas anualmente, mediante sistema de biometria facial, o qual será conferido na bilhetagem eletrônica e, em caso de suspeita de fraude, deverão ter o seu cartão-transporte imediatamente bloqueado.

Parágrafo Sexto: Todos os veículos deverão disponibilizar sistema de gravação com data e hora, com armazenamento dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, o qual ficará a disposição da fiscalização quando solicitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 84 – Fontes 1000 e 3055 – Municipal e Federal-3.3.90.39.99.05.

CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

O contrato de concessão poderá vir a ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, tanto por iniciativa do Poder Público como da concessionária. Desde que decorridos 12 (doze) meses da data inicial da contratação, os itens relativos a insumos serão reajustados de acordo com a variação dos últimos 12 (doze) meses do índice INPC, bem como, poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro. Com exceção aos combustíveis, sendo que os valores praticados deverão acompanhar o preço médio ao consumidor final apresentado pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) mensal, no município de São Mateus do Sul, sendo o município mais próximo, utilizado oficialmente pela Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o produto determinado, aplicado o percentual de desconto estabelecido, considerando apenas duas casas decimais, mediante emissão de aditivo contratual, sendo obrigatório superar em percentual mínimo de 10% (dez por cento), de variação seja para maior ou menor

Parágrafo Primeiro: Constituem o equilíbrio econômico financeiro-inicial do contrato, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, as condições objeto da proposta da licitante.

Parágrafo Segundo: Respeitando o disposto nos § 3º e 4º do artigo 9º da Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, são pré-requisitos essenciais para fundamentar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão fatos ou causa que sejam:

a) Imprevisíveis;
b) Estranhos à vontade do Poder Concedente ou da Concessionaria;
c) Inevitáveis; e
d) Causadores de significativo e irreversível desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Terceiro: No caso de iniciativa da concessionária, o pleito deverá ser protocolado por meio de requerimento fundamentado, arrolando os dados e argumentos qualitativos e quantitativos, justificadores do desequilíbrio, acompanhado de planilha de custos detalhada.

Parágrafo Quarto: Previamente à análise de mérito, a Poder Concedente deverá manifestar-se formalmente quanto à admissibilidade do pleito, fundamentado-a em até 15 dias da data de seu protocolo.

Parágrafo Quinto: Após a manifestação acerca da admissibilidade, o Poder concedente manifestar-se à quanto ao mérito no prazo de até 30 dias (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que justificado.

Parágrafo Sexto: Será permitida a repactuação do Contrato em razão de alteração salarial da categoria, comprovada através de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente. Para a repactuação deverá ser observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses.

Na primeira a contar da data do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipulou o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipação de benefícios não previstos originalmente. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

O prazo de concessão será de 60 (sessenta) meses e de vigência será de 62 (sessenta e dois) meses, após a assinatura do contrato, prorrogável pelo mesmo período, desde que a concessionária tenha tido uma avaliação satisfatória dos serviços prestados a serem acompanhados anualmente e de acordo com a vontade do Poder Concedente, nas hipóteses legais e forma a que alude o Artigo 57 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A proponente vencedora, quando da assinatura do termo de Contrato de Concessão, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução equivalente a 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual. O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, poderá ser efetuada nas seguintes modalidades:

I) Depósito em espécie ou cheque nominativo ao licitador, mediante depósito à C/C n.º 18.391-1, Agência 0655-6, Banco do Brasil S/A. (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul/Conta Caução), cuja efetivação e validade do depósito efetuado, somente se dará, através da emissão pela Tesouraria do licitador, do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, devidamente autenticado, sendo que em caso de depósito através de cheque, a validade da garantia somente se dará com a efetiva compensação;

II) Carta Fiança Bancária, sendo obrigatório que o prazo de validade da mesma seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias, incluindo cláusula de renúncia ao benefício de ordem;

III) Seguro Garantia em apólice nominal ao licitador e emitido por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil, sendo obrigatório que o prazo de validade seja, no mínimo, igual ao prazo de concessão do objeto do Contrato, acrescido de 90 (*noventa*) dias.

Parágrafo Primeiro: Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a **CONTRATADA** ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** perderá a garantia de execução e a garantia adicional, quando for o caso, quando:

III) da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do Contrato de Prestação de Serviços;

IV) do não recebimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro: A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, dar-se-á por ocasião do término do Contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por comissão a ser criada, com representantes do Poder Público Municipal, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo conceda ciência à Administração:

Parágrafo Primeiro: O(s) fiscal(is) do contrato anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE PAGAMENTO

A concessionaria será remunerada através de subsídio pela diferença entre a receita arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Executivo Municipal e a despesa devidamente efetivada através da quilometragem percorrida no mês, sendo necessária a apresentação de relatório detalhado da arrecadação através da bilhetagem eletrônica e quilometragem percorrida através de GPS, ambos com espelhamento em tempo real para a Prefeitura;

Parágrafo Primeiro: Imediatamente após o encerramento mensal, a Contratada deverá realizar o faturamento da diferença apurada, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório mensal, acompanhado da Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa Federal e Municipal, contendo o número do Contrato, Licitação, Empenho e Solicitação de Fornecimento. Além da Fotocópia da folha de pagamento quitada e/ou recibo comprovando o pagamento individual, quitado, como também, as respectivas Guias de Recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFTP), do mês em referência, devidamente quitados, do pessoal envolvido na execução dos serviços, objeto do presente contrato. Juntamente com as Guias de Recolhimento supracitadas, deverão ser apresentadas a Relação de Empregados (RE) e a Comprovação de Transmissão de Dados do GFIP.

Parágrafo Segundo: Caso seja constatada alguma irregularidade ou documentação, será suspenso o pagamento, para as necessárias correções, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

Parágrafo Terceiro: No mês em que a receita arrecadada através de cobrança da tarifa seja superior a despesa através da quilometragem percorrida, será gerado crédito para os meses subsequentes.

Parágrafo Quarto: Durante a execução do contrato, o saldo poderá ser utilizado para novos investimentos ou implantação de novas tecnologias, mediante prévia solicitação ou aprovação por parte do Executivo Municipal.

Parágrafo Quinto: Caso haja saldo positivo ao término do contrato, o valor será revertido aos cofres do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não atendimento das exigências deste edital, projeto básico e contrato no decorrer da concessão acarretarão as penalidades previstas em contrato, edital e projeto, além daquelas decorrentes das Leis 8666/93 e demais normas que tratem do assunto.

Parágrafo Primeiro: Constitui infração a ação ou omissão que importe na inobservância, por parte da concessionaria e seus empregados ou prepostos, de normas estabelecidas no contrato de concessão, na Lei 8666/93 com suas alterações e demais normas e instruções complementares pertinentes ao assunto.

Parágrafo Segundo: Pela inobservância parcial das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas no contrato, o Poder Público contratante poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar ao contratado, além daquelas sanções e consequências previstas em lei, as seguintes:

I) *Advertência*: referem-se a falhas primárias que não afetam o conforto ou a segurança dos usuários.

Parágrafo Terceiro: Multas: sanções pecuniárias definidas conforme sua gravidade, que se classificam em:

I) *Multa por infração de natureza Leve*: valor de 100 (cem) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência a determinações do Poder Público ou por descumprimento dos parâmetros operacionais estabelecidos, que não afetem a segurança dos usuários, e ainda por reincidência na penalidade "advertência";

II) *Multa por infração de natureza Média*: valor de 200 (duzentos) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por desobediência às determinações do Poder Público que possam colocar em risco a segurança dos usuários; por descumprimento de obrigações contratuais e regimentais; por deficiência na prestação dos serviços, como a supressão de horários; por operação deliberada causando transtornos ao trânsito do Município; e ainda por reincidência na penalidade prevista;

III) *Multa por infração de natureza Grave*: valor de 300 (trezentas) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços; por cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por redução da frota vinculada ao serviço ou redução de linhas sem autorização do Poder Público;

Parágrafo Quarto: Em caso de dano sem devida cobertura de seguro de responsabilidade civil, o contratado sujeitar-se-á a multa específica no valor equivalente ao total apurado do dano;

Parágrafo Quinto: Situação que incorra na paralisação injustificada dos serviços de transporte público coletivo sujeitará ao contratado multa específica no valor de 250 (duzentas e cinquenta) vezes o valor da tarifa do transporte coletivo rural, por dia de paralisação;

Parágrafo Sexto: Em todos os casos, será garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado, na forma da lei.

Parágrafo Sétimo: A aplicação das penalidades previstas neste contrato dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade regulamentar, administrativa, civil ou criminal.

Parágrafo Oitavo: A autuação não desobriga o contratado de corrigir a falta que lhe deu origem.

Parágrafo Nono: As punições às infrações mencionadas no presente instrumento serão precedidas de notificação do Poder Público, via intimação pessoal, pelo correio e/ou e-mail de finalidade estritamente institucional, ao contratado, o qual terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa.

Parágrafo Décimo: Dependendo da sua natureza ou tipicidade, as infrações serão constatadas pelas fiscalizações em campo, nos arquivos ou nos documentos comprobatórios dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro: Constatada a infração, será emitido o relatório de irregularidade e, caso haja a possibilidade de realização de reparo, será enviado para a concessionária notificação de irregularidade.

Parágrafo Décimo Segundo: A notificação de irregularidade estabelecerá prazo para a concessionaria providenciar o devido prazo.

Parágrafo Décimo Terceiro: A Secretaria de Administração comunicará a concessionaria, com antecedência mínima de 24 horas, a data em que a garagem será visitada pela fiscalização para a conferencia do comprimento da notificação de irregularidade.

Parágrafo Décimo Quarto: Na data de que trata o item anterior, caso o reparo não tenha sido providenciado ou o veículo não se encontre disponível na garagem, a Secretaria Municipal de Administração, através do fiscal de transportes, emitirá um Auto de infração e nova notificação de irregularidade, com novo prazo para cumprimento.

Parágrafo Décimo Quinto: A assinatura da notificação não significa reconhecimento da infração, assim como a sua ausência não invalida o ato fiscal.

Parágrafo Décimo Sexto: A Secretaria Municipal de Administração terá um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da emissão do relatório de irregularidade, para advertir, notificar, ou autuar o infrator, sob pena de arquivamento do mesmo.

Parágrafo Décimo Sétimo: O auto de infração e a advertência escrita deverão conter obrigatoriamente, os seguintes dados, além de outros determinados pela Secretaria Municipal de Administração:

I) Nome da concessionária;
II) Dispositivo infringindo;
III) Penalidade referente à infração cometida;
IV) Data da autuação e hora;
V) Local da autuação;
VI) Identificação do agente fiscal;
VII) Identificação do veículo, caso necessário;

Parágrafo Décimo Oitavo: O auto de infração e a advertência escrita poderão ser anulados somente quando ocorrer erro em sua lavratura, com obrigatória comunicação e justificativa perante a Secretaria Municipal de Administração, que será analisada pela Secretaria.

Parágrafo Décimo Nono: Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitante, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

Parágrafo Vigésimo: Em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses os valores serão aplicados em dobro.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: O prazo máximo para pagamento das multas é de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação de penalidade de multa. Decorrido este prazo será aplicada a pena pecuniária de 0,5% (meio por cento), calculada diariamente sobre o valor devido.

Parágrafo Vigésimo Segundo: O não pagamento até 30 dias poderá implicar medidas judiciais por parte do Município.

Parágrafo Vigésimo Terceiro: A penalidade de retirada do veículo de circulação não isentará a aplicação da multa cabível.

Parágrafo Vigésimo Quarto: A retirada do veículo de circulação, será efetuada em qualquer local do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA APLICAÇÃO DE MULTA

Quando da aplicação de multa, o **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia a Secretaria Municipal de Administração. Mantida a aplicação da multa pela Secretaria Municipal de Administração, caberá no mesmo prazo, recurso à autoridade superior. Sendo improcedente o recurso apresentado, a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recolher à Tesouraria do **CONTRATANTE** o valor correspondente à multa, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis, podendo o **CONTRATANTE** inclusive, reter pagamento de fatura, até o efetivo pagamento da multa, como garantia do recebimento desta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

I) Constitui obrigação dos operadores o serviço delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários;
II) Prestar todas as informações solicitadas pelo Poder Público;
III) Efetuar e manter atualizada sua escrituração contábil e de qualquer natureza, elaborando demonstrativos mensais, semestrais e anuais, de acordo com o plano de contas, modelos e padrões determinados pelo Poder Público, de modo a possibilitar a fiscalização pública;
IV) Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive as atinentes à cobrança de tarifa.

V) Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros contratados pelo operador e o Poder Público;

VI) Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes;

VII) Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do meio ambiente.

VIII) Adequar a frota as necessidades do serviço, obedecidas as normas fixadas pelo Poder Executivo;

IX) Garantir a segurança e a integridade física dos usuários;

X) Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica compatível com as obrigações assumidas em razão do contrato;

XI) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros;

XII) Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação no processo licitatório à regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

XIII) Apresentar, quando solicitado, Balanços econômico-financeiros ao Poder Concedente.

XIV) Cumprir novos percursos ou horários impostos pela necessidade dos usuários e por determinação do Concedente e desde que haja viabilidade técnico-econômica;

XV) Manter atualizado, junto ao poder concedente os dados da empresa bem como o endereço da mesma e do responsável.

XVI) Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecidos aos prazos e condições fixadas no edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

XVII) Prestar os serviços delegado, de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposição estabelecidas na Lei Federal nº 8.987/95 e alterações, bem como na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, nos regulamentos, neste Edital e seus Anexos e demais normas regulamentares aplicáveis.

XVIII) Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto nas normas regulamentares ou gerais pertinentes.

XIX) Garantir a segurança e a integridade física dos usuários.

XX) A concessionária deverá cumprir as determinações do poder concedente para atendimento de operações especiais.

XXI) Define-se operações especiais o atendimento a eventos pré-programados pela Concedente.

XXII) Aos bens reversíveis, entende-se pontos de ônibus dispostos em vários locais da cidade;

XXIII) Aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária ao poder concedente, informamos que a única hipótese de indenização será no caso de encampação, ocasião em que a concedente indenizará os veículos encampados com base na Tabela Fipe, de acordo com o ano e modelo, considerando eventual depreciação quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

I) Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a determinação dos reajustes tarifários, através de Decreto, nos termos da Lei Orgânica do Município;

II) Compete ao chefe do Poder Executivo, juntamente com a Secretaria de Administração, dentro da competência de cada agente, ou a quem ela ou lei específica o delegar observadas as disposições da legislação vigente:

III) Outorgar os serviços de transporte públicos sob regime de concessão e permissão e autorizar a prestação do serviço de transporte privado;

IV) Autorizar o reajuste tarifário;

V) Regulamentar os reajustes tarifários;

VI) Editar normas operacionais, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pela Comissão de Transporte, a pedido das Secretaria de Administração;

VII) Coibir a prática de serviços de transporte de passageiros não concedidos ou permitidos;

VIII) Garantir a observância dos direitos dos usuários e demais agentes afetados pelos serviços de transporte sob seu controle, reprimido eventuais infrações;

IX) Aplicar penalidades legais, regulamentares e contratuais às concessionárias e permissionárias;

X) Intervir na prestação dos serviços de transporte coletivo concedidos ou permitidos;

XI) Acompanhar a execução dos contratos e analisar seu equilíbrio econômico-financeiro, adotando as medidas que se fizerem necessárias.

XII) Aprovar a revisão do valor da remuneração, mantendo o equilíbrio econômico financeiro dos contratos, quando for o caso;

XIII) Acompanhar o desenvolvimento tecnológico e organizacional dos serviços públicos de transporte e de outras atividades que os afetem, opinando quanto à viabilidade e às prioridades técnicas, econômicas e financeiras dos projetos pertinentes ou afetos ao sistema de transporte coletivo de passageiros;

XIV) Definir parâmetros e padrões técnicos para a prestação de serviços adequado, considerando as especificidades de cada modalidade e de cada contrato ou instrumento de outorga;

XV) Promover pesquisas, levantar dados e elaborar estudos para subsidiar suas decisões e as do Poder Público;

XVI) Subsidiar o Poder Executivo Municipal na definição da política tarifaria, realizando os estudos técnicos, econômicos e financeiros necessários;

XVII) Elaborar editais e minutas de contrato, conduzir e homologar os processos licitatórios;

XVIII) Disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços outorgados;

XIX) A fiscalização das receitas e pagamentos dos tributos devidos pela concessionaria, advindos do transporte coletivo público de passageiros ao Poder Concedente, será realizado pela Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o **CONTRATANTE** de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA

Eventual exploração publicitária veículos vinculados ao transporte público municipal, a partir da vigência do contrato, deverá ser precedida de autorização do Poder Executivo, mediante submissão de projeto publicitário, indicando o alcance e os objetivos da publicidade pretendida.

Parágrafo Único: Deverá ser reservada a cota de ao menos 1 (um) veículo, a escolha da Administração, para a divulgação de campanhas e ações institucionais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

I) A concessionaria deverá apresentar todos os registros obrigatórios, nos órgãos competentes, para a prestação do serviço de transporte público, além da documentação exigida pelo Município para cadastramento.

II) A concessionaria deverá cumprir as determinações do Poder Concedente para atendimento de Operações Especiais.

III) Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais definidos pelo Município.

IV) A Concessão de serviço público de transporte coletivo mediante licitação, através da modalidade de concorrência. A referida concessão se dará pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo prorrogável por igual período, desde que atendidas todas as condições contratuais.

V) Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do serviço deverão ser registrados na Secretaria de Administração e ter seus registros atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares, estando sujeitos à vistoria prévia e periódica;

VI) A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, não sendo admitido, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

VII) A concessionária deverá retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros.

VIII) Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, a concessionaria, depois, de reparadas as avarias e antes de colocar os veículos novamente em operação, deverá submetê-los à vistoria especial, como condições imprescindíveis para o seu retorno à operação.

IX) Em caso de acidente que não apresente risco para a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros, o veículo, para atender à demanda, poderá operar, desde que a concessionaria efetue o reparo no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do fato.

X) A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestadora do serviço é de exclusiva responsabilidade da concessionaria e deverá ser efetuada obedecendo às instruções e recomendações dos fabricantes e às normas estabelecidas pela Secretaria de Administração.

XI) A garagem deverá apresentar instalações suficiente e de acordo com as normas de preservação do meio ambiente e estar provida de todos os equipamentos que forem necessários à operacionalização dos serviços, podendo, a critério do Poder Concedente, estipular um prazo para sua regularização, e ser registrada em nome da empresa concorrente.

XII As boas condições dos veículos da empresa vencedora deverão ser comprovadas anualmente, junto à concedente, através de Laudo de Vistoria fornecido pelo DETRAN-PR ou vistoria feita por oficina mecânica, na forma da Lei, Resoluções da ANTT e NBRs das ABNT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUBCONCESSÃO, TRANSFERÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

É vedada a subconcessão e transferência da concessão de prestação do serviço objeto deste contrato, visto o não atendimento a este artigo ser causa de extinção da concessão com consequente rescisão do contrato por ato unilateral do poder concedente.

Parágrafo Primeiro: Extingue-se a concessão por:

I) Advento do termo contratual;

II) Encampação;

III) Caducidade;

IV) Rescisão e anulação

V) Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Parágrafo Segundo: Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato;

Parágrafo Terceiro: A assunção do serviço autorizada a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis;

Parágrafo Quarto: A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Parágrafo Quinto: Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante Decreto autorizado específico e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Parágrafo Sexto: A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as normas convencionadas entre as partes.

Parágrafo Sétimo: A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos da qualidade do serviço;

II) a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III) a concessionaria paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV) a concessionaria não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V) a concessionaria perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

VI) a concessionaria não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

Parágrafo Oitavo: A concessionaria for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuição sociais.

Parágrafo Nono: Para a condução do Processo Administrativo será nomeada por Portaria do Executivo, uma comissão de três membros, sendo estes, servidores do Poder Concedente.

Parágrafo Décimo: O processo administrativo, deverá ser iniciado em até 03 (três) dias úteis, contados da data de nomeação da Comissão, e concluí do dentro de 60 (sessenta) dias, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a juízo da Secretaria Municipal de Administração, fundamentado nos autos do respectivo processo.

Parágrafo Décimo Primeiro: Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionaria, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo: Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, causados pela concessionaria.

Parágrafo Décimo Terceiro: Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionaria.

Parágrafo Décimo Quarto: O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais e pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo Décimo Quinto: Na hipótese prevista no item anterior, os serviços prestados pela concessionaria não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INTERVENÇÃO

Parágrafo Primeiro: Para assegurar a adequada prestação do serviço ou para sanar deficiência grave na respectiva prestação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentar e legal pertinente, o poder público poderá intervir na operação do serviço;

Parágrafo Segundo: Será considerado como deficiência grave na prestação do serviço para efeito neste edital e respectivo contrato;

I) reiterada inobservância dos dispositivos contidos no regulamento do serviço, tais como os concernentes ao itinerários ou horário determinados, salvo por motivo de força maior;

II) não atendimento de intimação expedida pelo poder público no sentido de retirar de circulação veículo julgado em condições comprovantes inadequadas para o serviço;

III) o descumprimento, por culpa de empresa contratada, devidamente comprovada em processo administrativo, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços executados;

IV) a ocorrência de irregularidades dolosas contábeis, fiscais e administrativas, apuradas mediante auditorias, que possam interferir na consecução dos serviços executados;

V) redução superior a 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Terceiro: Do ato da intervenção deverá constar:

I) os motivos da intervenção e sua necessidade;

II) o prazo de intervenção será de, no máximo, 6 (seis) meses, podendo ser, excepcionalmente, prorrogado por 60 (sessenta) dias;

III) as instruções e regras que orientarão a intervenção;

Parágrafo Quarto: Declarada à intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após encerramento da intervenção;

Parágrafo Quinto: No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação;

Parágrafo Sexto: A formalização da intervenção será feita por meio de decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, seus objetivos e limites;

Parágrafo Sétimo: A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo: Se verificada a impossibilidade do estabelecimento do serviço em nível adequado, encerra-se à intervenção e decreta-se-á a caducidade da concessão.

Parágrafo Nono: Incube ao operador a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa devidamente comprovados em processo administrativo, ao poder público, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue esta responsabilidade.

Parágrafo Décimo: Sem prejuízos da responsabilidade prevista neste instrumento, o operador poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos.

Parágrafo Décimo Primeiro: Os contratos celebrados entre o operador e os terceiros a que se refere parágrafo anterior reger-se pelas normas do direito privado, não estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Público.

Parágrafo Décimo Segundo: A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas estabelecidas em decreto.

Parágrafo Décimo Terceiro: No período de intervenção, a Municipalidade assumirá, total ou parcialmente, o serviço, passando a controlar os meios materiais e humanos que a operadora utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas, e todos os demais meios empregados, necessários à operação.

Parágrafo Décimo Quarto: Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I) Quando a **CONTRATADA** falir, entrar em recuperação judicial ou for dissolvida, ou por superveniente incapacidade técnica;

II) Quando exceder o deixar de realizar os serviços determinados pela fiscalização, por mais de 20 (vinte) dias sem justificativa aceita;

III) Quando a **CONTRATADA** ceder o Contrato no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do **CONTRATANTE**;

IV) Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da **CONTRATADA** e desobediência da determinação da fiscalização;

V) Demais hipóteses mencionadas nos Artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

VI) No caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato;

VII) Quando não recolher o valor da multa, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta.

Parágrafo Primeiro: A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos incisos acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis, podendo, inclusive, serem retidos os valores que porventura tenham a **CONTRATADA** a receber.

Parágrafo Segundo: Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir da data de sua declaração, a **CONTRATADA** se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

Parágrafo Terceiro: Decorrido período igual ou superior a 1/3 (*um terço*) do prazo de contratação sem manifestação quanto à execução dos serviços, estará caracterizada a recusa, dando causa a Rescisão do Contrato e à aplicação de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a **CONTRATADA** ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA** que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

São Mateus do Sul, ** de ** de 2023.

Fernanda Garcia Sardanha **Prefeita Municipal** **CONTRATANTE**	**(Identificar)** **CONTRATADA**
TESTEMUNHA	**TESTEMUNHA**

CARTA CREDENCIAL

(Local), ____de _____ de 2023.

À Comissão de Licitação
Referente: Edital de Concorrência nº 014/2023

Prezados Senhores:

O abaixo assinado, ***(inserir o nome completo)***, Carteira de Identidade ***(inserir o número e órgão emissor)***, na qualidade de responsável legal pelo proponente (***inserir o nome do proponente***), vem, pela presente, informar a V. Sas., que o senhor (***inserir o nome completo***), Carteira de Identidade (***inserir o número e órgão emissor***), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e proposta de preços, para assinar as atas e demais documentos, bem como, poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente

(nome, RG n.º e assinatura do responsável legal)

97

A
Ex.ma. Sra. Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

Solicita-se autorização de V. Ex.ª para deflagração do **Processo Administrativo n.º 832/2026**, que visa o acréscimo ao **Contrato n.º 333/2023**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

São Mateus do Sul, 26 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

Nataly Cardoso da Silva
Diretora do Departamento de Gestão de Contratos
Portaria n.º 371/2025

98

À
Nataly Cardoso da Silva
Diretora do Departamento de Gestão de Contratos

Autorizo a deflagração do **Processo Administrativo n.° 832/2026**, que visa o acréscimo ao **Contrato n.° 333/2023**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

São Mateus do Sul, 26 de janeiro de 2026.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal

99

Valor inicial atualizado					
Descrição	Quilometragem mensal	Quantidade de meses	Quilometragem total	Valor unitário	Valor total
Área urbana	9300	60	558000	R$ 7,46	R$ 4.162.680,00
Área rural	1285	60	77100	R$ 9,62	R$ 741.702,00
Valor total					**R$ 4.904.382,00**

Valor a ser acrescido					
Descrição	Quilometragem mensal	Quantidade de meses	Quilometragem total	Valor unitário	Valor total
Área rural	2915	30	87450	R$ 9,62	R$ 841.269,00
Valor total					**R$ 841.269,00**

Percentual de acréscimo sobre o valor inicial atualizado do contrato	**17,15%**

São Mateus do Sul, 27 de Janeiro de 2026

Reger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

100

À
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Referente ao **Processo Administrativo n.º 832/2026. Contrato n.º 333/2023**, solicita-se informações da existência de previsão de recursos orçamentários no valor de **RS 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais)** para fazer face à despesa, bem como, garantir o pagamento decorrente do acréscimo contratual.

São Mateus do Sul, 28 de janeiro de 2026.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022

Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul
Estado do Paraná

CNPJ: 76.021.450/0001-22

CERTIDÃO DE SALDOS ORÇAMENTÁRIOS

Certificamos a existência dos saldos orçamentários e que a despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual de 2026 - Lei nº 3.366/2025, bem como compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - Lei nº 3.364/2025 e com o Plano Plurianual 2026-2029- Lei nº 3.365/2025, conforme abaixo especificado:

Processo n° 832.2026 - Acréscimo ao Contrato n° 333.2023 (Concessão Transporte Público).

RED.	PROGRAMÁTICA	FONTE	DOTAÇÃO
92	07001041221111201233903900000	00000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

Reserva 7504

São Mateus do Sul, 29 de Janeiro de 2026.

ANDREY CHAVES WACTAVSKI
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

102

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/01/2026 10:18:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALBERTO PANEK LTDA**
CNPJ: **13.382.813/0001-35**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

103

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ALBERTO PANEK**

CPF/CNPJ: **037.537.989-40**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:19:25 do dia 30/01/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5

Código de controle da certidão: YRXX300126101925

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

104

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ — Número documento: 13382813000135

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

105

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CPF — Número documento: 03753798940

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de: — até:

Data de Início Impedimento: de: — até:

Data de Fim Impedimento: de: — até:

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

106

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (30/01/2026 às 10:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 037.537.989-40.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 697C.AFED.F0FD.7181 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 01/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 01/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

Dados da consulta: 30/01/2026 10:14:20

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: **CEIS** **CNEP**

CPF / CNPJ sancionado: **03753798940**

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

108

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
13.382.813/0001-35 MATRIZ		15/03/2011

NOME EMPRESARIAL
ALBERTO PANEK LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PANEK TRANSPORTES	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.21-3-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.24-8-00 - Transporte escolar
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV OZY MENDONCA DE LIMA	835	SALA: 2;

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
83.900-000	CENTRO	SAO MATEUS DO SUL	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TRANSPANEK@HOTMAIL.COM	(42) 3532-1555

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/03/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/01/2026** às **10:14:55** (data e hora de Brasília).

Nº do CNPJ

13.382.813/0001-35 CONSULTAR

109

OR

Empresa/Autônomo

Cadastro Geral : 4423

Situação Cadastro : Ativo

Nome: ALBERTO PANEK LTDA

CPF/CNPJ: 13.***.***/0001-**

Endereço: AVENIDA OZY MENDONÇA DE LIMA, 835 - Centro - SALA 2

Cidade: São Mateus Do Sul/PR

CEP: 83900-090

Data Abertura: 15/03/2011

Data Encerramento:

Número Alvara: /

Data Última Fiscalização:

Data Validade Alvará: 23/02/2026

Atividade Principal:

Observação Alvará:

Avulso

Cadastro Geral : 17072

Nome: ALBERTO PANEK LTDA

CPF/CNPJ: 13.***.***/0001-**

Endereço: AVENIDA OZY MENDONÇA DE LIMA, 835 - Centro - SALA 2

Cidade: São Mateus Do Sul/PR

110

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALBERTO PANEK LTDA
CNPJ: 13.382.813/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:08:30 do dia 26/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/07/2026.
Código de controle da certidão: **2BF8.49BD.1A77.0517**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

111

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.382.813/0001-35
Razão Social: ALBERTO PANEK LTDA
Endereço: AVE OZY MENDONCA DE LIMA 835 SALA: 2; / CENTRO / SAO MATEUS DO SUL / PR / 83900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/01/2026 a 27/02/2026

Certificação Número: 2026012903531817337524

Informação obtida em 30/01/2026 10:18:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

112

Atenção

Existe(m) pendência(s) que impede(m) a emissão de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa. Para consultar as pendências, acesse o menu **Consulta de Pendências.**

FECHAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Certidão Negativa de Débitos

113

IDENTIFICAÇÃO CONTRIBUINTE **Certidão Nº:** 3923 / 2026
Código de Autenticação: 0D935A3C2B7288B9CD8DFDB62B183663
CGCM: 17072

CNPJ/CPF: 13.382.813/0001-35
Nome: ALBERTO PANEK LTDA

Endereço/Número: AV. OZY MENDONÇA DE LIMA, Nº835
Bairro: Centro
Complemento: SALA 2
Município: São Mateus Do Sul : PR **CEP:** 83900000

Requerente: Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul
Finalidade: SIMPLES VERIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Certificamos, a requerimento da parte interessada, que para o contribuinte global acima identificado, NÃO CONSTAM DÉBITOS em aberto.

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

São Mateus do Sul, 30 de janeiro de 2026

Atenção: Esta Certidão foi emitida via internet e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima. Acesse https://saomateusdosul.oxy.elotech.com.br/portal-contribuinte/autenticar-documento na opção (AUTENTICAR DOCUMENTOS).

ESTE DOCUMENTO TEM A VALIDADE ATÉ: 01/03/2026

114

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALBERTO PANEK LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 13.382.813/0001-35
Certidão nº: 6326785/2026
Expedição: 30/01/2026, às 10:18:11
Validade: 29/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALBERTO PANEK LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.382.813/0001-35, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

115

Referente ao Processo Administrativo n.° 832/2026 - Contrato n.° 333/2023.

De Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>
Para <transpanek@hotmail.com>
Data 30/01/2026 10:24

Modelo - declaração unificada.pdf (~253 KB)

Bom dia,

Para prosseguimento do processo de acréscimo, solicita-se a apresentação dos seguintes documentos:

12.6) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual;

12.9) Certidão Negativa de Falência;

12.10) Certidão Simplificada;

12.11) Declaração Unificada, conforme modelo anexo.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza

--
Gestão de Contratos
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul - PR
CNPJ: 76.021.450/0001-22
www.saomateusdosul.pr.gov.br
Telefone: (42) 3912-7022
Rua Barão do Rio Branco nº 431 - Centro
São Mateus do Sul - PR
CEP: 83.900-000

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

116

Re: Referente ao Processo Administrativo n.° 832/2026 - Contrato n.° 333/2023.

De Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>
Para <transpanek@hotmail.com>
Data 30/01/2026 10:41

Bom dia,

Esqueci de mencionar no último e-mail, mas solicito que também seja enviada a última alteração do contrato social da empresa.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza

Gestão de Contratos
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul - PR
CNPJ: 76.021.450/0001-22
www.saomateusdosul.pr.gov.br
Telefone: (42) 3912-7022
Rua Barão do Rio Branco nº 431 - Centro
São Mateus do Sul - PR
CEP: 83.900-000

Em 30/01/2026 10:24, Gestão de Contratos escreveu:

> Bom dia,
>
> Para prosseguimento do processo de acréscimo, solicita-se a apresentação dos seguintes documentos:
>
> 12.6) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual;
>
> 12.9) Certidão Negativa de Falência;
>
> 12.10) Certidão Simplificada;
>
> 12.11) Declaração Unificada, conforme modelo anexo.

117

MINUTA

xº TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 333/2023, ORIUNDO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 014/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL E A EMPRESA ALBERTO PANEK EIRELI – ME.

CONTRATANTE: Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada à Rua Barão do Rio Branco n.º 431, inscrito no **CNPJ/MF sob n.º 76.021.450/0001-22**, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sra. Fernanda Garcia Sardanha**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 14.819.062-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 025.608.509-90, residente e domiciliada nesta cidade, CEP: 83.900-000.

CONTRATADA: Alberto Panek Eireli - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, à Avenida Ozy Mendonça de Lima n.º 835, sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio administrador, **Sr. Alberto Panek**.

Pelo presente termo, as partes acham-se justas e acordadas para aditar o contrato acima descrito, pelos fundamentos constantes no **Processo Administrativo n.º 832/2026**, amparado nos artigos abaixo citados, da Lei n.º 8.666/93, conforme as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de 2915 km/mês ao transporte da área rural, com fulcro no Art. 65, Inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93.

1.2 O acréscimo quantitativo citado à Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 deste termo aditivo, equivale a 17,15% (dezessete inteiros e quinze centésimos por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com fundamento no Art. 65, §1, da Lei n.º 8.666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor total deste Termo Aditivo, considerando o disposto na Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 é de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais).

Descrição	Quilometragem mensal	Quantidade de Meses	Quilometragem total	Valor unitário	Valor total
Área rural	2915	30	87450	R$ 9,62	R$ 841.269,00

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

118

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2026, na classificação:

Código reduzido	Programática	Fonte	Dotação
92	07001041221111201233903900000	00000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Reserva n.º 7504			

4. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Mateus do Sul, xx de xxxx de 2026.

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

Alberto Panek Eireli - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

119

À
Procuradoria Jurídica do Município

Trata-se do Processo Administrativo n.° 832/2026, instaurado para análise da solicitação de acréscimo contratual, requerida no valor de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais), conforme manifestação da secretária à fl. 3.

O feito encontra-se devidamente instruído com a documentação pertinente, a saber:

- Solicitação formal de acréscimo (fl. 3);
- Pesquisa de preços (**Não se aplica**);
- Relatório circunstanciado emitido pelo setor competente (fls. 4-5);
- Concordância da contratada (fl. 7);
- Autorização de deflagração do processo (fl. 98);
- Certidão de saldos orçamentários (fl. 101);
- Documentos de habilitação da contratada (fls. 102-114).

Diante do exposto, e em observância ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, que determina que as minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou ajustes sejam previamente examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica da Administração, submete-se o presente processo à apreciação dessa Procuradoria Jurídica.

Solicita-se, assim, a emissão de parecer jurídico quanto à possibilidade de acréscimo contratual, nos termos da minuta de termo aditivo acostada às fls. 117-118 dos autos.

120

Cabe ressaltar que alguns documentos estão pendentes de apresentação pela empresa, mas foram devidamente solicitados (fls. 115-116), e serão anexados ao processo anterior à formalização do termo aditivo.

São Mateus do Sul, 30 de janeiro de 2026

Atenciosamente,

Réger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL - PR

PARECER JURÍDICO

Processo nº 832/2026

1. BREVE RESUMO DO REQUERIMENTO

Trata-se de processo administrativo no qual foi requerida a emissão de parecer jurídico pelo Departamento de Gestão de Contratos, registrado sob o nº 832/2026, contando com 120 (cento e vinte) páginas, em que se pretende a realização de termo aditivo para acréscimo ao contrato administrativo nº 333/2023, firmado entre o Município e a empresa ALBERTO PANEK EIRELI ME.

2. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

O presente processo encontra-se instruído com a seguinte documentação:

1) Protocolo de abertura 22/01/2026 (fls. 02);
2) Ofício nº 8/2026 – gestão de contratos (fls. 03);
3) Relatório circunstanciado (fls. 04-05);
4) Ofício nº 9/2026 – Secretaria de administração (fls. 06);
5) Termo de aceite contratada (fls. 07);
6) Relatório de linhas rurais (fls. 08-22);
7) Relatório de execução contrato nº 333/2023 (fls. 23-45);
8) Cópia do contrato de concessão nº 333/2023 (fls. 46-66);
9) Termos de apostilamentos do 01 ao 06 (fls. 67-75);
10) Cópia do edital e anexos (fls. 76-96);
11) Solicitação e autorização deflagração (fls. 97-98);
12) Planilha com dispêndio financeiro (fls. 99);
13) Despacho gestão de contratos (fls. 100);
14) Certidão de saldos orçamentários (fls. 101);
15) Documentação regularidade (fls. 102-114);
16) E-mails gestão de contratos (fls. 115-116);
17) Minuta do termo aditivo (fls. 117-118);
18) Solicitação de parecer jurídico (fls. 119-120).

É o breve relato.

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL - PR

3. MANIFESTAÇÃO

3.1 PRELIMINARMENTE

Pois bem, saliente de forma preliminar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam nos autos em epígrafe até a presente data, não se mostrando lícito exigir deste parecerista uma avaliação de fatos, atos ou acontecimentos que vão além do conteúdo documental e informativo constante do presente procedimento ora analisado, inclusive do procedimento licitatório do qual é originário este aditivo em consulta, limitando-se como dito, ao que consta do presente processo então analisado e sempre respeitando a fé pública inerente a cada um dos servidores e autoridades que atuaram no presente.

Ademais, incumbe a este órgão de execução prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar discricionariedade dos atos praticados no âmbito deste Município, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, tendo característica eminentemente opinativa, conforme entendimento jurisprudencial a seguir transcrito:

> **O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex oficio da lei.** Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

Antes de adentrar na análise do feito, cumpre destacar que o presente processo de aditivo contratual chegou à esta procuradoria com a indicação de urgência, devendo ser priorizado. Ressalta-se que chegou nesta procuradoria no dia 30/01/2026 (sexta feita), às 15h50min.

Tendo o processo chegado na sexta feira, por óbvio, não teria início a análise de imediato, uma vez que outros processos também com a indicação de urgência estampada em sua capa, chegam diariamente neste órgão de consultoria.

Desta forma, solicitamos que seja dado destaque ao planejamento, pois o trabalho nesta procuradoria visa dar segurança jurídica à administração pública. As necessidades urgentes (com exceção dos casos de calamidade pública), não podem acarretar pareceres superficiais sem um aprofundamento necessário, o que ressaltamos, a presente análise fica estrita aos documentos constantes nos autos e sem tempo hábil para aprofundamento de teses ou diligências complementares, limitando a responsabilidade do

parecerista à legalidade formal aparente. Embora a urgência da administração pública seja legítima, ela não deve ser utilizada para chancelar ilegalidades.

Feita a ressalva, passa-se à análise estritamente jurídica do presente processo.

4. JUSTIFICATIVA E DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Na forma do § 2º do art. 57 da Lei de Licitação, tem-se que *"toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato"*, da mesma forma, acrescenta o art. 65, *caput*, da mesma legislação que toda alteração contratual deve ser precedida da devida justificativa, e obviamente, acatada e autorizada pela autoridade competente, que no caso é a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal.

Há justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Adminstração para a celebração pretendida, e da qual se extrai (fls. 03): [...] *"o contrato foi celebrado em 13 de julho de 2023 e estabeleceu, inicialmente, uma média de 1.285 km/mês para os deslocamentos realizados na área rural. Ocorre que tal estimativa foi apurada de forma equivocada, uma vez que desconsiderou o trajeto de retorno, o que resultou em relevante subdimensionamento de quilometragem efetivamente percorrida. Durante a execução também percebeu a necessidade de adequação de rotas, para viabilizar o acesso ao transporte da população. Dessa forma, a média originalmente pactuada não reflete a realidade dos deslocamentos realizados, tornando-se necessária a revisão da estimativa adotada, mediante o acréscimo de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e nove reais) correspondente a uma média estimada de R$ 2.915,00 (dois mil, novecentos e quinze reais) km/mês o que representa 17,15% (dezessete virgula quinze) do valor contratual previsto, a fim de adequar o contrato à sua efetiva execução (...)"*.

Por sua vez, a comissão especial para reavaliação do projeto para operação do sistema de transporte público coletivo do Município de São Mateus do Sul, em seu relatório circunstanciado prestam informações relativas à execução do contrato, informando que o contrato vem sendo executado de forma eficiente e satisfatória, conforme fls. 05 ss.

Segundo Marçal Justen Filho: *"(...) não se admite que a modificação do contrato, ainda que por mútuo acordo entre as partes, importe alteração radical ou acarrete frustração aos princípios da obrigatoriedade da licitação e da isonomia."*[1]

Com efeito, primando pela legalidade, em qualquer alteração contratual deve-se observar a manutenção do objeto do contrato, sendo inadmissível sua transfiguração, eis que o objeto é vinculado ao que se definiu no procedimento licitatório, admitir alterações desproporcionais ou desvio de finalidade, seria absurdo e, em tese, abriria as portas para a possibilidade de fraudes à lei e, até mesmo, provocar uma desnaturação do objeto originalmente licitado.

A justificativa apresentada para o acréscimo fundamenta-se na necessidade de adequação entre a quilometragem efetivamente percorrida pela empresa contratada e que vem recebendo regularmente, enquanto o saldo orçamentário se exauriu antecipadamente, por conta da diferença entre aquela prevista no orçamento e efetivamente paga à contratada, sendo necessário o aditivo para equalizar as contas.

5. BILATERALIDADE DA ALTERAÇÃO

Superado isso, em que pese a distinção legal entre alteração unilateral ou bilateral, em ambas, por força do princípio constitucional do contraditório e ampla defesa (art. 5º, inciso LV da Constituição Federal), a parte contratada deve ser consultada, isso porque, em ambas exigirá que seja realizado termo aditivo ao contrato e demanda a concordância, e quanto a isso, observa-se que uma vez consultada a empresa na forma e teor do ofício de fls. 03, a mesma concordou com o acréscimo (fls. 07), logo encontra-se adequado sob este aspecto.

6. LIMITE QUANTITATIVO DE ALTERAÇÃO DO OBJETO

Em referência aos limites possíveis de alterações do objeto contratual, dispõe o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 que *"O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato,*

[1] Justen Filho, Marçal, Comentários a Lei de Licitações, 16ª edição rev. atual. e amp. – São Paulo: ed. RT, ano 2014, pag. 1004

e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos."

Assim sendo, complementa o § 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 que *"nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos"* no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 (25% do valor inicial atualizado do contrato ou 50% no caso de reforma de edifícios ou equipamentos), exceto para o caso de supressão resultante de acordo celebrado com a parte contratada, ressaltando que pela interpretação legal, acréscimo ou supressão superior a estes limites representa por si afronta aos princípio da licitação.

E ao que se observa do presente, considerando o valor total da concessão: R$ 4.904.382,00, tem-se que o acréscimo de serviços na ordem de R$ 841.269,00, representando um acréscimo de 17,15%, encontra-se dentro do limite em que a legislação permite a alteração.

Todavia, recomenda-se que a apuração do valor limite para acréscimo observe o valor atualizado da contratação para o período vigente, não podendo ser somado ao valor do período anterior.

7. NECESSIDADE DA VIGÊNCIA CONTRATUAL VÁLIDA:

Superado isso, tem-se ainda que antes de analisar a possibilidade do aditivo contratual em si, deve-se sempre avaliar se o contrato ainda encontra-se com sua vigência válida pois, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, *"A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários(...)"*, de modo que inexistindo vigência válida, o contrato está extinto e não comporta mais alteração.

Pondere-se ainda que esta regra de duração do crédito orçamentário dentro da vigência de seu respectivos créditos comporta as exceções constante dos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual não haverá necessidade de ficar adstrito à vigência quando: *I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório; II - na prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preço e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; IV - aluguel de equipamentos e utilização*

de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 meses após o início da vigência do contrato; V - nas hipóteses previstas nos incisos IX, IXI, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

Então, na análise de tais dispositivos, tem-se que por força do *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, o qual retrata o comando inserido no art. 167, inciso I e II da Constituição Federal, estipula-se que todo o contrato tenha sua vigência vinculada a lei orçamentária anual, sendo que se houver projeto ou programa cuja duração prevista seja superior ao exercício anual, a mesma deve estar prevista dentro do plano plurianual e autorizada no ato convocatório, pois segundo MARÇAL JUSTEN FILHO: *"A previsão no orçamento plurianual é condição inafastável para a contratação em período superior ao prazo de vigência do crédito. Desse modo, evita-se uma superposição da atividade contratual da Administração às demais funções do Estado. A inserção no plano plurianual faz presumir que a contratação retrata uma avaliação meditada e planejada do Estado. Não se tratará de assumir encargos de longo prazo sem a cautela adequada."*

Desta feita, toda e qualquer contratação deve ser, em regra, inserida dentro do orçamento anual do ente público, não sendo possível prever gastos públicos vinculados a contrato para além do exercício financeiro para a qual foi concebida, exceto nos casos dos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, e desde que referida alteração ocorra dentro do prazo de vigência então estabelecido no contrato vigente, e uma vez que transcorrido o prazo de vigência o contrato original estaria formalmente extinto e o aditamento posterior não poderia produzir efeitos retroativos (cita por exemplo os Acórdãos 66/2004, 1.717/2005, 216/2007, 1.335/2009, 1.936/2014 e 2.143/2015, todos do Plenário do TCU).

E assim posto, observe-se que o prazo de vigência original do contrato e constante da Cláusula nona, tem-se que a vigência contratual foi prevista para 60 meses a partir da data de assinatura do contrato (13/07/2023), findando-se em 13/07/2028, conforme consta no contrato celebrado.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS
O prazo de concessão e vigência é de 60 (sessenta) meses após a assinatura do contrato, nas hipóteses legais e forma a que alude o Artigo 57 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93.

8. ALTERAÇÃO DO OBJETO

Quanto as hipóteses previamente disposta em legislação, há então o art. 65 da Lei nº 8.666/93 que prevê as possibilidades de alteração unilateral do contrato (disposta em seu inciso I) e aquelas bilaterais (disposta em seu inciso II), trazendo em cada uma delas as hipóteses em que são permitidas, cabendo então averiguar se a justificativa apresentada se enquadra em alguma delas, e se está efetivamente respeitando os princípios gerais imprescindíveis para viabilizar a alteração pretendida.

As hipóteses de alteração unilateral, que deve vir sempre devidamente justificada, vêm dispostas no inciso I do art. 65 da Lei de Licitação (Lei nº 8.666/1993), pelo qual, tais alterações podem se dar: *a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos nesta legislação.*

Quanto àquelas bilaterais, previstas no inciso II do art. 65 da legislação já mencionada, estas se resumem em: *a)quando conveniente a substituição da garantia de execução; b)quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, ou modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade da previsão original; c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por fato superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.*

Neste ínterim e conforme resumo do pedido de alteração pretendido, tem-se que a pretensão de alteração contratual é porque se faz necessária a adequação orçamentária com o objeto do contrato, com o acréscimo de 17,15%.

E ao que se observa do presente, trata-se de modificação decorrente de aumento quantitativo do seu objeto, situação que se amolda a possibilidade prevista na alínea "b", do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, pelo que, entende regular o presente procedimento e dentro dos limites legais em que permitida a alteração pretendida e, portanto, estando adequado.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Superada a questão quanto à possibilidade acima apontada, exige-se ainda uma ponderação do aumento e supressão e acaso constatada algum aumento de valores, deverá existir a previsão de dotação orçamentária com a garantia certificada pela autoridade competente, o que é indispensável na forma do art. 167, inciso II da Constituição Federal, art. 7º, §2º, inciso III, § 6º, § 9º e art. 38 da Lei nº 8.666/93, art. 4º e 6º da Lei nº 4.320/1964, inciso V do art. 8º c/c inciso IV do art. 13, ambos do Decreto nº 509/2011, e no presente caso fora encartada documentação referente a dotação para fazer frente as despesas fls. 101.

10. MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

Nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, estabelece-se que deverá constar no contrato *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de inabilitação e qualificação exigidas na licitação"*, de modo que tais requisitos de habilitação deve estar sempre presente durante o contrato e deve ser constantemente avaliado durante a execução, principalmente em casos como o presente que se está buscando aditar o contrato original.

Referidos requisitos de habilitação estão contidos no edital de licitação, e no presente caso, todos os referidos requisitos, inclusive a garantia da execução deve estar presente no processo, com sua validade vigente na data da assinatura do contrato, cabendo ao responsável pela verificação observar cada um dos requisitos e certificar que todos eles constam do processo e que estão vigentes, sem o qual sugere não seja procedida a alteração pretendida.

Destaque-se nesse sentido, o contido no parecer fls. 20 ss., em que o departamento de gestão de contratos informa que existem documentos pendentes de apresentação pela empresa contratada, os quais serão anexados antes da formalização do termo aditivo, devendo ser devidamente certificado pelo setor competente, antes da assinatura.

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL - PR

11. MINUTA DO ADITIVO CONTRATUAL:

Na forma do art. 60, *caput,* da Lei de Licitação, os contratos e seus aditivos deverão ser lavrados na repartição interessada, que deverá ser arquivado em ordem cronológica em seus registros, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, além do que, na forma do art. 61 c/c art. 55 da Lei de Licitação (este último aplicável por disposição expressa do § 3º do art. 62, também da Lei de Licitação) , o aditivo deve conter: *1)nome das partes e de seus representantes; 2) finalidade; 3) o ato que autorizou a lavratura; 4) o número do processo de licitação, da dispensa ou da inexigibilidade; 5) a sujeição dos contratantes às normas da Lei de Licitação e as cláusulas contratuais; 6) e no caso de alteração do prazo, as alterações introduzidas,* requisitos estes que se observa junto às fls. 92-93, estando adequado sob este aspecto.

12. CONCLUSÃO

Portanto, desde que observadas as orientações e condicionantes acima expostas — notadamente a verificação da regularidade documental da contratada, inclusive quanto à eventual expiração de certidões, e a correta certificação do percentual de acréscimo (25%) sobre o valor atualizado do contrato inicial, entende-se juridicamente viável o prosseguimento do processo, com a formalização do aditivo.

Registra-se, por oportuno, que a presente apreciação limitou-se à análise dos aspectos jurídico-formais do procedimento, não abrangendo os elementos técnicos específicos, tampouco as fases anteriores da licitação, já regularmente superadas e apreciadas.

Assim, satisfeitas as exigências legais e documentais, não se vislumbra óbice jurídico à continuidade do feito.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

São Mateus do Sul/PR, 06 de fevereiro de 2026.

Nicolas Addor
Procurador do Município
OAB/PR 85.544

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

130

RE: Referente ao Processo Administrativo n.° 832/2026 - Contrato n.° 333/2023.

De Alberto Panek <transpanek@hotmail.com>
Para Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>
Data 30/01/2026 11:11

02-contrato social alberto panek (2).pdf(~1,1 MB) CERTIDAO ESTADUAL 24-04.pdf(~22 KB)
consultaCertidaoEmitida~3_assinado (1).pdf(~117 KB) declaracao_unificada.pdf as.pdf(~88 KB)
PRC2600423275_20260130105352_7c3fa0.pdf(~113 KB)

Bom dia,

Segue em anexo documentos solicitados.

Att.
Diego.

De: Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 30 de janeiro de 2026 11:41
Para: transpanek@hotmail.com <transpanek@hotmail.com>
Assunto: Re: Referente ao Processo Administrativo n.° 832/2026 - Contrato n.° 333/2023.

Bom dia,

Esqueci de mencionar no último e-mail, mas solicito que também seja enviada a última alteração do contrato social da empresa.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza

Gestão de Contratos
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul - PR
CNPJ: 76.021.450/0001-22
www.saomateusdosul.pr.gov.br
Telefone: (42) 3912-7022
Rua Barão do Rio Branco nº 431 - Centro
São Mateus do Sul - PR
CEP: 83.900-000

Em 30/01/2026 10:24, Gestão de Contratos escreveu:

> Bom dia,
>
> Para prosseguimento do processo de acréscimo, solicita-se a apresentação dos seguintes documentos:
>
> 12.6) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estadual;

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

131

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALBERTO PANEK - LTDA **NIRE :** 41600378253 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2600423275
NIRE (Sede) 41600378253	**CNPJ** 13.382.813/0001-35	**Data de Ato Constitutivo** 15/03/2011	**Início de Atividade** 15/03/2011
Endereço Completo Avenida OZY MENDONÇA DE LIMA, Nº 835, SALA 2, CENTRO - São Mateus do Sul/PR - CEP 83900-000			
Objeto Social TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, MUNICIPAL (4921-3/01), LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR (7711-0/00) E TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL, SERVICO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE ALUNOS, ESTUDANTES (4924-8/00).			
Capital Social R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) **Capital Integralizado** R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ALBERTO PANEK	037.537.989-40	R$ 130.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
ALBERTO PANEK	037.537.989-40	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação / Status
09/12/2022	T4160037825	904 / 046 - TRANSFORMACAO	ATIVA / SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/01/2026, às 10:53:33 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **QSUAXRUV**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/wbservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

132

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa ALBERTO PANEK EIRELI ME, CNPJ nº 13.382.813/0001-35, com sede na Av, Ozy Mendonça de Lima,835, centro de São Mateus do sul, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município,que o(a) responsável legal da empresa é o(a)Sr.(a) ALBERTO PANEK, Portador do RG sob nº 8.618.197-5 e CPF nº037.537.989-40, cuja função /cargo é socio administrador, responsável pela assinatura do instrumento contratual.

4) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na formada Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço: **E-mail:** transpanek@hotmail.com **Telefone:42 98823 3830 e 42 98803 6261**

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos

8) Nomeamos e constituímos o senhor(a) ALBERTO PANEK, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º037.537.989-40, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da contrato, referente à Concorrência n.º 014/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato..

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135

Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135
Dados: 2026.01.30 11:08:19 -03'00'

São Mateus do Sul,30 de janeiro de 2026

Alberto panek,adiministrador

133

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de SÃO MATEUS DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

ALBERTO PANEK - EIRELI - ME

CNPJ: 13.382.813/0001-35

Local da Sede: Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Centro, nesta Cidade.

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a).
São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de SÃO MATEUS DO SUL
Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.
A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.
Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.
A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.
A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

SÃO MATEUS DO SUL, 19 de janeiro de 2026

Andressa Muller Cruz Pereira
Juramentada

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRESSA MULLER CRUZ PEREIRA
Data: 19/01/2026 12:42:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Código Validador TJPR: CACG.2873.08JDDHDJ.11 **Valide esta certidão em https://bit.ly/2DQEIbE

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

734

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 38750781-68

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **13.382.813/0001-35**
Nome: **ALBERTO PANEK - LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/04/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (23/12/2025 10:22:51)

735

ALBERTO PANEK - EIRELI – ME
NIRE 41600378253
CNPJ: 13.382.813/0001-35
QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TIPO JURIDICO E RAZÃO SOCIAL
O Tipo jurídico da empresa será: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA – ELRELI, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e girará sob a razão social de **ALBERTO PANEK – EIRELI** - ME, com sede na Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Sala 2, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP 83.900-0000, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná sob o sob o nº 41600378253 em 03/07/2015 e última alteração sob nº 20154359459 em 27/07/2015, inscrita no CNPJ sob nº 13.382.813/0001-35. Podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL
O capital social da empresa é de R$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País, nesta data.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02), Locação de automóveis sem condutor (7711-0/00), Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal (4921-3-01), Comercio varejista de peças e acessórios para veículos (4530-7/04), Comércio varejista de bebidas (4723-7/00) e Serviços de lavagem, lubrificação e polimento em veículos pequenos (4520-0/05).

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO
O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO
A administração da sociedade será exercida por **ALBERTO PANEK**, a quem caberá, dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO SOCIAL
O término de cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO
O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2017 09:14 SOB Nº 20168019337.
PROTOCOLO: 168019337 DE 11/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700122521. NIRE: 41600378253.
ALBERTO PANEK - EIRELI - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/01/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

136

ALBERTO PANEK - EIRELI – ME
NIRE 41600378253
CNPJ: 13.382.813/0001-35
QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ALBERTO PANEK, brasileiro, solteiro, maior, natural de Mallet/PR, nascido em 12/02/1984, empresário, residente e domiciliado à Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP 83.900-000, portador do CPF nº 037.537.989-40 e da Carteira de Identidade RG nº 8.618.197-5 SESP/PR, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI : **ALBERTO PANEK – EIRELI - ME**, com sede na Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Sala 02, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP 83.900-000, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná sob o sob o nº 41600378253 em 03/07/2015 e última alteração sob nº 20154359459 em 27/07/2015, inscrita no CNPJ sob nº 13.382.813/0001-35, resolve assim, alterar o Contrato Social da empresa, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ATIVIDADES

O objeto social da empresa que era Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02), Locação de automóveis sem condutor (7711-0/00), Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal (4921-3-01), Comercio varejista de peças e acessórios para veículos (4530-7/04), **passa a ser: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional (4929-9/02), Locação de automóveis sem condutor (7711-0/00), Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal (4921-3-01), Comercio varejista de peças e acessórios para veículos (4530-7/04), Comércio varejista de bebidas (4723-7/00) e Serviços de lavagem, lubrificação e polimento em veículos pequenos (4520-0/05).**

CLAUSULA SEGUNDA – DEMAIS CLAUSULAS

Permanecem inalteradas as demais clausulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO

CONSOLIDAÇÃO
ALBERTO PANEK – EIRELI – ME
NIRE 41600378253
CNPJ: 13.382.813/0001-35

ALBERTO PANEK, brasileiro, solteiro, maior, natural de Mallet/PR, nascido em 12/02/1984, empresário, residente e domiciliado à Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP 83.900-000, portador do CPF nº 037.537.989-40 e da Carteira de Identidade RG nº 8.618.197-5 SESP/PR. Na condição de titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI : **ALBERTO PANEK – EIRELI - ME**, com sede na Avenida Ozy Mendonça de Lima, 835, Sala 2, Centro, São Mateus do Sul, Paraná, CEP 83.900-000, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná sob o sob o nº 41600378253 em 03/07/2015 e última alteração sob nº 20154359459 em 27/07/2015, inscrita no CNPJ sob nº 13.382.813/0001-35, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2017 09:14 SOB Nº 20168019337.
PROTOCOLO: 168019337 DE 11/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11700122521. NIRE: 41600378253.
ALBERTO PANEK - EIRELI - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/01/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

ALBERTO PANEK - EIRELI – ME
NIRE 41600378253
CNPJ: 13.382.813/0001-35
QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o foro tal da Cidade São Mateus do Sul, Paraná, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato.

O titular assina o presente instrumento, em 1 (uma) via.

São Mateus do Sul, 15 de dezembro de 2016

ALBERTO PANEK

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2017 09:14 SOB Nº 20168019337
PROTOCOLO 168019337 EM 11/01/2017 CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
11700122521 NIRE 41600378253
ALBERTO PANEK - EIRELI - ME
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
Liberdade Regina
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA 12/01/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

138

Referente ao **Processo Administrativo n.º 832/2026**, instaurado para tratar do acréscimo ao Contrato n.º 333/2023, oriundo do Edital de Concorrência n.º 014/2023, que entre si celebram o Município de São Mateus do Sul e a empresa Alberto Panek Eireli - ME, cujo objeto é a concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Certifico que conferi os documentos de habilitação, estando estes válidos e de acordo com os critérios inicialmente previstos no edital, elencados às seguintes páginas:

12.1. Contrato social ou instrumento equivalente: (**fls. 135-137**);
12.2. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (**fl. 108**);
12.3. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal (**fl. 109**);
12.4. Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social; (**fl. 110**);
12.5. Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (**fl. 111**);
12.6. Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante; (**fl. 134**);
12.7. Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante; (**fl. 113**);
12.8. Regularidade trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao). (**fl. 114**)
12.9. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. (**fl. 133**);
12.10. Certidão Simplificada (**fl. 131**);
12.11. Declaração Unificada (**fl. 132**);
12.12. Atestado de Capacidade Técnica (**já apresentado à época da licitação**);
12.13. Consultas TCE/TCU/CNJ/CEIS/CNEP. (**fl. 102-107**)

Além disso, em atendimento ao constante à fl. 125, referente à apuração do valor limite para o acréscimo, tem-se que:

- O contrato foi assinado em 13 de julho de 2023, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, portanto, o período do contrato é de 13/07/2023 a 13/07/2028;
- O valor inicial do contrato era de:

Lote	Quilometragem	Valor unitário	Valor total
Urbano	558000	R$ 7,09	R$ 3.956.220,00
Rural	77100	R$ 9,50	R$ 732.450,00
		Valor total	**R$ 4.688.670,00**

- Considerando os reajustes de preços, o valor inicial atualizado do contrato é de:

Lote	Quilometragem	Valor unitário	Valor total
Urbano	558000	R$ 7,46	R$ 4.162.680,00
Rural	77100	R$ 9,62	R$ 741.702,00
		Valor total	**R$ 4.904.382,00**

- Considerando que o acréscimo pretendido é de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais), valor este equivalente a 17,15% (dezessete inteiros e quinze centésimos por cento) do valor inicial atualizado do contrato de R$ 4.904.382,00 (quatro milhões novecentos e quatro mil trezentos e oitenta e dois reais), certifico que o acréscimo pretendido respeita o limite legal máximo de 25% (vinte e cinco por cento), bem como que não utiliza de outros períodos para o cálculo, visto que o contrato não teve prorrogações, sendo os 60 (sessenta) meses o seu primeiro período de contratação.

São Mateus do Sul, 09 de fevereiro de 2026

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

14

Ofício n.º 069/2026 - *Gestão de Contratos* São Mateus do Sul em 09 de fevereiro de 2026.

Ao
Sr. Alberto Panek
Alberto Panek

Referente ao **Processo Administrativo n.º 832/2026**, instaurado para tratar do acréscimo ao Contrato n.º 333/2023, oriundo do Edital de Concorrência n.º 014/2023, que entre si celebram o Município de São Mateus do Sul e a empresa Alberto Panek Eireli - ME, cujo objeto é a concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Para a formalização do termo aditivo de acréscimo, que totalizará um acréscimo contratual no valor de **R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais),** solicita-se a majoração da garantia de execução, para que esta atinja o valor máximo segurado de **R$ 284.082,12 (duzentos e oitenta e quatro mil oitenta e dois reais e doze centavos)**, com data de **validade até 12/07/2028**, conforme previsto na Cláusula Décima do Contrato.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

741

Referente ao Processo Administrativo n.° 832/2026 - Contrato n.° 333/2023 - Ofício n.° 069/2026.

De Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>
Para <transpanek@hotmail.com>
Data 09/02/2026 09:04

Of. 069-2026 - Alberto Panek.pdf (~199 KB)

Bom dia,

Segue anexo ofício solicitando a majoração da garantia de execução para formalização do termo aditivo de acréscimo ao contrato.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza

--
Gestão de Contratos
Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul - PR
CNPJ: 76.021.450/0001-22
www.saomateusdosul.pr.gov.br
Telefone: (42) 3912-7022
Rua Barão do Rio Branco nº 431 - Centro
São Mateus do Sul - PR
CEP: 83.900-000

142

PREFEITURA DE
SÃO MATEUS DO SUL

RE: Carta para assinatura

De Solange Nepomuceno Rulka <solange.n3031@sicoob.com.br>
Para Gestão de Contratos (Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul) <contratos@saomateusdosul.pr.gov.br>, Alberto Panek <transpanek@hotmail.com>
Data 24/02/2026 14:29

Relatorio - carta fianÃ§a Alberto.pdf(~232 KB) carta fiança Alberto.pdf(~2,1 MB)

PÚBLICO

Oii Segue em anexo a carta fiança assinada.

Solange Nepomuceno Rulka - 3031
Agente de atendimento - PA 08

SICOOB Credicanoinhas

Rua Ulisses Faria | nº 1011
CEP: 83.900-112 | São Mateus do Sul / pr
(47) 3532-7841 | (47) 9 9244-3258

PÚBLICO

De: Alberto Panek <transpanek@hotmail.com>
Enviado: 24 de fevereiro de 2026 13:47
Para: Solange Nepomuceno Rulka <solange.n3031@sicoob.com.br>
Assunto: RE: Carta para assinatura

Atenção! E-mail de fonte externa. **Cuidado** ao **clicar** em **links** ou **abrir anexos!** Desconfiou do remetente ou tem dúvidas? Contate o SOC: soc@sicoob.com.br (61) 3217-5762

Segue documento assinado.

De: Solange Nepomuceno Rulka <solange.n3031@sicoob.com.br>
Enviado: terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 14:22
Para: Alberto Panek <transpanek@hotmail.com>
Assunto: Carta para assinatura

PÚBLICO

Boa tarde.

Segue em anexo a carta fiança para assinatura.

Solange Nepomuceno Rulka - 3031

SICOOB Credicanoinhas

143

Rua Ulisses Faria | nº 1011
CEP: 83.900-112 | São Mateus do Sul / pr
(47) 3532-7841 | (47) 9 9244-3258

PÚBLICO

144

São Mateus do Sul - PR, 24 de Fevereiro de 2026.

À/AO (S) MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL
RUA BARÃO DO RIO BRANCO - 431 - CENTRO - CEP: 83900088

REF.: CARTA DE FIANÇA Nº 2339430

I - DADOS DO AFIANÇADO:
NOME: ALBERTO PANEK LTDA
CNPJ-MF: 13.382.813/0001-35
DADOS BANCÁRIOS: AGÊNCIA: 3031 CONTA: 193658
ENDEREÇO: AVENIDA OZY MENDONÇA DE LIMA - 835 - CENTRO - SALA 2 - SÃO MATEUS DO SUL - PR - CEP: 83900090
ENDEREÇO ELETRÔNICO: transpanek@hotmail.com

II - DADOS DO FIADOR:
NOME: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC
CNPJ/MF: 78.834.975/0001-02
ENDEREÇO: RUA Álvaro Soares Machado - 455 - Tricolin - Canoinhas - SANTA CATARINA - SC - CEP: 89462240

III - DADOS DO (S) BENEFICIÁRIO (S):

NOME: MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL
CNPJ/MF: 76021450000122
ENDEREÇO: RUA BARÃO DO RIO BRANCO - 431 - CENTRO - CEP: 83900088

IV - DADOS DA FIANÇA:
TIPO DE FIANÇA: FIANÇA BANCÁRIA
VALOR TOTAL DA FIANÇA (FIXO E IRREAJUSTÁVEL): R$ 284.082,12 (duzentos e oitenta e quatro mil e oitenta e dois reais e doze centavos)
VALIDADE DA FIANÇA: DE 09/02/2026 A 12/07/2028

V - CARACTERÍSTICAS DA FIANÇA:
A PRESENTE FIANÇA VISA GARANTIR O PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA PELO AFIANÇADO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 333/2023 PARA A PREF. MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL, DORAVANTE DENOMINADA "BENEFICIÁRIA", PESSOA JURIDICA DE DIREIRO PUBLICO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 76.021.450/0001-22, ESTABELECIDA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 431, CENTRO, CIDADE DE SÃO MATEUS DO SUL/PR, CEP 83.900-088.

CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DA FIANÇA:

1. O FIADOR, por seus representantes legais ao final assinados, constitui-se fiador e principal pagador da

obrigação descrita no item "DADOS DA FIANÇA", assumida pelo AFIANÇADO perante o (s) BENEFICIÁRIO (S), renunciando ao benefício de ordem previsto nos artigos. 827, 837, 838, I e III e 839 do Código Civil, até o valor descrito no mesmo item. 745

1.1. O FIADOR declara ciência e concordância que a presente FIANÇA poderá ser assinada através de meios eletrônicos das quais se puder verificar a autoria, mediante aposição de login, senha, assinatura eletrônica e/ou assinatura digital, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Ainda, aceita e concorda que a contratação eletrônica terá, para todos os fins e efeitos de direito, a mesma validade de uma ordem escrita equivalente.

2. O FIADOR se obriga, observado o limite estipulado no item "DADOS DA FIANÇA", a cumprir todas as obrigações de pagamento decorrentes desta fiança, no primeiro dia útil seguinte ao recebimento de notificação enviada pelo (s) BENEFICIÁRIO (S), contendo o valor devido e não pago pelo AFIANÇADO decorrente da obrigação objeto desta fiança.

3. O FIADOR assegura que: (i) a presente fiança está devidamente contabilizada em seus registros e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil aplicáveis às operações bancárias; (ii) os signatários deste instrumento, representantes legais do FIADOR, estão devidamente investidos nos poderes legais e estatutários necessários à prestação da garantia ora efetivada; e (iii) a presente fiança, bem como as obrigações dela decorrentes, não violam o seu Estatuto Social, nem qualquer disposição contida em qualquer regulamento, contrato ou decisão judicial/administrativa a que está sujeito ou do qual seja parte.

4. No caso de cessão ou sub-rogação, total ou parcial, das obrigações garantidas pela Carta de Fiança ora ajustada, seus efeitos não se estenderão ao terceiro cessionário ou sub-rogado, tendo em vista o caráter pessoal e intransferível da garantia que aproveita exclusivamente o AFIANÇADO e beneficia exclusivamente o (s) BENEFICIÁRIO (S).

5. Decorridos 5 dias do vencimento desta Carta de Fiança, previsto no item "DADOS DA FIANÇA" e desde que o FIADOR não acuse recebimento de qualquer comunicação do (s) BENEFICIÁRIO (S) sobre eventual inadimplência do AFIANÇADO, comprovadamente ocorrida dentro do prazo de vigência desta Carta de Fiança, o FIADOR considerará cumpridas as obrigações assumidas pelo AFIANÇADO e procederá à baixa contábil desta Carta de Fiança em seus registros, não mais nos responsabilizando por qualquer pagamento presente ou futuro relacionado ao presente instrumento de garantia. Neste caso, a Carta de Fiança será considerada extinta de pleno direito e não mais serão acatadas quaisquer notificações de pagamento.

6. Na hipótese de inadimplência por parte do AFIANÇADO e havendo mais de um beneficiário, o pagamento será realizado através da divisão da fiança pela quantidade de BENFICIÁRIOS, para que todos os BENEFICIÁRIOS recebam valores iguais entre si.

7. Fica eleito o Foro de CANOINHAS - SANTA CATARINA, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências que possam advir na execução do presente instrumento, renunciando-se ambas as partes, a qualquer outra que tenham ou venham a ter, por mais privilegiada que seja.

FIADOR: WALMIR DE ASSIS CHAGAS:29207932920 Assinado de forma digital por WALMIR DE ASSIS CHAGAS:29207932920 Dados: 2026.02.24 14:23:20 -03'00'

ELISON SELENKO:05160108912 Assinado de forma digital por ELISON SELENKO:05160108912 Dados: 2026.02.24 14:23:43 -03'00'

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC

CNPJ: 78.834.975/0001-02

148

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 24/02/2026 15:03:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALBERTO PANEK LTDA**
CNPJ: **13.382.813/0001-35**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

147

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ALBERTO PANEK**

CPF/CNPJ: **037.537.989-40**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:04:02 do dia 24/02/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5

Código de controle da certidão: RS5M240226150402

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

148

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento	CNPJ	Número documento	13382813000135
Nome			

Tipo de Sanção	Todos		
Período publicação : de		até	
Data de Início Impedimento: de		até	
Data de Fim Impedimento: de		até	
Situação:	Todas		

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

149

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

Voltar

Incluir Impedimento

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento: CPF — Número documento: 03753798940

Nome:

Tipo de Sanção: Todos

Período publicação : de ___ até ___

Data de Início Impedimento: de ___ até ___

Data de Fim Impedimento: de ___ até ___

Situação: Todas

Links úteis: Consulta TCU / Consulta CADIN PR

Pesquisar

Imprimir

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

750

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (24/02/2026 às 15:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 037.537.989-40.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 699D.E80A.2CBD.F234 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 02/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 02/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 02/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 02/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 02/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

Dados da consulta: 24/02/2026 15:03:20

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: **CEIS** **CNEP**

CPF / CNPJ sancionado: **03753798940**

Consulta

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDAD
Nenhum registro encontrado									

152

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 333/2023, ORIUNDO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 014/2023, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL E A EMPRESA ALBERTO PANEK EIRELI – ME.

CONTRATANTE: Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada à Rua Barão do Rio Branco n.º 431, inscrito no **CNPJ/MF sob n.º 76.021.450/0001-22**, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sra. Fernanda Garcia Sardanha**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 14.819.062-3 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 025.608.509-90, residente e domiciliada nesta cidade, CEP: 83.900-000.

CONTRATADA: Alberto Panek Eireli - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada nesta cidade, Estado do Paraná, à Avenida Ozy Mendonça de Lima n.º 835, sala 02, Centro, CEP: 83.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.382.813/0001-35, neste ato representada por seu sócio administrador, **Sr. Alberto Panek**.

Pelo presente termo, as partes acham-se justas e acordadas para aditar o contrato acima descrito, pelos fundamentos constantes no **Processo Administrativo n.º 832/2026**, amparado nos artigos abaixo citados, da Lei n.º 8.666/93, conforme as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de 2915 km/mês ao transporte da área rural, com fulcro no Art. 65, Inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93.

1.2 O acréscimo quantitativo citado à Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 deste termo aditivo, equivale a 17,15% (dezessete inteiros e quinze centésimos por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com fundamento no Art. 65, §1, da Lei n.º 8.666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor total deste Termo Aditivo, considerando o disposto na Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 é de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais).

Descrição	Quilometragem mensal	Quantidade de Meses	Quilometragem total	Valor unitário	Valor total
Área rural	2915	30	87450	R$ 9,62	R$ 841.269,00

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2026, na classificação:

753

Código reduzido	Programática	Fonte	Dotação
92	07001041221111201233390390000	00000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Reserva n.° 7504			

4. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei n.° 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

São Mateus do Sul, 24 de fevereiro de 2026.

FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990

Assinado de forma digital por FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=34028316000103, ou=videoconferencia, cn=FERNANDA GARCIA SARDANHA:02560850990
Dados: 2026.02.25 09:49:27 -03'00'

Fernanda Garcia Sardanha
Prefeita Municipal
CONTRATANTE

ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135

Assinado de forma digital por ALBERTO PANEK LTDA:13382813000135
Dados: 2026.02.24 15:42:34 -03'00'

Alberto Panek Eireli - ME
CONTRATADA

gov.br

Documento assinado digitalmente
LUCAS WICHINIEWSKI DE LIMA
Data: 26/02/2026 11:44:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TESTEMUNHA

REGER HETKA DE SOUZA:10209741929

Digitally signed by REGER HETKA DE SOUZA:10209741929
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=29186612000100, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=REGER HETKA DE SOUZA:10209741929
Date: 2026.02.25 14:59:27 -03'00'

TESTEMUNHA

Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL/PR

Lei Municipal nº 1.997/2010 - Responsável: Ana Luiza Guimarães de Lima

SÃO MATEUS DO SUL/PR. **Sexta-feira, 27 de Fevereiro de 2026** - EDIÇÃO Nº **3803**

154

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO 1
- *DECRETOS* 1
- *PORTARIAS* 3
- *LICITAÇÕES* 4
- *EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS* 93
- *DIVERSOS* 111

ATOS DOS CONSELHOS E COMISSÕES 117
- *RESOLUÇÕES / DELIBERAÇÕES* 117

Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL/PR

Lei Municipal nº 1.997/2010 - Responsável: Ana Luiza Guimarães de Lima

SÃO MATEUS DO SUL/PR, **Sexta-feira, 27 de Fevereiro de 2026** - EDIÇÃO Nº **3803**

755

Cláusula Quarta	Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas na Ata de Registro de Preços, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.
Cláusula Quinta	Incumbirá ao detentor divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.
	Data do firmamento: 25/02/2026

1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n.º 333/2023, oriundo do Edital de Concorrência n.º 014/2023	
Contratante	Município de São Mateus do Sul
Contratada	**Alberto Panek Eireli - ME**

Pelo presente termo, as partes acham-se justas e acordadas para aditar o contrato acima descrito, pelos fundamentos constantes no **Processo Administrativo n.º 832/2026**, amparado nos artigos abaixo citados, da Lei n.º 8.666/93, conforme as cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira

O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de 2915 km/mês ao transporte da área rural, com fulcro no Art. 65, Inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93.

O acréscimo quantitativo citado à Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 deste termo aditivo, equivale a 17,15% (dezessete inteiros e quinze centésimos por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com fundamento no Art. 65, §1, da Lei n.º 8.666/93.

Cláusula Segunda

O valor total deste Termo Aditivo, considerando o disposto na Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 é de R$ 841.269,00 (oitocentos e quarenta e um mil duzentos e sessenta e nove reais).

Descrição	Quilometragem mensal	Quantidade de Meses	Quilometragem total	Valor unitário	Valor total
Área rural	2915	30	87450	R$ 9,62	R$ 841.269,00

Cláusula Terceira

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotaçãoorçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2026, na classificação:

Código reduzido	Programática	Fonte	Dotação
92	07001041221111201233903900000	00000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Reserva n.º 7504			

Cláusula Quarta	Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.
Cláusula Quinta	Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL/PR

Lei Municipal nº 1.997/2010 - Responsável: Ana Luiza Guimarães de Lima

SÃO MATEUS DO SUL/PR, Sexta-feira, 27 de Fevereiro de 2026 - EDIÇÃO Nº 3803

756

	Data do firmamento: 24/02/2026

1º Termo de Apostilamento ao Contrato n.º 027/2026, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação n.º 003/2026	
Contratante	Município de São Mateus do Sul
Contratada	**Equity Administração e Serviços Ltda.**
Pelo presente termo, o contratante resolve apostilar o contrato acima descrito, pelos fundamentos constantes no **Processo Administrativo n.º 1272/2026**, amparado nos artigos abaixo citados, da Lei n.º 14.133/2021, conforme as cláusulas a seguir	

Cláusula Primeira

O objeto do presente Termo de Apostilamento é a concessão da repactuação financeira ao contrato, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2029 da SIEMACO, **com efeitos financeiros retroativos à data-base da categoria, a saber: 01 de fevereiro de 2026**, com fulcro na Cláusula Décima Primeira do contrato c/c Artigo 136, Inciso I, da Lei n.º 14.133/21

Tipo de Serviço	Valor unitário/mês atual	Valor unitário/mês repactuado	Meses	Quantidade	Diferença
Cozinheira 40h	R$ 4.364,87	R$ 4.706,91	11	93	R$ 243.983,72
Cozinheira 20h	R$ 2.676,44	R$ 2.901,27	11	14	R$ 34.315,82
Total					**R$ 278.279,54**

Cláusula Segunda

O valor total deste Termo de Apostilamento, considerando o disposto na Cláusula Primeira – Objeto, item 1.1 é de R$ 278.279,54 (duzentos e setenta e oito mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

Cláusula Terceira

As despesas decorrentes deste apostilamento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de São Mateus do Sul, para o exercício de 2026, na classificação:

Código reduzido	Programática	Fonte	Dotação
349	11001123612211202733903700000	00103	Locação de mão de obra
358	11001123652211201533903700000	00104	Locação de mão de obra
349	11001123612211202733903700000	00104	Locação de mão de obra
358	11001123652211201533903700000	11111	Locação de mão de obra
382	13001082442221206033903700000	00000	Locação de mão de obra
358	11001123652211201533903700000	30103	Locação de mão de obra
358	11001123652211201533903700000	30107	Locação de mão de obra
Reserva n.º 7683			

157

Ao
Departamento de Licitações

Referente ao **Processo Administrativo n.º 832/2026**, instaurado para tratar do acréscimo ao Contrato n.º 333/2023, oriundo do Edital de Concorrência n.º 014/2023, que entre si celebram o Município de São Mateus do Sul e a empresa Alberto Panek Eireli - ME, cujo objeto é a concessão para exploração do serviço público de transporte coletivo urbano/rural no Município de São Mateus do Sul.

Considerando a formalização do termo aditivo e cumpridas as formalidades legais, encerra-se o processo supramencionado e encaminha-o para arquivamento.

São Mateus do Sul, 02 de março de 2026.

Atenciosamente,

Reger Hetka de Souza
Gestão de Contratos
Portaria n.º 047/2022